

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fernando Vieira Cezar

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
ALINHAMENTO PARA UMA AGENDA APRIMORADA**

Santa Maria, RS
2023

Fernando Vieira Cezar

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS
DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALINHAMENTO PARA UMA AGENDA
APRIMORADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Linha de Pesquisa Gestão de Instituições Públicas, Governança e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof^o. Dr. Luis Carlos Zucatto

Santa Maria, RS
2023

Cezar, Fernando Vieira

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS
DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALINHAMENTO PARA UMA
AGENDA APRIMORADA / Fernando Vieira Cezar.- 2023.
188 p.; 30 cm

Orientador: Luis Carlos Zucatto

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2023

1. Agenda Ambiental da Administração Pública 2.
Sustentabilidade 3. Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável I. Zucatto, Luis Carlos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, FERNANDO VIEIRA CEZAR, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Fernando Vieira Cezar

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS
DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALINHAMENTO PARA UMA AGENDA
APRIMORADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Linha de Pesquisa Gestão de Instituições Públicas, Governança e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração Pública**.

Aprovada em 24 de março de 2023:

Luis Carlos Zucatto, Dr. (UFSM)
Presidente/Orientador

Márcia Zampieri Grohmann, Dra. (UFSM)

Luiz Felipe Machado do Nascimento, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALINHAMENTO PARA UMA AGENDA APRIMORADA

AUTOR: Fernando Vieira Cezar

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. Luis Carlos Zucatto

A preocupação com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável vem de um horizonte temporal significativo. A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), criada em 1999, e a Agenda 2030, criada em 2015 e que apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são exemplos de importantes ferramentas para a sustentabilidade. Este trabalho tem como objetivo identificar como a A3P pode integrar ODS. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas e pesquisa documental. Das 24 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com adesão à A3P, optou-se por escolher uma de cada região, totalizando 13 IFES estudadas. Destas, foi possível realizar entrevistas com 5 responsáveis pelo setor de sustentabilidade na instituição, e foi realizada pesquisa documental com 9 IFES. A pesquisa documental analisou documentos institucionais que apresentam informações sobre as ações que a instituição desenvolve em prol da sustentabilidade. Já as entrevistas, além de identificar essas ações, contemplaram a relação da A3P com os ODS e a criação de um novo eixo para a A3P. Como resultado, foi proposta uma A3P aprimorada com ligação com os ODS e com ações específicas que as universidades podem desenvolver em prol da sustentabilidade. Essa proposta foi enviada para especialistas que deram seu parecer e contribuições. Também foi proposto um *framework* de integração dos ODS com a A3P. De forma geral, percebeu-se que, para a sustentabilidade realmente acontecer na prática, é preciso engajamento institucional, com um setor que seja responsável especialmente pela A3P e que sejam realizadas ações a nível macro, que englobem todas as áreas do conhecimento para abarcar todas as formações, proporcionando aos estudantes e à comunidade uma consciência coletiva sustentável. Também é importante que as instituições se apropriem dos ODS como transversais. Pensar e promover a A3P é pensar e promover a sustentabilidade. E promover a sustentabilidade é garantir um mundo melhor para todos, e este trabalho contribui no sentido de aperfeiçoar a A3P, que é uma agenda para a sustentabilidade nas instituições públicas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agenda Ambiental da Administração Pública. A3P. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS.

ABSTRACT

PUBLIC ADMINISTRATION ENVIRONMENTAL AGENDA AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT OBJECTIVES: ALIGNMENT FOR AN IMPROVED AGENDA

AUTHOR: Fernando Vieira Cezar

ADVISOR: Prof^o. Dr. Luis Carlos Zucatto

The concern with sustainability and sustainable development comes from a significant time horizon. The Public Administration Environmental Agenda (A3P), created in 1999, and the 2030 Agenda, created in 2015 and which presents the Sustainable Development Goals (SDGs) are examples of important tools for sustainability. This work aims to identify how A3P can incorporate SDGs. For this, a qualitative research was carried out through interviews and documentary research. Of the 24 Federal Institutions of Higher Education (IFES) that adhere to the A3P, it was decided to choose one from each region, totaling 13 IFES studied. Of these, it was possible to conduct interviews with 5 responsible for the sustainability sector at the institution, and a documentary research was carried out with 9 IFES. The documentary research analyzed institutional documents that present information about the actions that the institution develops in favor of sustainability. The interviews, in addition to identifying these actions, covered the relationship between A3P and the SDGs and the creation of a new axis for A3P. As a result, an improved A3P was proposed in connection with the SDGs and with specific actions that universities can develop in favor of sustainability. This proposal was sent to experts who gave their opinion and contributions. A framework for integrating the SDGs with A3P was also proposed. In general, it was noticed that, for sustainability to really happen in practice, institutional engagement is needed, with a sector that is especially responsible for A3P and that actions are carried out at the macro level, which encompass all areas of knowledge to cover all training, providing students and the community with a sustainable collective awareness. It is also important that institutions take ownership of the SDGs as transversal. To think and promote A3P is to think and promote sustainability. To promote sustainability is to guarantee a better world for everyone, and this work contributes towards improving the A3P, which is an agenda for sustainability in public institutions.

Keywords: Sustainability. Public Administration Environmental Agenda. A3P. Sustainable Development Goals. SDG.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD – Base Digital de Teses e Dissertações
CBH-PCJ – Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM – Companhia Regional de Recursos Minerais
GRI – *Global Reporting Initiative*
ICT – Institutos de Ciência e Tecnologia
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFB – Instituto Federal de Brasília
IFG – Instituto Federal Goiano
IFPI – Instituto Federal do Piauí
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFSULDEMINAS – Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ISCN – *International Sustainable Campus Network*
MEC – Ministério da Educação
MEG – Modelo de Excelência da Gestão
MMA – Ministério do Meio Ambiental
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEN – Processo Eletrônico Nacional
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPP – Parcerias Público-Privadas
REE – Resíduos de Equipamentos Eletrônicos
RU – Restaurantes Universitários

SICOGEA – Sistema Contábil de Gerenciamento Ambiental
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
STARS – *Sustainability Tracking Assessment and Rating System*
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFCA – Universidade Federal do Cariri
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA – Universidade Federal do Semi-Árido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS – Universidade Federal do Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de Trabalho para implementação da A3P do estado da Bahia	27
Quadro 2 – Síntese dos estudos	28
Quadro 3 – Marcos legais acerca da sustentabilidade	36
Quadro 4 – Relação entre os eixos da A3P e os ODS	41
Quadro 5 – Resumo da seção 2.3	41
Quadro 6 – Resumo da seção 2.4	45
Quadro 7 – Resumo da seção 2.5	48
Quadro 8 – Relação do ano de publicação em relação às buscas na base de dados	51
Quadro 9 – Resultados dos trabalhos da busca	52
Quadro 10 – Resumo da seção 2.6	74
Quadro 11 – IFES com termo de adesão à A3P, cidade e estado.....	78
Quadro 12 – Entrevistas, entrevistados e instituições	83
Quadro 13 – Categorias à priori	84
Quadro 14 – Objetivos da pesquisa e respectivo método.....	86
Quadro 15 – Ações das instituições.....	89
Quadro 16 – Ações praticadas	96
Quadro 17 – Dimensões e autores	100
Quadro 18 – Resumo sobre barreiras e contribuições da A3P nas instituições.....	103
Quadro 19 – Relação da A3P com ODS.....	116
Quadro 20 – Comparativo de adesão à A3P.....	119
Quadro 21 – Ações de sustentabilidade de IFES com eixos da A3P	123
Quadro 22 – Ações de sustentabilidade de IES com eixos da A3P e ODS.....	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	15
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	16
Figura 3 – Protocolos.....	50
Figura 4 – Suporte teórico para elaboração de instrumento de coleta de dados.....	81
Figura 5 – Perguntas da entrevista.....	87
Figura 6 – Ações do IF Sul de Minas	106
Figura 7 – Ações da UFMS	109
Figura 8 – Ações da UFCA	112
Figura 9 – Ações da UFMS Campus Palmeira das Missões	115
Figura 10 – Eixos da A3P.....	121
Figura 11 – Framework de integração dos ODS com a A3P.....	136

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2 SUSTENTABILIDADE: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
2.1 A3P EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	22
2.2 MARCOS LEGAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL	30
2.3 SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A A3P E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	38
2.4 SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	43
2.5 A3P NAS UNIVERSIDADES	46
2.6 ESTADO DA ARTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	49
2.6.1 Ações socioambientais	53
2.6.2 Implementação	57
2.6.3 Práticas	59
2.6.4 Compras sustentáveis	62
2.6.5 Avaliação	64
2.6.6 Demais finalidades	66
3. MÉTODO	78
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	78
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA	78
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	80
3.4 ANÁLISE DE DADOS	84
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	85
3.6 RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA E O MÉTODO	86
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	88
4.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS	88

4.2 BARREIRAS E CONTRIBUIÇÕES DA A3P NAS INSTITUIÇÕES.....	100
4.3 RELAÇÃO DA A3P COM OS ODS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES	104
4.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	104
4.3.2 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	106
4.3.3 Universidade Federal do Cariri	109
4.3.4 Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões.....	113
4.4 ODS NÃO RELACIONADOS À A3P NAS ENTREVISTAS	116
4.5 DIMENSÕES A SEREM CRIADAS NA A3P.....	118
4.6 ADEÇÃO DAS IFES À A3P	119
4.7 PROPOSTA DE A3P APRIMORADA.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	155
ANEXOS	171

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável vêm de um horizonte temporal significativo e o ano de 1968 é considerado um marco nos debates sobre o meio ambiente pois é quando se dá a criação do Clube de Roma, com o objetivo de discutir os problemas e buscar soluções no âmbito social, econômico, político e natural. Ainda em 1968 a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu realizar uma conferência sobre meio ambiente (que foi realizada em 1972) (MORENO; OLIVEIRA, 2022), e a UNESCO promoveu uma conferência sobre conservação e uso racional dos recursos da Biosfera (PRATES *et al.*, 2022).

Também foram importantes, resumidamente: estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1980 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991); a Agenda 21, de 1992, que buscou a proteção ao meio ambiente, a justiça social e a eficiência econômica; o Protocolo de Quioto em 2005 que buscava a diminuição de emissão de gases que aumentam o efeito estufa, e, mais recentemente; a Agenda 2030, de 2015.

A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo (ONU, 2015), objetivos que estão relacionados com as palavras de Camacho e Junior (2019, p. 68) no sentido de que a natureza é de todos: “uma sociedade mais justa e igualitária se viabiliza com o engajamento de todos na construção de um novo modo de vida coletivo, pautado na ética, no respeito à natureza e aos direitos inerentes a todos os seres humanos”.

A participação e contribuição das organizações públicas podem estar contempladas em todos os ODS pois, de forma geral, essas instituições possuem intrinsecamente o compromisso público de trabalhar para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades, a não existência de fome no mundo, a promoção da agricultura sustentável, a busca da saúde, do bem estar, da educação de qualidade a todos, a luta pela igualdade de gênero, a garantia de água potável, saneamento, incentivo à energia limpa e acessível, ao trabalho decente e crescimento econômico, à indústria, inovação e infraestrutura, às cidades e comunidades sustentáveis, ao consumo e produção responsáveis, a ações contra a mudança global do clima, ao cuidado com a vida terrestre e da água, às parcerias e meios de implementação e à paz, justiça e instituições eficazes (ONU, 2015).

Em que pese às instituições eficazes, tem-se o compromisso que as organizações públicas possuem em relação à sustentabilidade. A forma de atuação dessas organizações passa pelo desafio de desenvolver “modelos de gestão que se alinhem com a promoção da preservação do meio ambiente de forma transparente e democrática” (SÁ; BRITO, 2015, p. 23), por meio

de uma gestão pública articulada sob políticas que busquem benefícios para a sociedade e para o desenvolvimento econômico.

A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) criado em 1999, busca incentivar os órgãos públicos a implementarem a sustentabilidade em suas práticas. A A3P visa à criação de responsabilidade socioambiental na Administração Pública e está estruturada em seis eixos temáticos que englobam a política dos 5R's: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e reusar o consumo de produtos que gerem impactos negativos ao meio ambiente:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada aos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras Públicas Sustentáveis;
- Construções Sustentáveis;
- Sensibilização e capacitação dos servidores (MMA, 2020).

A A3P “é de adesão voluntária e tem papel estratégico na reformulação das práticas de consumo e na criação de novas táticas na busca da sustentabilidade socioambiental, visando adequar os métodos e meios de trabalho aos atuais parâmetros ambientais” (SOARES, 2019, p. 47). Por se tratar de uma proposta com adesão voluntária, torna-se ainda mais importante salientar que a A3P é uma ferramenta de sustentabilidade fundamental para as organizações públicas e, mesmo que seja voluntária, é preciso reconhecer que é uma adesão necessária.

A Administração Pública possui muitas responsabilidades e compromissos, e as demandas ambientais deste setor tendem a crescer devido a questões como consumo, produção, economia, sociedade e meio ambiente. Assim, é nítido que o setor público necessita criar alternativas e soluções para os problemas de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental, já que o cuidado com o meio ambiente é um desafio permanente para a sociedade, pois implica a qualidade de vida de todos (SANTOS, 2017).

Não é suficiente que a Administração Pública forneça apenas os serviços básicos para a sociedade. É preciso trabalhar de forma sustentável, gerando menor impacto possível ao meio ambiente e potencializando a economia por meio do consumo de bens e produtos sustentáveis, certificados e advindos de uma produção controlada. Neste sentido, a A3P ganha destaque como ferramenta para um ciclo de vida contínuo e para ações que sejam perenes e tenham continuidade no tempo e no espaço público. Para isso, a implementação da A3P precisa ser eficaz e deve envolver a conscientização da sociedade sobre os impactos de todas as ações em relação ao meio ambiente (SANTOS; COSTA, 2017).

Percebe-se, neste sentido, que as Instituições de Ensino Superior (IES) ocupam um papel importante quando o assunto é criar uma nova cultura na sociedade, pois por meio de novas metodologias e atitudes inseridos, tanto nas rotinas administrativas, como na vivência da comunidade acadêmica essa nova cultura toma espaço na consciência deste novo profissional. E, conforme afirmam Barbosa *et al.* (2018), a impossibilidade de desvincular o profissional do pessoal contribuirá para que quando atuar em meio à sociedade dissemine os conhecimentos adquiridos dentro da IES. Desta maneira, segundo Gazzoni *et al.* (2018), as IES se tornam o principal agente propagador do conhecimento e formação de opinião, constituindo uma mudança de pensamento lenta, porém eficiente.

Ao longo dos anos, diversas ações e esforços foram realizados com intuito de seguir a definição de desenvolvimento sustentável de Brundtland (CMMAD, 1991) segundo a qual se deve garantir as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras de suprirem as próprias necessidades, ou seja, garantir um Planeta saudável para as gerações futuras. Os ODS, por meio de suas metas, fornecem um rumo específico para as nações. No Brasil, a adoção da A3P pode ser interpretada também como uma direção a ser seguida, porém, essa adesão precisa do maior número de órgãos para que os efeitos possam ser impactantes no futuro.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A Agenda 2030 apresenta o compromisso com a busca do desenvolvimento sustentável no mundo, abrangendo também a sustentabilidade. Essa Agenda foi idealizada por chefes de Estado e de Governo e altos representantes, teve como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e foi proposta pela ONU. Na Agenda 2030, os 17 ODS abrangem áreas cruciais como Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Os 17 ODS, representados na figura 1, demonstram principalmente um compromisso com a busca por um ambiente melhor para as pessoas, sem fome, pobreza e desigualdades; a proteção ao meio ambiente, consumo responsável, gestão e produção sustentáveis; a prosperidade econômica, social e tecnológica, respeito pela natureza; a promoção da paz, da justiça e da inclusão na sociedade; a participação de todos, países e pessoas, na efetivação da Agenda 2030.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

Os ODS envolvem o conjunto de aspectos da vida humana e desenvolvimento: saúde, educação, meio ambiente, paz, justiça, segurança e igualdade (BRUNDTLAND, 2019). A construção de uma sociedade sustentável depende da ação de todos: governo com leis rígidas, fiscalização adequada das instituições para preservar os recursos naturais e o compromisso de todos os cidadãos (ZARIF; KARAM; CAPRONI, 2018).

Ainda, é preciso mencionar que a ONU, em 2000, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com vistas a enfrentar os desafios sociais do século 21. Como verificado na figura 2, os ODM têm uma relação estreita com os ODS, lançados em 2015, no sentido de erradicar a fome e a pobreza, promover a educação, a igualdade de gênero, a saúde, a sustentabilidade, diminuir a mortalidade infantil e garantir parcerias para o desenvolvimento no mundo.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ONU (2000).

Órgãos públicos, como exemplo as prefeituras, necessitam refletir sobre seus modelos de gestão, incorporando a eles a sustentabilidade: “a sustentabilidade traz à tona a necessidade de se trabalhar três vertentes de forma harmônica: a coesão social, o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente” (SÁ; DUARTE, 2015, p. 23).

Martins (2016, p. 7) destaca que “a sustentabilidade busca a harmonia entre a economia, a sociedade e o meio ambiente, e passou a ser muito cobrada pelo mercado e pelos órgãos regulatórios no final do século XX em todas as organizações, sejam elas públicas ou privadas”. A sustentabilidade é um imperativo para as organizações, mas o tema ainda é pouco compreendido e merece bastante atenção, tanto das organizações (públicas ou privadas) quanto da área acadêmica.

Por que as organizações públicas devem se preocupar com os ODS? A A3P, proposta em 1999, já não atende a todas as necessidades do Planeta no que se refere ao compromisso das instituições públicas, além de que, conforme afirmam Arruda e Rodrigues (2018), muitas instituições possuem algumas práticas alinhadas com as diretrizes da A3P, no entanto este alinhamento acontece por forças normativas que as legitimam para operar deixando de lado, muitas vezes, as adequações para aderir à A3P, já que a adesão é voluntária e não obrigatória. É preciso avançar. Tendo a ONU (2015) proposto os ODS e o Brasil, assim como os demais países membros, assumindo este compromisso, percebe-se a necessidade de a Administração Pública adequar-se a um chamado universal de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. É preciso promover o diálogo da A3P com a Agenda 2030.

Entende-se também, que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) assumem um importante papel perante a sociedade, tanto para criação de uma cultura de sustentabilidade quanto para publicizar o tema, de acordo com o que afirma Batista (2019), podendo ser consideradas, juntamente com as demais instituições públicas, centros de referência nos meios onde estão inseridas. Por outro lado, o autor destaca a baixa adesão à A3P sugerindo pouco envolvimento das instituições, o que pode ser amenizado com o maior envolvimento da gestão pública par induzir aprimoramentos nas ferramentas atuais. Desta forma o problema desta pesquisa é: de que forma a Agenda Ambiental da Administração Pública pode integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados o objetivo geral da dissertação e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar como a Agenda Ambiental da Administração Pública pode integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar as ações sustentáveis das Instituições Federais de Ensino Superior analisadas;
- Apontar barreiras e contribuições da implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública nas Instituições Federais de Ensino Superior entrevistadas;
- Investigar quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se alinham aos eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública;
- Elaborar uma proposta de Agenda Ambiental da Administração Pública que integre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para Soares (2019, p. 45), a Administração Pública detém um grande compromisso em relação à sustentabilidade ambiental “considerando sua função de agente propagador de políticas públicas, seu poder de compra, bem como sua responsabilidade em regulamentar e fiscalizar as ações oriundas dos entes públicos em geral”. É essencial que a Administração Pública promova ações que sejam modelo para atitudes e práticas que reduzam os impactos socioambientais negativos no Planeta. Além disso, “para que as organizações possam lidar com os desafios da sustentabilidade, sua vinculação à estratégia mostra-se como argumento comum, assim como se reconhece a demanda pelo desenvolvimento de competências organizacionais e humanas” (GALLELI, 2017, p. 11). Almeida *et al.* (2020) complementam que a A3P cria oportunidades para a Administração Pública se alinhar com os princípios de sustentabilidade e fortalece as ferramentas de gestão ambiental. A Administração Pública possui a sua função de agente propagador de políticas públicas, seu poder de compra, bem como sua responsabilidade em regulamentar e fiscalizar as ações oriundas dos entes públicos em geral (SOARES, 2019), além disso, “a vulnerabilidade da população e do meio ambiente e o potencial de impacto das atividades humanas, apoiados no fluxo financeiro e no desenvolvimento de tecnologias, exigem uma nova forma de gestão pública capaz de validar a perenização da vida” (BARROS, 2016, p. 13).

Por outro lado, os ODS são transversais, pois perpassam a educação, a saúde, a agricultura, as formas de trabalho, as pessoas, os direitos humanos, a cooperação entre organizações, o desenvolvimento econômico, as cidades, a garantia de vida digna e todas as formas de vida do meio ambiente e revelam a necessidade de construir a sustentabilidade de forma coletiva, em especial em relação à Administração Pública, cujo “objetivo é o bem comum (...) e o dever de atuar na defesa do meio ambiente nas suas esferas administrativas, legislativa e judicial” (JACOBY, 2013, p. 12). É preciso, portanto, identificar lacunas na A3P para que possam ser contempladas com os ODS e oferecer às organizações públicas um modelo que reforce esse compromisso com a sustentabilidade que está embasado na Agenda 2030. Conforme evidencia Ferreira (2019, p. 2) “é possível perceber um movimento de adequação das políticas de gestão dos atores subnacionais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de ações que demonstram a indissociabilidade entre o tema desenvolvimento e os conceitos de sustentabilidade e direitos humanos”.

Como contribuição prática do estudo que se pretende fazer, tem-se a possibilidade de implementar o modelo em alguma instituição de ensino ou Administração Pública, a fim de

tornar-se uma estratégia que consiga identificar possíveis oportunidades de implementação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registre a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade.

Ainda, enquanto contribuição prática tem-se o desenvolvimento da cultura para a sustentabilidade, cada vez mais necessária a nível local, regional e global, e de políticas que busquem a sustentabilidade principalmente a nível da esfera pública. Isso que pode resultar em melhorias para as pessoas, para as comunidades, para a economia e para o planeta, já que os gestores públicos têm a responsabilidade de inserir a sustentabilidade na sua gestão de forma intrínseca, habitual e potencial, como afirma a Rede Brasil do Pacto Global (2018, p. 50), “é necessário um elevado nível de profissionalização e competência para lidar com riscos nos sistemas interconectados que sustentam o mundo”.

Como contribuição teórica, propõe-se desenvolver um modelo de estratégia de adoção dos ODS na A3P, a qual já não comporta as necessidades impostas pelo planeta, e por ser de grande importância que órgãos públicos estejam empenhados em promover o desenvolvimento sustentável em todas as esferas, primando pela qualidade de vida da sociedade e do mundo.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida, além desta seção introdutória, em mais sete seções: fundamentação teórico-conceitual (que trata da A3P e ODS em instituições públicas, dos marcos legais das políticas públicas de sustentabilidade no Brasil, da sustentabilidade em IFES, da A3P em universidades e do estado da arte), método (que apresenta a forma como a pesquisa foi desenvolvida), análise e discussão dos resultados, considerações finais, referências utilizadas, apêndices e anexos.

A seguir, o referencial teórico irá abordar a A3P e os ODS na Administração Pública e em universidades.

2 SUSTENTABILIDADE: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta seção irá apresentar a literatura e estudos empíricos sobre a sustentabilidade na Administração Pública por meio da A3P e a relação da A3P com os ODS, bem como os marcos legais que indicam a promoção de práticas sustentáveis no país.

A sobrevivência do homem e a preservação do meio ambiente correm riscos devido à escassez de recursos naturais, aumento da fome, das desigualdades e dos desastres que acometem o homem e a economia. Essa situação preocupante para a sociedade requer, do Estado, de órgãos públicos e de organismos de fomento, soluções para conciliar interesses econômicos e ambientais. Necessita-se de um despertar da consciência da necessidade de harmonia entre desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais. Porém, “nota-se que o discurso é intensificado sobre a necessidade de agir no presente, sem a atenção devida para um olhar do futuro” (CRUZ *et al.*, 2018, p. 56).

Em relação ao setor público, o governo, por meio de leis e normas para os critérios ambientais que devem ser implementados e observados pelas pessoas, possui grande responsabilidade em relação ao desenvolvimento sustentável. A responsabilidade e o comportamento em favor da sustentabilidade devem estar alinhados com uma mudança na forma de produzir e de consumir. A conscientização dos gestores públicos se reflete em práticas de uso racional dos recursos naturais e de cuidado na utilização dos bens públicos, de forma a garantir o menor impacto ambiental. Isso pode ser promovido por meio de políticas públicas e de planejamento administrativo (CRUZ *et al.*, 2018). É necessária uma abordagem integradora, que proponha que as questões ambientais estejam “[...] ligadas às metas de eficiência econômica, equidade social, a estabilidade política, segurança nacional, saúde pública e qualidade de vida” (BARROS, 2016, p. 13).

No que se refere a políticas públicas brasileiras, a sustentabilidade ganhou espaço diante dos avanços sociais e das mudanças nas esferas política, institucional e científica da área ambiental, sendo oportuno construir uma cultura nas entidades públicas que versam, essencialmente, sobre a sustentabilidade, pois a Administração Pública tem a incumbência de ser um exemplo de atuação sustentável no consumo de bens e serviços e na regulamentação e aplicação de políticas públicas ambientais. Implementar a A3P é um desafio e uma oportunidade para ir além do discurso e da teoria e solidificar a adoção de atitudes e práticas sustentáveis na gestão pública, a ferramenta é uma configuração em prol de uma cultura institucional para a sustentabilidade (FERREIRA; PAES-DE-SOUZA, 2019). Além disso, é

necessário salientar que “a Administração Pública seja promotora de ações que estimulem a adoção de atitudes e procedimentos que sejam exemplo para redução de impactos socioambientais negativos” (SOARES, 2019, p. 15).

Em outro estudo, Pereira (2016) fez um diagnóstico de três iniciativas governamentais sobre sustentabilidade socioambiental na Administração Pública: Agenda Ambiental na Administração Pública, Contratações Públicas Sustentáveis e Projeto Esplanada Sustentável. Por meio de fontes bibliográficas e entrevistas dos gestores responsáveis por cada iniciativa, identificou que as três iniciativas pouco interagem entre si, mesmo tendo objetivos complementares e quando há interação, ela acontece informal e esporadicamente, colaborando com a sobreposição de atividades e a ineficiência das iniciativas.

A Agenda A3P incentiva “ações que buscam adoção de práticas sustentáveis no dia a dia das respectivas instituições, trazendo como diretrizes a coleta seletiva, educação ambiental, licitações sustentáveis, uso racional dos recursos e melhora da qualidade de vida do ambiente de trabalho” (SOARES, 2019, p. 49). Percebe-se que a A3P é bastante abrangente, mas ainda necessita de atingir também os ODS para o alcance das metas da Agenda 2030, como a erradicação da pobreza, a busca pela igualdade de gênero, as cidades sustentáveis, entre outros, e é importante destacar a responsabilidade dos órgãos públicos para um alinhamento entre A3P e ODS e buscar a promoção da sustentabilidade.

A gestão estratégica da organização está vinculada à gestão da sustentabilidade alinhada à estratégia organizacional, o que permite melhorias no desempenho a nível econômico, social e ambiental. A orientação estratégica alinha os objetivos da organização para a sustentabilidade (GALLELI, 2017), no entanto, muitas vezes a sustentabilidade está relacionada à obediência a normas: “é dever do Estado e, por consequência, das organizações públicas, a revisão de suas práticas e processos internos que assegurem novas estratégias e mecanismos em prol de um desempenho econômico, ambiental, social, jurídico-institucional e ético” (PEREIRA, 2019, p. 16).

Nardone (2018) destaca a necessidade de haver uma transição do modelo tradicional de gestão pública para um modelo que abranja os princípios da sustentabilidade e efetive a implantação dos ODS nesse novo modelo. É preciso “encontrar relações que definitivamente vinculem os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável aos objetivos, à cultura, às práticas, enfim ao âmago Administração Pública” (NARDONE, 2018, p. 33) e executar, nos projetos, planejamentos, ações e políticas públicas, as metas da Agenda 2030, entendendo que a sustentabilidade é um movimento social histórico articulado por diversos

setores (movimentos sociais, área acadêmica, agências estatais, entidades sociais sem fins lucrativos, entre outros) na busca por uma sociedade sustentável.

Se cada órgão adotar medidas para atingir os ODS em suas práticas, o efeito se expandiria entre as instituições e para a cultura da população. Uma gestão pública que foque, hoje, na Agenda 2030 é evoluída e de qualidade, pois é preciso pensar no legado para as futuras gerações, pensar nas condições de vida que essas gerações terão. Para isso, é necessário que haja um efeito sinérgico entre os atores envolvidos, sejam eles as pessoas, os órgãos, os governos, os gestores, a sociedade, “e será automática a exigência de respostas do poder público a tais demandas, que deverá passar a atuar observando e respeitando a finitude de recursos, ampliando seus horizontes e perspectivas de atuação” (NARDONE, 2018, p. 38), visando à construção de uma sociedade equilibrada, harmônica, mais justa e sustentável.

A partir da importância da sustentabilidade em sentido amplo e, mais especificamente, no setor público, e a relação com os ODS, a próxima seção apresenta contextos de implementação da A3P em organizações públicas.

2.1 A3P EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A sustentabilidade pode ser desenvolvida nas instituições públicas por meio da adequação das organizações públicas à A3P. Brasil *et al.* (2017) realizaram observações sistemáticas na Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA) e coleta de informações com os gestores da secretaria com o objetivo de propor a adoção de práticas sustentáveis por meio da A3P. Os resultados indicaram que a instituição não possui práticas voltadas à preservação ambiental e não tem conhecimento sobre a A3P. Com isso, o trabalho propõe que a secretaria estudada necessita reanalisar o seu processo de gestão por meio da adoção de uma gestão integrada que englobe o meio ambiente, a saúde e segurança do trabalhador, a qualidade de vida e a responsabilidade social.

Na prefeitura de Vinhedo, município de São Paulo, nomeou-se, em 2018, uma comissão formada por servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, da Educação, de Governo, de Obras, de Negócios Jurídicos, da Saúde, da Fazenda e da autarquia Saneamento Básico para implementar ações da A3P e da Agenda 2030. Essa gestão entende que a A3P é a busca por construir uma cultura institucional para incorporar a gestão socioambiental na gestão pública, visando à economia de recursos naturais, à redução de gastos, ao uso racional de bens públicos, à gestão de resíduos, à licitação sustentável, e à qualidade de vida no trabalho. Já a Agenda 2030 propõe um plano de ação para pessoas e o Planeta, por meio de um espírito de

parceria entre países e organizações, que busquem a paz, a prosperidade e a melhoria na vida das pessoas no presente e no futuro (PREFEITURA DE VINHEDO, 2018).

Já a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) possui um planejamento estratégico para a sustentabilidade que engloba a A3P e os ODS. Em relação à A3P, a UFU possui algumas iniciativas como a Sala Verde, que atua para referenciar as ações de edu-comunicação e a adesão à Rede ODS Universidades, que busca a internalização e implementação da Agenda 2030. Além disso, essa universidade busca tanto apresentar para outras instituições as suas experiências exitosas, quanto resgatar outras experiências para serem implementadas dentro da instituição. Em relação aos ODS, a universidade possui o Comitê Gestor para os ODS-UFU que traça o planejamento estratégico de suas ações e define algumas ações como, por exemplo, convidar a comunidade (entidades públicas e privadas também fazem parte) para conversar sobre os ODS. O Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão de 2020 da universidade irá inserir os ODS na estrutura, a fim de sensibilizar e informar a instituição (CAVALCANTI, 2020).

Batista *et al.* (2019) realizaram um estudo voltado para a adesão de órgãos públicos, em especial universidades, à A3P. Uma das perspectivas adotadas no estudo foi a evolução ano após ano da esfera municipal, estadual e federal em relação à adesão da A3P. Foi evidenciado que há uma evolução, porém é muito inferior ao necessário, pois existem mais de 5500 municípios no país e, até 2016, somente 87 destes entes aderiram à agenda. Também, o estudo apresenta a adesão à rede A3P, que é uma plataforma para informações e troca de experiências e é formada por instituições públicas e privadas, e pessoas físicas e jurídicas. Essa adesão não apresenta um número expressivo de participantes. Especificamente em relação às IFES, menos de 50% demonstraram interesse em adotar práticas ambientais adequadas à A3P. Com isso, percebe-se a necessidade de as organizações públicas entenderem, e assumirem, sua responsabilidade de conscientizar a sociedade em relação à sustentabilidade, e a educação, representada pelas IFES, é uma ferramenta de conhecimento, publicidade, promoção de tecnologias e hábitos de consumo sustentáveis, da justiça social e do equilíbrio ambiental.

Por sua vez, Salviano *et al.* (2020) analisaram a percepção ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), tendo como base quatro grupos: servidores públicos técnico-administrativos; servidores terceirizados na categoria de auxiliar administrativo; bolsistas; e auxiliar de serviços gerais. Os servidores públicos foram os que apresentaram maior percepção ambiental, seguidos dos servidores terceirizados na categoria de auxiliar administrativo. Isto pode ser explicado pela questão da escolaridade. Ainda, no mesmo estudo, 99% dos participantes afirmam que têm preocupação com a natureza, 54% afirmam estarem

dispostos a pagar mais por produtos e serviços ecologicamente adequados, e 43% dos participantes comentam que estariam dispostos a usarem transporte público ou bicicleta se houvesse infraestrutura adequada. Com isso, denota-se a importância de fazer um diagnóstico da situação para que seja possível “planejar, criar e executar estratégias que minimizem as perdas e maximizem os ganhos. Por isso, a sustentabilidade ambiental deve ser fomentada e praticada por meio de ações diversas” (SALVIANO, *et al.*, 2020, p. 59407).

Oliveira (2017) analisou a adesão à A3P por parte do Superior Tribunal de Justiça sob cinco eixos da A3P. Em relação ao eixo gestão de resíduos, o Tribunal desenvolve a coleta seletiva com destinação a associações e cooperativas, recolhimento de eletrônicos, separação de óleo de cozinha usado, reaproveitamento de materiais não recicláveis, entre outros; com relação ao eixo licitações sustentáveis, a instituição adota gradualmente critérios de sustentabilidade, análise e planejamento da compra de materiais (pesquisas, análise em relação à destinação de resíduos dos fornecedores), possui uma Comissão de Licitações Sustentáveis, uma Guia de Licitações Sustentáveis, e prioriza microempresas e empresas de pequeno porte (para valores até R\$80.000,00) e compras compartilhadas (em conjunto para diferentes setores públicos); referente à qualidade de vida no ambiente de trabalho, o Tribunal desenvolve Feira Orgânica, ações voluntárias, capacitação de terceirizados, cursos de educação a distância, inclusão digital; sobre a sensibilização e capacitação, a instituição promove eventos sobre sustentabilidade e educação socioambiental com vistas a motivar as práticas sustentáveis; para o uso racional de recursos naturais e bens públicos, o Tribunal desenvolve a Campanha de Consumo Consciente que tem o objetivo de garantir o consumo racional, sem excessos e com a diminuição do desperdício e dos gastos com materiais não aproveitáveis.

Gutierrez, Cabral e Silva (2019) apresentam exemplos que podem ser implementados na gestão pública, promovendo as diretrizes da A3P, que foram analisados na Universidade Federal da Paraíba. As ações remetem ao consumo de energia elétrica, de água, gestão de resíduos, comunicação, ações de conscientização e de capacitação. Como principais resultados das ações, foram coletados dois baldes de 94 litros de papel, dois baldes de 94 litros de garrafas PET, 7,9 litros de óleo de cozinha, 1981 pilhas, 106 baterias e 115 lâmpadas, demonstrando que é viável implementar ações sustentáveis em instituições públicas e que ações pontuais ou em menor escala também agregam na promoção da consciência ambiental e na construção de uma cultura que valoriza o Planeta.

Ferreira e Paes-de-Souza (2019) identificaram as adesões à A3P de instituições públicas da Amazônia Legal. Essa região possui 21 adesões, sendo 10% do total nacional e remetem a instituições de sete estados (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins). As

autoras salientam que, mesmo a Região Amazônica sendo de extrema importância por causa da questão ambiental, não há preocupação suficiente e adequada em relação à educação ambiental. As autoras sugerem que há baixa adesão à A3P e que isso poderia ser solucionado por meio de um caráter normativo da agenda.

Carneiro (2018) aponta alguns modelos de gestão ambiental: sistema de gestão ambiental, produção mais limpa, ecoeficiência e educação ambiental. O autor realizou uma pesquisa na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com servidores com o objetivo de analisar a percepção em relação à A3P. Como resultados, 74% dos participantes consideram alta a importância da A3P. Além disso, 38% dos servidores participantes da pesquisa afirmam que o consumo da água é o item com o qual deve haver maior preocupação, 25% consideram o consumo de energia, e 15% o consumo de papel; por último, surgem o consumo de copos descartáveis e a destinação de material permanente. Na instituição analisada, a A3P foi lançada em um evento, como propõe a cartilha do MMA, mas com o passar do tempo, a comissão responsável não esteve ativa no que tange às atividades que buscam a sustentabilidade, o que provocou resultados negativos em relação ao eixo 1 da A3P. Com isso, o autor salienta a importância da continuidade e perenidade da implementação da A3P nas instituições.

O trabalho de Torres (2020) foi realizado no Ministério Público da Paraíba para avaliar a adesão à A3P. Como resultados, a instituição apresentou baixa adesão aos eixos da agenda, apesar de desenvolver algumas ações isoladas. O estudo buscou identificar os obstáculos que a instituição enfrenta em relação à implementação da A3P. Como principais barreiras, o autor destaca: a especificidade de cada setor que sugere que, a critério do gestor, sejam adotadas práticas pontuais de sustentabilidade; falta de um programa de gestão socioambiental ou uma comissão que cuide deste assunto; falta de conhecimento de ações sustentáveis que já acontecem na instituição; ausência de capacitação e sensibilização das pessoas em relação às questões ambientais; escassez de recursos financeiros. Porém, mesmo diante de um cenário negativo em relação à A3P, existe uma expectativa para implantar um Plano de Gestão Sustentável. O autor propõe à instituição a definição de uma política ambiental, a criação de um setor responsável pela gestão ambiental e a realização de um diagnóstico que apresente a situação socioambiental da instituição para que seja possível desenvolver práticas relativas à A3P.

Miranda Junior, Licório e Silva (2018) analisaram o grau de adesão do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) em relação à A3P. Os resultados apontam que a instituição atende aos objetivos da agenda. Alguns exemplos de práticas da instituição: implantação da Comissão permanente de monitoramento do consumo de água e energia elétrica da Reitoria; projeto sobre

Economicidade e Sustentabilidade e campanha “Quero um Planeta decente, meu consumo é consciente”, no *Campus* Ariquemes; campanha “Atitude muda o mundo” com o objetivo de resgatar atividades positivas em relação ao próximo e ao Planeta, conscientizar sobre a coleta seletiva, uso racional, incentivo à ginástica laboral e práticas diárias humanizadas para garantir bons relacionamentos em todos. Os autores ainda propõem quatro iniciativas para reforçar as práticas da instituição voltadas à A3P: estabelecer um ponto de coleta da *TerraCycle* para resíduos de difícil reciclagem, expandir para todos os *campi* a comissão que monitora o consumo de energia na reitoria com vistas a reduzir este consumo, construir composteiras para resíduos orgânicos nos *campi*, e promover parcerias com associações de catadores de lixo.

Santos e Costa (2017) investigaram a implementação da A3P na Secretaria do Estado do Mato Grosso. As ações da agenda só se mantiveram ativas por quatro meses, sendo desativadas por falta de pessoal para dar sequência às atividades. Os autores destacam a importância de os governos desenvolverem políticas pró-sustentabilidade, entendendo a A3P tanto como ferramenta administrativa - que foca no consumo de recursos naturais, destinação adequada dos resíduos, promoção de boas condições de trabalho e aquisições sustentáveis para bens e serviços - quanto uma possibilidade para gerar mudanças que internalizem os princípios da A3P, principalmente no que tange a dispor de pessoal direcionado à gestão ambiental.

Arruda e Rodrigues (2018) analisaram a adesão à A3P por parte de uma companhia hidroelétrica da região nordeste do país. Essa companhia, mesmo não possuindo uma adesão oficial, segue a maior parte das diretrizes da A3P. A implementação oficial tem como barreiras a sensibilização e capacitação dos gestores e o fato de não ser obrigatória culmina por não se tornar uma prioridade.

Santos (2018) analisou os desafios de gestores na implementação da A3P em uma sociedade de economia mista de Pernambuco. Como resultados, a instituição adere a 58% dos objetivos da agenda e a 82% dos eixos temáticos. Segundo o autor, a sensibilização dos gestores é um fator muito importante para a adesão e para a geração de bons resultados por meio da A3P, pois é o gestor que consente e se compromete com as atividades relacionadas à agenda, já que esta é uma recomendação de aceite voluntário, ainda que seja de grande importância não só para o meio ambiente, mas para toda sociedade. Ainda, em relação à instituição estudada, a equipe gestora da agenda comenta as barreiras para a implementação da A3P: recursos financeiros insuficientes, falta de pessoal capacitado para atuar, ausência de indicadores, e a sensibilização da equipe e dos demais funcionários.

Almeida *et al.* (2020) revelaram uma adesão parcial à A3P por parte do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). O estudo apresentou, como resultados, que alguns pontos precisam de

mais atenção por parte desta instituição: resíduos sólidos gerados, investimento em energias renováveis, monitoramento do consumo de água, e institucionalização das licitações sustentáveis. Os autores sugerem, por fim, que uma forma de ampliar a adesão à A3P seria torná-la obrigatória na esfera dos órgãos públicos.

Chaves (2019) analisou a adesão à A3P por parte do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande. O estudo apontou que a gestão socioambiental desta instituição está em fase inicial e apresenta bons resultados no que tange às licitações para compra de produtos sustentáveis que vêm da agricultura familiar, às práticas extracurriculares integrativas que estimulam a inserção social, à utilização coletiva dos espaços, à preservação e manutenção das áreas verdes, à oferta de equipamentos para praticar esportes e/ou lazer, à utilização das águas pluviais e da luz natural nos ambientes, ao controle em relação ao consumo de bens públicos e à compostagem orgânica. Em relação ao que precisa ser melhor desenvolvido, o autor retrata: sensibilização e capacitação das pessoas, práticas para melhor utilização dos bens públicos (água, papel, copos descartáveis), coleta, armazenamento e descarte de resíduos não orgânicos e perigosos, incentivo à utilização do bicicletário, possibilidade de ofertar equipamentos apropriados aos portadores de necessidades, compra de alimentos orgânicos, cultivo de horta e pomar, ampliação das possibilidades para a matriz energética e melhoramentos no sistema de esgoto.

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019) apresenta um relatório com ações de sustentabilidade no âmbito do poder executivo. A Secretaria de Administração e a Secretaria do Meio Ambiente formalizaram a adesão à A3P em 2010 com duração de 5 anos, não tendo sido renovada essa adesão, o que representa a descontinuidade do desenvolvimento de práticas voltadas aos objetivos da A3P. O plano de trabalho da instituição está evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Plano de Trabalho para implementação da A3P do estado da Bahia

(continua)

Meta	Etapas/fase
Nomeação da comissão gestora da A3P	Implementação e planejamento
Capacitar a comissão gestora da A3P	
Elaborar plano de comunicação das ações da A3P no Estado	
Implantar o projeto de coleta seletiva	Gestão de resíduos
Adotar “Compras Públicas Sustentáveis” no âmbito do Estado da Bahia	Licitações Sustentáveis
Substituir 20% do papel branco por reciclado	
Adquirir 100% do papel branco não clorado	
Adquirir impressoras, que imprimem frente e verso de acordo com a necessidade de substituição	Uso Racional dos Recursos e Combate ao Desperdício
Reduzir em 20% o consumo de papel	

Quadro 1 – Plano de Trabalho para implementação da A3P do estado da Bahia

(conclusão)

Reduzir em 30% o consumo de copos plásticos descartáveis	Uso Racional dos Recursos e Combate ao Desperdício
Reduzir em 10% o consumo de água	
Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica	
Incentivar programa de ginástica laboral	Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho
Incentivar programa de prevenção de acidentes de Trabalho com elaboração de mapa de riscos ocupacionais	
Dar destinação ambiental correta aos resíduos sólidos da Administração Pública Estadual	Gestão de Resíduos

Fonte: adaptado de Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019).

Embora não tenha havido a continuidade das ações propostas neste plano de trabalho, a aplicação de um questionário revelou que, no geral, as Secretarias/Órgãos/Entidades da Administração Pública Estadual adotam propostas sustentáveis no serviço público como a coleta seletiva que é uma prática bastante comum. Mesmo assim, falta uma gestão que implemente a A3P e responsabilize os atores envolvidos por meio de um projeto estadual de sustentabilidade (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, 2019)

Soares (2019) identificou práticas de gestão ambiental realizadas na Prefeitura do município de Lagoa de Dentro, Paraíba. Como achados, o município não pratica efetivamente os 5R's, e não cumpre integralmente a A3P. O uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a gestão adequada de resíduos e a sensibilização e capacitação dos servidores constam em fase de implementação. Já a qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis e construções, reformas e ampliações sustentáveis não iniciaram a fase de implantação. Essa falta de implementação total ou parcial pode estar relacionada ao fato de que a prefeitura fez a adesão à agenda há pouco tempo, e pode não ter tido tempo adequado para colocar em prática todas as ações necessárias. Ainda, a autora ressalta que faltam políticas públicas, programas e conhecimento sobre assuntos essenciais como consumo e produção sustentáveis. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos estudos desta seção.

Quadro 2 – Síntese dos estudos

(continua)

Autores	Objetivos	Principais resultados
Brasil <i>et al.</i> (2017)	Propor a adoção de práticas sustentáveis por meio da A3P na Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA).	A instituição não possui práticas voltadas para a preservação ambiental e não tem conhecimento sobre a A3P. A secretaria estudada necessita reanalisar o seu processo de gestão.
Prefeitura de Vinhedo (2018)	Nomeação de uma comissão para implementar ações da A3P e da Agenda 2030.	Essa prefeitura entende que a A3P é a construção de uma cultura institucional para incorporar a gestão socioambiental na gestão pública e que a Agenda 2030 propõe um plano de ação para pessoas e o Planeta.

Quadro 2 – Síntese dos estudos

(continua)

Cavalcanti (2020)	Identificar iniciativas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que englobam a A3P e os ODS.	A universidade possui algumas iniciativas, apresenta para outras instituições as suas experiências e resgata outras experiências a serem implementadas na instituição; possui um Comitê Gestor que traça o planejamento estratégico de suas ações.
Batista <i>et al.</i> (2019)	Identificar a evolução ano após ano da esfera municipal, estadual e federal em relação à adesão da A3P	Há uma evolução, porém é muito inferior ao necessário. Em relação às IFES, menos de 50% demonstraram interesse em adotar práticas ambientais adequadas à A3P.
Salviano <i>et al.</i> (2020)	Analisar percepção ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Os servidores públicos foram os que apresentaram maior percepção ambiental; 99% dos participantes dizem ser preocupados com a natureza, 54% estão dispostos a pagar mais por produtos/ serviços ecologicamente adequados.
Oliveira (2017)	Analisar a adesão à A3P por parte do Superior Tribunal de Justiça	A adesão da A3P ocorre nos 5 eixos como por exemplo: gestão de resíduos (coleta seletiva), licitações sustentáveis (compras compartilhadas), qualidade de vida no ambiente de trabalho (Feira Orgânica), sensibilização e capacitação (promoção de eventos sobre sustentabilidade), uso racional de recursos naturais e bens públicos (Campanha de Consumo Consciente).
Gutierrez, Cabral e Silva (2019)	Apresentar exemplos que podem ser implementados na gestão pública analisados na Universidade Federal da Paraíba.	Foram coletados dois baldes de 94 litros de papel, dois baldes de 94 litros de garrafas PET, 7,9 litros de óleo de cozinha, 1981 pilhas, 106 baterias e 115 lâmpadas
Ferreira e Paes-de-Souza (2019)	Identificar as adesões à A3P de instituições públicas da Amazônia Legal	Mesmo a Região Amazônica sendo de extrema importância por causa da questão ambiental, não há preocupação suficiente e adequada em relação à educação ambiental. Sugere-se o caráter normativo da agenda.
Carneiro (2018)	Analisar a percepção em relação à A3P na Universidade Federal de Campina Grande	74% dos participantes consideram alta a importância da A3P; 38% dos servidores afirma que o consumo da água é o item com o qual se deve haver maior preocupação, 25% consideram o consumo de energia, e 15% o consumo de papel
Torres (2020)	Avaliar a adesão à A3P no Ministério Público da Paraíba e identificar obstáculos em relação à implementação da A3P	A instituição apresentou baixa adesão aos eixos da agenda, apesar de desenvolver algumas ações isoladas. Barreiras: a especificidade de cada setor; falta de um programa de gestão socioambiental; falta de conhecimento de ações sustentáveis que já acontecem; ausência de capacitação e sensibilização das pessoas em relação às questões ambientais; escassez de recursos financeiros.
Miranda Junior, Licório e Silva (2018)	Analisar o grau de adesão do Instituto Federal de Rondônia em relação à A3P	A instituição atende aos objetivos da agenda. Alguns exemplos: implantação da Comissão permanente de monitoramento do consumo de água e energia elétrica da Reitoria; projeto sobre Economicidade e Sustentabilidade e campanha “Quero um Planeta decente, meu consumo é consciente”.
Santos e Costa (2017)	Investigaram a implementação da A3P na Secretaria do Estado do Mato Grosso	As ações da agenda só se mantiveram ativas por quatro meses, sendo desativadas por falta de pessoal para dar sequência às atividades.
Arruda e Rodrigues (2018)	Analisar a adesão à A3P por parte de uma companhia hidroelétrica da região nordeste do país	Mesmo não possuindo uma adesão oficial, a companhia segue a maior parte das diretrizes da A3P.

Quadro 2 – Síntese dos estudos

(conclusão)		
Santos (2018)	Analisar os desafios de gestores na implementação da A3P em uma sociedade de economia mista de Pernambuco	A instituição adere a 58% dos objetivos da agenda e a 82% dos eixos temáticos. Segundo o autor, a sensibilização dos gestores é um fator muito importante para a adesão e para a geração de bons resultados por meio da A3P.
Almeida <i>et al.</i> (2020)	Analisar a adesão à A3P por parte do Instituto Federal do Amazonas.	A adesão é parcial, e alguns pontos precisam de mais atenção por parte desta instituição: resíduos sólidos gerados, investimento em energias renováveis, monitoramento do consumo de água, e institucionalização das licitações sustentáveis.
Chaves (2019)	Analisar a adesão à A3P por parte do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande	A gestão socioambiental está em fase inicial. O que precisa ser melhorado: sensibilização e capacitação das pessoas, práticas para melhor utilização dos bens públicos, coleta, armazenamento e descarte de resíduos, incentivo à utilização do bicicletário, possibilidade de ofertar equipamentos apropriados aos portadores de necessidades, compra de alimentos orgânicos, cultivo de horta e pomar, ampliação das possibilidades para a matriz energética e melhoramentos no sistema de esgoto.
Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019)	Apresentar um relatório com ações de sustentabilidade no âmbito do poder executivo	A formalização da adesão à A3P ocorreu em 2010 com duração de 5 anos, não tendo sido renovada essa adesão. Embora não tenha havido a continuidade das ações propostas, a aplicação de um questionário revelou que, no geral, as Secretarias/Órgãos/Entidades da Administração Pública Estadual adotam propostas sustentáveis no serviço público como a coleta seletiva que é uma prática bastante comum.
Soares (2019)	Identificar práticas de gestão ambiental realizadas na Prefeitura do município de Lagoa de Dentro, Paraíba	O município não pratica efetivamente os 5R's, e não cumpre integralmente a A3P. A qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis e construções, reformas e ampliações sustentáveis não iniciaram a fase de implantação. Demais eixos estão em fase de implementação.

Fonte: revisão de literatura da pesquisa.

Em relação aos estudos apresentados nesta seção, percebe-se que são várias as instituições públicas analisadas, porém a adesão à A3P ainda é incompleta e apresenta muitas barreiras, como a falta de sensibilização da comunidade envolvida, a falta de continuidade das ações e a falta de comprometimento da gestão.

2.2 MARCOS LEGAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Esta seção busca oferecer um panorama dos marcos legais que remetem à sustentabilidade no país. A Constituição Federal brasileira, por exemplo, em seu artigo 225, salienta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O Decreto 24.643 de 1934 estabelece o Código de águas, determinando que as águas públicas de uso comum são: os mares territoriais; as correntes, canais, lagoas e lagoas navegáveis e fluviáveis, as correntes de que se façam estas águas; as fontes e reservatórios públicos; as nascentes; os braços de correntes públicas que influam na navegabilidade ou fluviabilidade. O decreto trata também das águas particulares, do álveo e margens, do aproveitamento das águas, da navegação, dos portos, da caça e pesca, entre outros (BRASIL, 1934).

A Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. É considerada um marco para a busca da preservação ambiental no país (BRASIL, 1981). Ainda, tem-se a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (BRASIL, 1985).

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei 9.433 de 1997 e são fundamentos desta política: a água como bem de domínio público, a água como recurso natural limitado com valor econômico, uso prioritário dos recursos hídricos para consumo humano e de animais em situações de escassez, uma gestão de recursos hídricos que contemple o múltiplo uso das águas, a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação desta política e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, uma gestão de recursos hídricos descentralizada e da qual participem o poder público, os usuários e as comunidades (BRASIL, 1997).

A Lei 6.905, de 12 de fevereiro de 1998, aponta as sanções penais e administrativas para condutas e atividades que prejudiquem o meio ambiente. A lei prevê penas restritivas de direito, como prestação de serviços à comunidade ou recolhimento domiciliar, multas, suspensão de atividades em caso de pessoa jurídica, apreensão dos produtos e/ou instrumentos, detenção, entre outros (BRASIL, 1998).

A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída pela Lei 9.795 de 1999. A lei ressalta que a educação ambiental é composta por processos pelos quais o indivíduo constrói valores sociais, conhecimentos e competências que garantem a conservação do meio ambiente. A educação ambiental é um importante elemento da educação nacional e deve se fazer presente em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1999), por meio da resolução 257, determinou que as pilhas e baterias que contenham chumbo, cádmio, mercúrio em seus compostos, após esgotarem a energia, devem ser entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou a alguma rede autorizada pelas indústrias de maneira que retornem aos fabricantes ou importadores, para que estes providenciam a reutilização, reciclagem, tratamento ou destinação final adequada.

A Lei 9.985 de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Unidade de conservação, segundo a lei, é um espaço de território e seus recursos naturais, que inclui as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. É um espaço legalmente instituído por meio do poder público e que possui objetivos de conservação e limite definidos. A conservação da natureza, para esta lei, trata do manejo do uso que o homem faz da natureza, e compreende a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural de forma a conseguir o maior benefício às gerações atuais garantindo o potencial da natureza em satisfazer às necessidades de gerações do futuro e assegurando a sobrevivência de todos os seres vivos (BRASIL, 2000).

A Lei 10.257 de 2001 estabelece diretrizes para a política urbana. No texto da lei consta a garantia do direito a cidades sustentáveis: direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Além disso, esta lei salienta a necessidade da expansão urbana condizente com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do território em que se fizer influente (BRASIL, 2001a).

O CONAMA (2001) criou um código de cores para os diferentes tipos de resíduos. Este código é adotado na identificação de coletores e transportadores e nas campanhas informativas da coleta seletiva. O azul representa o papel e papelão; o vermelho, plásticos; o verde, vidros; o amarelo, metal; o preto, madeira; laranja, resíduos perigosos; o branco, resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; o roxo, resíduos radioativos; o marrom, resíduos orgânicos; e o cinza, resíduos gerais não recicláveis ou misturados ou contaminados, não passíveis de separação.

Ainda no ano de 2001, a Lei 10.295 trouxe a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia com o objetivo de alocar de forma eficiente os recursos energéticos e assegurar a preservação do meio ambiente. Por esta lei, o Poder Executivo pode estabelecer níveis máximos de consumo específico de energia ou níveis mínimos de eficiência energética de máquinas e equipamentos que consomem energia e que são fabricados ou comercializados no país (BRASIL, 2001b).

A resolução 307 (CONAMA, 2002) determina diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil, com a proposição de ações para a minimização dos impactos ambientais causados por estes resíduos.

O CONAMA (2005a) criou a resolução 362 que trata do recolhimento, coleta e destinação final de óleos lubrificantes usados ou contaminados de modo a não prejudicar o meio ambiente e também proporcionar a recuperação dos constituintes. No mesmo ano, o CONAMA (2005b) estabeleceu a resolução 358 que dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

O Decreto 5.940 de 2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006).

No que tange ao saneamento básico, a Lei 11.445 de 2007 determina diretrizes e cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico. São considerados serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para reutilização ou reciclagem, tratamento, compostagem e destinação final de resíduos domésticos, resíduos de atividades comerciais, industriais e de serviços e resíduos com origem em serviços de limpeza pública urbana (BRASIL, 2007).

O MMA, por meio da portaria 217 de 2008, instituiu o Comitê de Implementação da A3P com as seguintes funções: definir diretrizes para a implementação da A3P no MMA; propor e aperfeiçoar ferramentas para as ações de implementação da A3P no MMA; criar metas, monitorar, avaliar e acompanhar as atividades de implementação da A3P; articular as ações do comitê com as ações da Comissão para Coleta Seletiva Solidária; divulgar informações sobre a A3P (MMA, 2008a). Ainda, no mesmo ano, o MMA estabeleceu a portaria 61, com vistas a práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas nas compras públicas sustentáveis, nas quais se priorize fornecedores e produtos de menor impacto ambiental e justificativas e especificações técnicas ambientais que atendam aos interesses da Administração Pública, à preservação do meio ambiente e ao bem-estar social (MMA, 2008b).

O CONAMA (2008), por meio da resolução 401, estabeleceu os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado. Além disso, a resolução busca a redução na quantidade de metais pesados em pilhas, baterias e produtos que contêm esses elementos químicos. Com isso, o descarte desses materiais pode causar menos riscos à saúde humana e do Planeta.

Em 2009, a Lei 12.114 criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima com o objetivo de garantir recursos para estudos e projetos e financiamento de empreendimentos com vistas à mitigação da mudança do clima e à adaptação às mudanças do clima e seus efeitos (BRASIL, 2009a). Também, no mesmo ano, a Lei 12.187 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, cujos objetivos precisam estar adequados ao desenvolvimento sustentável na busca do crescimento econômico, da erradicação da pobreza e da redução nas desigualdades sociais (BRASIL, 2009b).

O CONAMA (2009a, 2009b) estabeleceu as resoluções 415 e 418 que tratam da poluição do ar por veículos automotores, estabelecendo limites de emissão e procedimentos para inspeção do estado de manutenção dos veículos. Também, o CONAMA (2009c) criou a resolução 416 que trata do gerenciamento de pneus inservíveis que são um passivo ambiental. Antes, em 2003, o CONAMA (2003) já havia publicado a resolução 342 que estabeleceu limites para emissão de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305, de 2010, aponta princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão de resíduos sólidos e perigosos. Esta lei é aplicada às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010a).

O artigo 7 desta lei aponta os objetivos da PNRS, entre eles: proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos; adoção de tecnologias limpas; gestão integrada de resíduos sólidos; capacitações na área de resíduos sólidos; consumo sustentável de bens e serviços; incentivo à reciclagem; priorização de aquisições e contratações de bens e serviços sustentáveis, entre outros (BRASIL, 2010a).

A Lei 12.349 de 2010 trata das licitações, porém traz um importante acréscimo: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna um dos objetivos das licitações públicas (BRASIL, 2010b). Além disso, a Lei 12.462 de 2011, que trata do regime diferenciado de contratações públicas, evidencia a sustentabilidade sob três aspectos: as licitações e contratações deverão atender, entre outros, ao princípios do desenvolvimento nacional sustentável; na contratação de obras e serviços pode haver remuneração variável dependendo do desempenho da contratada e com base em critérios, entre outros, de sustentabilidade ambiental; nas licitações dispensadas, poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2011).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2010) estabeleceu a Instrução Normativa 01 de 2010 que apresenta critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Essa instrução normativa prioriza o uso de equipamentos com climatização mecânica ou que utilizem tecnologias de resfriamento de ar apenas em lugares onde for indispensável, a automação da iluminação dos prédios, o uso de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento, as energias limpas, os sistemas de medição individual de água e energia, o reuso de água e aproveitamento da água da chuva, a utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e a comprovação da origem das madeiras que forem utilizadas em obras ou serviços.

Ainda no ano de 2010, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lança a ISO 26000 que trata da responsabilidade social propondo que a responsabilidade social contribui para o desenvolvimento sustentável, e que ela pode influenciar vários fatores como: vantagem competitiva, reputação, capacidade de atrair e manter pessoas, manter a moral, o compromisso e a produtividade dos funcionários, garantir a percepção positiva da sociedade, e boas relações com os atores com os quais trabalha. Este documento considera a responsabilidade social como uma responsabilidade que as organizações têm sobre os impactos de suas decisões e de suas atividades na sociedade e no meio ambiente, e requer um comportamento ético e transparente que assegure o desenvolvimento sustentável, a saúde e bem-estar da sociedade, as expectativas dos atores envolvidos, as legislações pertinentes e transpasse toda a organização e suas ações e relações (ABNT, 2010).

O decreto 7.746 de 2012 estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas por meio da Lei 8.666 de 1993 que trata das contratações da administração pública federal. Além disso, este decreto institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública. O decreto considera critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais (fauna, flora, ar, água, solo), preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, maior eficiência na utilização de recursos naturais, maior geração de empregos, maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (BRASIL, 2012).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2012) criou a Instrução Normativa nº 12 que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável na

Administração Pública Federal. Essa instrução considera os Planos de Logística Sustentável como ferramentas para o planejamento baseado em ações e metas bem definidas e monitoramento e avaliação, permitindo aos órgãos que as práticas de sustentabilidade sejam executadas e que haja racionalização nos gastos e nos processos da Administração Pública.

Mais recentemente, o Ministro de Estado do Meio Ambiente determinou a Portaria 326, de 23 de julho de 2020, que institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. O objetivo deste programa é promover a responsabilidade socioambiental e adotar práticas e critérios de sustentabilidade na esfera pública; o programa se fundamenta nos seis eixos da A3P. A A3P possui alguns instrumentos, são eles: termo de adesão, parcerias institucionais, Rede A3P, certificado de sustentabilidade e selo A3P, prêmio A3P, fórum A3P, publicações e divulgações e sistema de responsabilidade socioambiental (RESSOA) (BRASIL, 2020).

No quadro 3 se apresenta um resumo dos marcos legais acerca da sustentabilidade, indicando a normativa, o ano e o conteúdo.

Quadro 3 – Marcos legais acerca da sustentabilidade

(continua)

Normativa	Ano	Conteúdo
Decreto 24.643	1934	Código de águas
Lei 6.938	1981	Política Nacional do Meio Ambiente
Lei 7.347	1985	Ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente
Artigo 225 da Constituição Federal	1988	Direito ao meio ambiente
Lei 9.433	1997	Política Nacional de Recursos Hídricos
Lei 9.695	1998	Crimes ambientais
Lei 9.795	1999	Política Nacional de Educação Ambiental
Resolução 257	1999	Reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos
Lei 9.985	2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Lei 10.257	2001	Política urbana
Lei 10.295	2001	Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia
Resolução 275	2001	Código de cores para diferentes tipos de resíduos
Resolução 307	2002	Gestão dos resíduos da construção civil
Resolução 342	2003	Limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos
Resolução 362	2005	Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado
Resolução 358	2005	Tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde
Decreto 5.940	2006	Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública
Lei 11.445	2007	Saneamento básico

Quadro 3 – Marcos legais acerca da sustentabilidade

(conclusão)

Portaria 217	2008	Comitê de implementação da A3P
Resolução 401	2008	Gerenciamento de pilhas e baterias
Portaria 61	2008	Práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis
Lei 12.114	2009	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
Lei 12.187	2009	Política Nacional sobre Mudança do Clima
Resolução 418	2009	Critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular
Resolução 415	2009	Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores
Resolução 416	2009	Prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis
Lei 12.305	2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Lei 12.349	2010	Nas licitações, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna um objetivo
ISO 26000	2010	Diretrizes sobre responsabilidade social
Instrução Normativa 01	2010	Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal
Lei 12.462	2011	Regime Diferenciado de Contratações Públicas com critérios para sustentabilidade ambiental
Decreto 7.746	2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública
Instrução normativa 10	2012	Regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável
Portaria 326	2020	Programa Agenda Ambiental na Administração Pública

Fonte: elaborado pelo autor com base nas legislações.

Evidentemente, não foram aqui destacadas todas as leis, normativas e demais instrumentos legais, mas com o que foi apresentado é possível observar significativa preocupação, em termos legais, com a sustentabilidade no país.

Conforme a retomada dos marcos legais relacionados com a sustentabilidade no país, é possível perceber que não faltam preocupações legais e normativas em relação à proteção dos recursos naturais, ou seja, permite-se a utilização da natureza, mas se busca garantir que utilização seja favorável também ao meio ambiente, de forma que se potencializem os recursos naturais para todas as gerações: as atuais e as vindouras. Contudo, as evidências sugerem que a grave crise ambiental ora em curso não seja consequência da falta de legislação acerca da temática, mas da negligência das organizações e, no nível micro, das pessoas.

A partir dos marcos legais das políticas públicas de sustentabilidade no Brasil, tratar-se-á da sustentabilidade na Administração Pública por meio da A3P e dos ODS.

2.3 SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A A3P E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Esta seção apresenta alguns cenários da Administração Pública em que há iniciativas e ações de sustentabilidade que integram a A3P e os ODS.

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto 15.543 de 2020, instituiu a Política Estadual de Sustentabilidade no âmbito da Administração Pública Estadual. A elaboração deste decreto considera a temática da sustentabilidade inserida no contexto da Agenda 2030 e dos ODS e do Programa A3P. Esta política estadual tem como objetivo a inserção de valores da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental por meio do compromisso com o desenvolvimento sustentável; da sustentabilidade como valor na cultura das instituições; da redução do consumo, desperdícios e gastos; de soluções para a utilização dos recursos naturais; da educação ambiental; da mudança de hábitos; da utilização da ciência, tecnologia e inovação; do comportamento ético, da transparência e da participação social. Esta política também busca promover a Agenda 2030 e a A3P por meio de ações, projetos e programas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

O MMA (2017) destaca que o Programa A3P tem um vínculo imediato com os ODS, considerando que as diretrizes socioambientais que constam na A3P preconizam a preocupação e a busca dos entes públicos e dos cidadãos por um Planeta melhor para todos. Ainda, o MMA traz a importância de se promover escolas sustentáveis, por meio do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, do Ministério da Educação (MEC). Este programa tem como objetivo a transição das escolas para a sustentabilidade socioambiental e, como consequência, a melhoria na qualidade da educação pública, entendendo que o espaço educacional proporciona condições para a cultura da sustentabilidade, e que as instituições de educação são centros de disseminação desta cultura garantida por valores como o diálogo, cuidado, solidariedade, participação e diversidade (MMA, 2017).

Vicente (2018) realizou um estudo sobre a eficiência do sistema eletrônico como ferramenta de sustentabilidade no processo administrativo. O autor destaca que a A3P tem como desafio a “promoção da Responsabilidade Socioambiental como política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico simultaneamente ao desenvolvimento sustentável, por via da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade” (VICENTE, 2018, p. 230). O autor ainda faz menção aos ODS, salientando a criação da Comissão Nacional ODS (formada por órgãos do governo federal e representantes de

organizações da sociedade civil com o objetivo de acompanhar e promover o cumprimento dos ODS no Brasil), o lançamento da Rede ODS Universidades (com o objetivo de potencializar as atividades de ensino, pesquisa e extensão focando na Agenda 2030), a Frente Parlamentar dos ODS no Legislativo (duzentos e dez deputados e dez senadores com o objetivo de aperfeiçoar legislações, buscando a implementação dos ODS), e a adoção dos ODS por parte do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão TCU 1056/2017-Plenário.

Peres, Souza e Morong (2020) analisaram o município Presidente Prudente em relação à adoção de práticas da Agenda 2030 e dos ODS. Um dos resultados trazidos pelos autores foi em relação à adesão à A3P com ações como: a criação da comissão gestora da A3P em 2018 e o lançamento da página oficial do Poder Legislativo intitulada “Legislativo Sustentável”. Os autores retratam que a adesão à A3P representa a preocupação em ser eficiente na atividade pública no que tange à proteção do meio ambiente e a à redução de gastos. Trata-se de atos políticos e de cidadania.

Ainda em relação ao estudo de Peres, Souza e Morong (2020), foi constatado que, no município estudado, foram instituídas algumas normas relacionadas à sustentabilidade local e à preservação do meio ambiente. Em relação à Agenda 2030, não foi encontrado nenhum regulamento concreto, e isso remete a uma barreira quando se necessita avançar no âmbito da gestão ambiental. Para os autores, há a necessidade de um diálogo estreito entre os poderes, agentes e órgãos envolvidos de maneira que seja possível promover, planejar e colocar em prática políticas públicas voltadas a atingir os ODS.

Jereisatti e Melo (2020) remontam às contratações públicas sustentáveis, sob duas perspectivas: a primeira voltada à A3P – que tem como foco o estímulo a práticas sustentáveis em órgãos públicos nas três esferas, e sobre a qual um dos eixos trata das compras sustentáveis e, como já citado na subseção dos marcos legais, a Lei 12.349/2010 prevê a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e a segunda volta aos ODS – em especial ao ODS 12, que trata de padrões sustentáveis de produção e consumo, e à meta 12.7 que enfatiza as compras públicas sustentáveis pertinentes às políticas nacionais, propondo à atuação estatal a possibilidade de, por meio do seu poder de compra e das suas decisões nas contratações públicas, garantir o desenvolvimento sustentável. Por meio do estudo de Jereisatti e Melo (2020) foi possível perceber que o Brasil ainda tem um longo caminho na busca por chegar a um patamar de contratações públicas sustentáveis, e esse cenário exige maior comprometimento do Poder Público ao efetivar ou criar novos mecanismos rumo às licitações sustentáveis.

O Serviço Geológico do Brasil (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM) é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Um dos seus projetos é o Programa CPRM Sustentável que visa à sustentabilidade social, econômica e ambiental por meio de ações regionais e parcerias externas. Este programa segue as diretrizes da A3P e dialoga com os ODS. Algumas ações do programa contemplam a coleta seletiva, a eficiência energética e hídrica, as licitações sustentáveis, a utilização de bicicletário, a compostagem, a horta orgânica, a semana do meio ambiente, o dia mundial da água, entre outras (CPRM, 2020).

No que se refere ao contexto das universidades, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) lançou um Guia para a Agenda 2030 a fim de integrar os ODS, a educação e a sociedade. No documento, a instituição retrata que o ODS 12 está vinculado a uma visão de futuro na qual é importante priorizar programas de produção e consumo sustentáveis e políticas nacionais vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental e à A3P (UNESP, 2020).

Serafini, Moura e Nobre (2021) estudaram os ODS na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e destacaram que uma das ações para a implementação dos ODS na universidade foi a adesão à A3P e o Selo Verde representando o compromisso da instituição com as questões socioambientais. Esse selo foi emitido pelo Ministério de Meio Ambiente.

Santos (2020) analisou a sustentabilidade no Instituto Federal de Santa Catarina. A autora destaca que a instituição aborda diretrizes dos ODS, do Plano de Logística Sustentável (PLS) e aderiu à A3P. Em relação aos eixos da A3P, consta no PLS: eixo 2 - o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados (implantar um padrão de resíduos, destinar e gerir corretamente os resíduos); eixo 1 - valorização dos recursos hídricos e racionalização do consumo de energia (monitorar o consumo de água e energia, sensibilizar sobre o consumo, monitorar instalações); eixo 5 - adoção de critérios sustentáveis nas contratações de obras e serviços de engenharia e nas aquisições de materiais e contratações de serviços (incorporar critérios de sustentabilidade nos projetos, obras, manutenções, compras e contratações, ter um plano de prevenção e correção); eixos 3 e 4 - adequação de instalações, criação de espaços para atividades físicas e integrativas, capacitação e sensibilização da comunidade para a sustentabilidade (sensibilizar alunos e servidores, promover parcerias com a sociedade, proporcionar ambiente saudável).

A Universidade Federal do Maranhão (2021), por meio do boletim da Superintendência de Gestão Ambiental, realiza várias práticas que integram os ODS e A3P. Entre essas práticas estão: campanha de sensibilização acerca da redução de copos descartáveis, horta escolar, produção e doação de mudas de plantas nativas, reutilização de óleos residuais para produção de sabão ecológico, educação ambiental, entre outros.

Almeida *et al.* (2020) relacionam os eixos da A3P com os ODS, o que se apresenta no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação entre os eixos da A3P e os ODS

Eixos da A3P	Relação com os ODS
Eixo 1: uso racional dos recursos naturais e bens públicos	ODS 4 (educação de qualidade); ODS 13 (ação contra a mudança global do clima); ODS 7 (energia limpa e acessível); ODS 6 (água potável e saneamento)
Eixo 2: gestão adequada dos resíduos gerados	ODS 3 (saúde e bem-estar); ODS 13 (ação contra a mudança global do clima); ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis); ODS 4 (educação de qualidade); ODS 6 (água potável e saneamento)
Eixo 3: qualidade de vida no ambiente de trabalho	ODS 3 (saúde e bem-estar); ODS 4 (educação de qualidade); ODS 5 (igualdade de gênero); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico)
Eixo 4: sensibilização e capacitação dos servidores	ODS 3 (saúde e bem-estar); ODS 4 (educação de qualidade); ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico)
Eixo 5: licitações sustentáveis	ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes); ODS 13 (ação contra a mudança global do clima); ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis); ODS 12 (consumo e produção responsáveis); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico); ODS 4 (educação de qualidade)

Fonte: adaptado de Almeida *et al.* (2020).

É possível perceber, pelo Quadro 4, que nem todos os ODS são contemplados nos eixos da A3P. Os ODS: 1 – erradicação da pobreza, 2 – fome zero e agricultura sustentável, 7 – energia limpa e acessível, 9 – indústria, inovação e infraestrutura, 10 – redução das desigualdades, 14 – vida na água, 15 – vida terrestre e 17 – parcerias e meios de implementação – não são apresentados no referido quadro que relaciona com a A3P. Esta lacuna se torna um campo de estudo bastante relevante – que é a proposta desta pesquisa – de forma a alinhar os ODS com a A3P.

O Quadro 5 apresenta um resumo desta seção.

Quadro 5 – Resumo da seção 2.3

(continua)

Autores	Principais contribuições
Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (2020)	Apresenta o Decreto 15.543 de 2020 que instituiu a Política Estadual de Sustentabilidade no âmbito da Administração Pública Estadual.
MMA (2017)	Destaca que o Programa A3P tem um vínculo imediato com os ODS

Quadro 5 – Resumo da seção 2.3

(conclusão)

	e a importância de se promover escolas sustentáveis.
Almeida <i>et al.</i> (2020)	Relacionam os eixos da A3P com os ODS.
Vicente (2018)	Estudo sobre a eficiência do sistema eletrônico como ferramenta de sustentabilidade no processo administrativo, e salienta a criação da Comissão Nacional ODS, o lançamento da Rede ODS Universidades, a Frente Parlamentar dos ODS no Legislativo, e a adoção dos ODS por parte do Tribunal de Contas da União.
Peres, Souza e Morong (2020)	Analisaram a adoção de práticas da Agenda 2030 e dos ODS no município Presidente Prudente. Como resultados: a criação da comissão gestora da A3P em 2018 e o lançamento da página oficial do Poder Legislativo intitulada “Legislativo Sustentável”. Também foram instituídas algumas normas relacionadas à sustentabilidade local e à preservação do meio ambiente.
Jereisatti e Melo (2020)	Apresentam as contratações públicas sustentáveis, sob duas perspectivas: a primeira voltada à A3P, e a segunda voltada aos ODS e salientam que o Brasil ainda tem um longo caminho na busca por chegar a um patamar de contratações públicas sustentáveis.
Serviço Geológico do Brasil (2020)	Programa CPRM Sustentável: visa à sustentabilidade social, econômica e ambiental por meio de ações regionais e parcerias externas. Segue as diretrizes da A3P e dialoga com os ODS. Algumas ações: a coleta seletiva, a eficiência energética e hídrica, as licitações sustentáveis, a utilização de bicicletário, a compostagem, a horta orgânica, a semana do meio ambiente, o dia mundial da água.
Unesp (2020)	Lançamento do Guia para a Agenda 2030 a fim de integrar os ODS, a educação e a sociedade.
Serafini, Moura e Nobre (2021)	Salienta que os ODS na Universidade Federal do Rio Grande do Norte se dão por meio da adesão à A3P e do Selo Verde
Santos (2020)	Destaca que o Instituto Federal de Santa Catarina segue diretrizes dos ODS, do Plano de Logística Sustentável e possui adesão à A3P
Universidade Federal do Maranhão (2021)	Apresenta práticas que integram os ODS e A3P na universidade: campanha de sensibilização acerca da redução de copos descartáveis, horta escolar, produção e doação de mudas de plantas nativas, reutilização de óleos residuais para produção de sabão ecológico, educação ambiental, entre outros

Fonte: revisão de literatura da pesquisa.

Com base nas discussões apresentadas até aqui, sobre a sustentabilidade, por meio da A3P, na Administração Pública, sobre os marcos legais da sustentabilidade no país e sobre estudos que se voltam a conectar as agendas A3P e ODS, e levando em conta que muitos estudos revelam a necessidade de se avançar em termos de sustentabilidade na esfera pública, este trabalho pretende possibilitar a aproximação da A3P aos ODS e a proposta de uma nova política pública que venha a contribuir com a sustentabilidade, com o desenvolvimento sustentável e com a eficiência do setor público em relação ao alcance dos objetivos da Agenda 2030.

2.4 SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Esta seção se dedica a trazer estudos sobre como a sustentabilidade é refletida nas ações das IFES. Curi *et al.* (2019) avaliaram o nível de eficiência da utilização de recursos naturais em universidades federais. Em relação ao uso da água, 8 instituições apresentaram níveis de eficiência por ano analisado; em relação à energia elétrica, foram 9 instituições; e em relação ao uso de papel, foram 11 universidades. Os autores destacam que a maioria das instituições com níveis de eficiência iguais ou próximos a 1 registram programas e ações de redução de consumo e do custo de recursos renováveis nos seus relatórios de gestão.

Ribeiro *et al.* (2018) analisaram as práticas de divulgação, conscientização e capacitação de universidades em relação ao tema sustentabilidade por meio dos planos de gestão de logística sustentável e dos projetos de pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade. Conforme os autores, das 63 universidades estudadas, 22 divulgaram o plano e cinco ainda estão em fase de elaboração. Após analisar o PLS, os autores comentaram que o maior número de ações leva em conta todos os temas, englobando a sustentabilidade de forma geral; a coleta seletiva, material de consumo, energia elétrica e água e esgoto são áreas contempladas no PLS; porém, qualidade de vida no trabalho detém um número reduzido de práticas; algumas ações não apresentam seu método como “conscientização para redução do consumo de água”, “trabalhos de conscientização da comunidade acadêmica” e “promover campanhas de conscientização para redução de consumo de energia”. Em relação aos projetos, os autores relatam que há poucos projetos de pesquisa e extensão voltados à sustentabilidade, há poucos incentivos de fomento nas instituições e não há relação dos projetos de extensão com o PLS o que remete à necessidade, segundo os autores, de uma integração entre os setores das universidades para promover a sustentabilidade.

Pereira, Prado Filho e Pereira (2019) apresentaram algumas iniciativas ambientais da Universidade Federal de Ouro Preto tais como: coleta seletiva de materiais recicláveis, Programa UFOP Reduz (projetos na área da saúde, coleta seletiva, diminuição de resíduos sólidos na universidade, parcerias com associações de reciclagem), comissão para coleta seletiva solidária, Projeto Canecas (distribuição de canecas para diminuir o uso de copos descartáveis), coleta de pilhas e baterias, Projeto engenharia para sustentabilidade (separação do lixo reciclável nos prédios dos cursos de engenharias), Eletrocoleta (coleta de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos) e a comissão para o projeto UFOP Campus Ambiental (implementação de ações sustentáveis no *campus*).

Pacheco *et al.* (2019) utilizaram-se da ferramenta STARS (*Sustainability Tracking Assessment and Rating System*) para analisar a sustentabilidade nas operações da Universidade Federal de Santa Catarina. A ferramenta STARS se baseia em quatro aspectos: acadêmico, engajamento, operações e planejamento e administração. Em relação à universidade, o estudo abrangeu todas as operações, porém o desempenho foi fraco, e os resultados que foram positivos eram relacionados a normativas externas. Segundo os autores, o baixo desempenho da instituição em relação à sustentabilidade pode ser explicado por três fatores: falta de registros sobre as ações praticadas na instituição, falta de continuidade nas iniciativas, falta de ações em esferas importantes.

Soares, Deglinomeni e Rosa (2021) analisaram os critérios de sustentabilidade adotados nos processos licitatórios da modalidade pregão eletrônico do ano de 2013 de universidades federais localizadas no Rio Grande do Sul. Como resultados, os critérios de sustentabilidade foram pouco empregados nas compras das IFES analisadas, sendo que dos 911 pregões eletrônicos realizados, em somente 20 foram identificados critérios de sustentabilidade, ou seja, menos de 2,2% dos pregões realizados em 2013 podem ser considerados compras sustentáveis.

Ainda em relação às compras públicas, Mendonça (2018) analisou esse processo nas IFES do Centro-Oeste entre os anos de 2012 a 2017. Como resultados, percebeu-se um grau inicial de maturidade das IFES no que tange às compras sustentáveis, as quais abrangem poucos produtos e pouco orçamento. Por fim, a autora propôs um guia de compras públicas sustentáveis, que inclui critérios ambientais, sociais, econômicos e políticos

Oliveira (2018) propôs 19 indicadores de sustentabilidade para as IFES brasileiras, levando em conta os contextos normativo (normas que regem as decisões dos gestores), administrativo (responsabilidade dos agentes públicos de operacionalizar ideias e normas), político-cultural (papel da gestão nas IFES) e socioeconômico (aquisição de equipamentos, implantação de estrutura física e de pessoal). Os indicadores foram distribuídos em critérios: ar e clima (porcentagem de emissão de gases de efeito estufa GEE identificados por meio de auto monitoramento no campus por ano), edificações (porcentagem da área construída ou reformada de edificações que possui políticas ou normas que apoiam critérios sustentáveis em relação a área total de edificações), energia (consumo total de energia por edifício por unidade de área útil, porcentagem de uso de eletricidade, por fonte alternativa (biomassa, carvão, geotérmico, hidro, gás natural, nuclear, fotovoltaico solar, eólica), alimentos e serviços de refeição (porcentagem de despesas com alimentos e bebidas e serviços de refeições que seguem padrões de sustentabilidade ou de produção local em relação às refeições convencionais, porcentagem de redução do desperdício de alimentos, quantidade de alimentos que seriam desperdiçados e

que passam a ser doados, reaproveitados ou destinados à compostagem), solo (Porcentagem da área total manejada que possui manejo diferenciado, porcentagem da área total protegida que possui manejo diferenciado para proteção da biodiversidade), compras (porcentagem das compras da instituição que possui políticas ou normas que apoiam a compra sustentável), transporte (porcentagem da frota de veículos da instituição que utiliza fontes alternativas de energia, porcentagem de estudantes que utiliza transporte alternativo como principal meio de transporte para o deslocamento ao campus, porcentagem de funcionários que utiliza transporte alternativo como principal meio de transporte para o deslocamento ao campus, porcentagem de vagas estacionamento ou armazenamento seguro para bicicletas e afins que a instituição oferece em relação à demanda, porcentagem de ciclovias oferecidas no campus em relação à malha viária do *campus*) desperdício (porcentagem de redução do desperdício de insumos em relação a total consumido, quantidade de insumos que seriam desperdiçados e que passam a ser doados, reaproveitados ou reciclados) e água (consumo total de água por usuário do *campus*, porcentagem de água residual tratada do *campus* em relação ao volume total de água consumida).

Marcuz Junior (2021) elaborou uma proposta de indicadores e atribuições para subsidiar a gestão da sustentabilidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A proposta leva em conta 17 indicadores: gestão de áreas, construções sustentáveis, água, energia, emissões, ensino/docência, pesquisa, extensão, geração de resíduos/rejeitos, descarte de resíduos/rejeitos, efluentes, qualidade de vida/saúde, compras sustentáveis, impacto e proteção ambiental, promoção da igualdade, combate à corrupção, e gestão da sustentabilidade. Além disso, o trabalho identificou lacunas nos regimentos da universidade e sugeriu emendas e adaptações para convergir com a proposta, como por exemplo a sugestão de criação do Departamento de Sustentabilidade e da Diretoria de Sustentabilidade nas estruturas organizacionais.

O Quadro 6 apresenta um resumo desta seção.

Quadro 6 – Resumo da seção 2.4

(continua)

Autores	Principais contribuições
Curi <i>et al.</i> (2019)	Avaliação do nível de eficiência da utilização de recursos naturais em universidades federais.
Ribeiro <i>et al.</i> (2018)	Análise das práticas de divulgação, conscientização e capacitação de universidades em relação ao tema sustentabilidade por meio dos planos de gestão de logística sustentável e dos projetos de pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade.
Pereira, Prado Filho e Pereira (2019)	Apresentação de iniciativas ambientais em universidade
Pacheco <i>et al.</i> (2019)	Utilização da ferramenta STARS (<i>Sustainability Tracking Assessment and Rating System</i>) para analisar a sustentabilidade em universidade.

Quadro 6 – Resumo da seção 2.4

(conclusão)

Soares, Deglinomeni e Rosa (2021)	Análise dos critérios de sustentabilidade adotados nos processos licitatórios da modalidade pregão eletrônico.
Mendonça (2018)	Proposta de guia de compras públicas sustentáveis, que inclui critérios ambientais, sociais, econômicos e políticos.
Oliveira (2018)	Proposta de indicadores de sustentabilidade para as IFES brasileiras, levando em conta os contextos normativo, administrativo, político-cultural e socioeconômico.
Marcuz Junior (2021)	Proposta de indicadores e atribuições para subsidiar a gestão da sustentabilidade.

Fonte: revisão de literatura da pesquisa.

De forma geral, os estudos apontam que as IFES demonstram preocupação e também desenvolvem ações no seu âmbito que contribuem para a sustentabilidade, porém ainda muito o que ser feito principalmente considerando a necessidade de implementar os ODS, e é muito relevante que as universidades, como instituições de fomento ao ensino, à pesquisa e à extensão e formadoras de cidadãos, sejam precedentes na criação, desenvolvimento e execução de práticas sustentáveis que contribuam para os ODS.

2.5 A3P NAS UNIVERSIDADES

Esta seção busca tratar da A3P especificamente em universidades. O MMA (2017) destaca que as universidades públicas, quando implementam a A3P, refletem na sociedade as diretrizes sociambientais, a economia de recursos, a redução dos impactos ambientais e a melhoria da qualidade de vida. Ainda, os efeitos são de várias dimensões: sinérgica (somatório de forças), ecológica (relações entre os atores), pedagógica (ser exemplo), e econômica (redução de gastos). A implementação da gestão socioambiental segue os passos: criação de uma comissão A3P, realização do diagnóstico da universidade, elaboração de um plano de gestão socioambiental, mobilização e sensibilização, avaliação e monitoramento das ações.

Kihara, Moura-Leite e Lopes (2019) estudaram a implementação do PLS em universidades com base nas compras e contratações sustentáveis sugeridas pela A3P e pela Instrução Normativa n. 10/2012 (que implementou o PLS). Os autores apresentam uma relação das categorias que foram mais e menos atendidas nos PLS das universidades e citam a necessidade de a Administração Pública incentivar a implementação do PLS tanto pela possibilidade de algum tipo de certificação pela implementação exitosa do PLS como pela aplicação de alguma sanção administrativa pela não implementação do plano.

Vieira e Medeiros (2020) realizaram um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande com o objetivo de identificar o nível de adesão da instituição às práticas da A3P. Foram verificados uma adesão parcial à agenda, um baixo índice de percepção ambiental dos servidores, e pouco incentivo da universidade em desenvolver ações para conscientizar ou capacitar sua comunidade. Em contrapartida, foi verificado que a instituição apresenta potencial para que o Sistema de Gestão Ambiental seja aplicado nos processos administrativos, pois há cursos com foco na área ambiental e gestores com competências para desenvolver projetos na área da sustentabilidade.

Araújo, Freitas e Rocha (2017) analisaram as práticas de gestão ambiental com base na A3P em uma universidade do nordeste do país. A instituição possui algumas práticas sustentáveis que não são homogêneas nem integradas, sendo que alguns *campi* possuem um Plano de Gestão Ambiental, enquanto outro adotou a A3P ainda que sem adesão formal. As práticas ambientais identificadas - e com base nos eixos da A3P - foram: sistema de controle de iluminação, utilização de equipamentos hidráulicos eficientes, espécies nativas para o paisagismo, coleta de resíduos recicláveis e destinação a cooperativas, coleta de esgoto em fossas sépticas ou na rede pública, utilização de veículos *flex*, campanhas para reduzir o consumo de água, acesso apropriado para pessoas com mobilidade reduzida, e contratações sustentáveis. As expectativas da Alta Administração estão voltadas para definir uma política ambiental, alocar mais recursos e adotar a A3P. De forma geral, observou-se a necessidade de um comprometimento da comunidade em todos os *campi* para as causas sustentáveis.

Luiz (2019) realizou um estudo na Universidade Federal de Integração Latino-Americana a fim de identificar as práticas sustentáveis da instituição com base na A3P. A autora aplicou um *check-list* com 36 questões com respostas “adere” ou “não adere”. A universidade possui algumas ações que atendem aos eixos da A3P, porém ainda é necessário um planejamento estratégico institucional que englobe ações voltadas para a agenda. A autora propôs um plano de implantação de ações sustentáveis com algumas fases: criação da comissão, diagnóstico, plano de trabalho, capacitações aos servidores, definição de indicadores, incorporação da A3P no planejamento estratégico. A autora sugeriu algumas ações da A3P que a instituição pode implantar; são ações relacionadas ao consumo de papel, de energia, de copos plásticos, gestão dos resíduos, sensibilização e capacitação, qualidade de vida no trabalho e licitações sustentáveis.

Santa, Pfitscher e Rocha (2017) estudaram duas IFES no estado de Santa Catarina e os Planos de Gestão de Logística Sustentável para analisar os benefícios da utilização de blocos verdes (reaproveitamento de resíduos). Em relação às prioridades do PLS, as duas universidades

apresentam os itens: gestão de resíduos sólidos, compras e contratações sustentáveis, qualidade de vida no ambiente do trabalho, energia, água e esgoto e deslocamento de pessoal. Em relação aos benefícios dos blocos verdes, os autores destacam: reciclagem de resíduos da construção civil, economia de material, tempo de montagem e argamassa em relação à construção tradicional, e menor impacto no meio ambiente.

Rodrigues (2018) destaca que a Universidade Federal de Santa Catarina é uma das IFES que possui adesão à A3P. A instituição também possui uma coordenadoria de gestão ambiental, uma política de gestão ambiental, o projeto Sala Verde, e o laboratório de eficiência energética em edificações; é pioneira na elaboração do plano de gestão de logística sustentável.

Oliveira, Santos e Cabral (2021) analisaram as ações socioambientais de instituições federais de ensino superior do Ceará com base nos eixos da A3P. Em relação ao eixo do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a instituição desenvolve ações voltadas para reduzir o consumo do papel, energia, água e copos descartáveis; em relação aos resíduos, o foco é na coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos perigosos; em relação à qualidade de vida no trabalho, são desenvolvidos programas de qualidade de vida, saúde e segurança e acessibilidade; em relação à sensibilização e capacitação, são desenvolvidos cursos, eventos e campanhas; em relação às compras públicas, nos editais constam critérios de sustentabilidade; em relação às construções sustentáveis, buscam-se adaptações sustentáveis, captação de água e reuso de água, geração de energia solar e espaços verdes e de lazer. Os autores destacam que as instituições ainda não desenvolvem ações integralmente voltadas para a A3P.

O Quadro 7 apresenta um resumo desta seção.

Quadro 7 – Resumo da seção 2.5

Autores	Principais contribuições
Kihara, Moura-Leite e Lopes (2019)	Estudo sobre a implementação do PLS em universidades com base nas compras e contratações sustentáveis sugeridas pela A3P e pela Instrução Normativa n. 10/2012 (que implementou o PLS).
Vieira e Medeiros (2020)	Análise do nível de adesão da Universidade Federal de Campina Grande às práticas da A3P.
Araújo, Freitas e Rocha (2017)	Análise das práticas de gestão ambiental com base na A3P em uma universidade do nordeste do país.
Luiz (2019)	Análise das práticas sustentáveis da instituição com base na A3P na Universidade Federal de Integração Latino-Americana.
Santa, Pfitscher e Rocha (2017)	Analisaram o PLS com vistas aos benefícios da utilização de blocos verdes (reaproveitamento de resíduos).
Rodrigues (2018)	Análise de aspectos da Universidade Federal de Santa Catarina em relação à A3P.
Oliveira, Santos e Cabral (2021)	Análise das ações socioambientais de instituições federais de ensino superior do Ceará com base nos eixos da A3P.

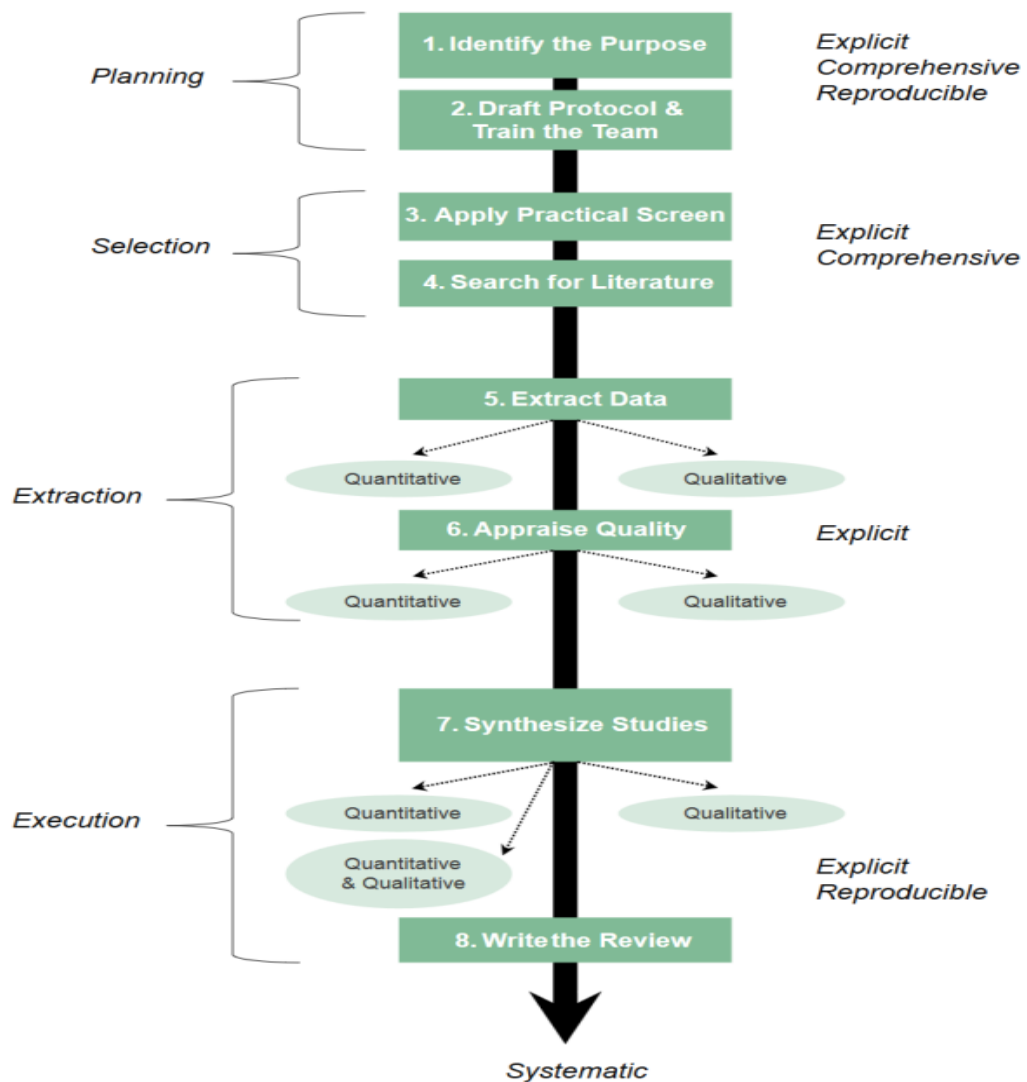
Fonte: revisão de literatura da pesquisa.

A A3P, 23 anos após sua criação, ainda se mostra incipiente nas IFES. Existem algumas tentativas de implementar a A3P, porém muitas delas começam e não têm continuidade, ou são desenvolvidas parcialmente. Para solucionar estas falhas, uma das soluções seria tornar a A3P obrigatória, com metas e com uma fiscalização por parte do governo que realmente cobre o compromisso das IFES frente à sustentabilidade, o que certamente também pode contribuir para os ODS.

2.6 ESTADO DA ARTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta seção apresenta o Estado da Arte sobre ações públicas relacionadas com a Agenda Ambiental da Administração Pública e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Inicialmente foi identificada a necessidade da adoção de ações de sustentabilidade na Administração Pública, pesquisas revelaram a adesão de alguns órgãos públicos ao programa A3P do governo federal, porém, notou-se a fragilidade da agenda no contexto público. Por outro lado, percebe-se diversas ações e mobilização mundial com o atingimento das metas dos ODS. Diante disto, foram analisados estudos que propõem um modelo específico para Administração pública unificando a A3P e as ODS. Na busca, realizou-se uma varredura nas bases científicas com o *Web Of Science*, *Spell*, *Google Acadêmico*, nas quais foram encontrados materiais sobre aplicação de uma ou outra. Os achados foram apresentados no referencial teórico desta dissertação. Visando aprofundar a busca, realizou-se uma revisão sistemática na Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD) seguindo os protocolos de Okoli (2015) representados na figura 3:

Figura 3 – Protocolos



Fonte: Okoli (2015)

Na primeira etapa, foi verificado o propósito da pesquisa sistemática: identificar trabalhos que abordassem o tema a Agenda Ambiental na Administração Pública e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública. A segunda etapa foi a elaboração de protocolos, na qual foram definidas as palavras de busca e critérios de exclusão; para isso, foram realizadas duas pesquisas distintas: a primeira com as palavras de busca “Agenda Ambiental na Administração Pública” AND “Administração Pública”, e a segunda “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” AND “Administração Pública”. Como critérios de exclusão, foi definido que trabalhos repetidos e trabalhos que não abordassem o tema pesquisado seriam descartados. Na terceira etapa, aplicação da tela prática, foi realizada a busca na BDTD. Na

quarta etapa, pesquisa de literatura, foram identificados os trabalhos e foi realizada uma leitura de seus resumos. Na quinta etapa, foram extraídos os dados válidos de acordo com os critérios de exclusão já definidos. Na sexta etapa, foi realizada uma análise mais criteriosa dos objetivos e resultados dos trabalhos selecionados. Na sétima etapa, síntese dos estudos, foi escrito um breve resumo dos trabalhos. Na oitava e última etapa, foram realizadas a síntese e a conclusão da pesquisa.

Para o desenvolvimento desta seção, foi realizada uma pesquisa em duas etapas no Banco Digital de Tese e Dissertações (BDTD) no dia 14 de outubro de 2021. Na primeira busca, foram utilizadas as palavras-chave “Agenda Ambiental na Administração Pública” AND “Administração pública”, retornando 36 trabalhos. Após uma breve análise, verificou-se que havia 02 trabalhos repetidos e 11 trabalhos que não abordavam o tema diretamente, apenas citavam as palavras-chave fora do contexto desejado, restando então 23 trabalhos para posterior análise. A segunda busca conteve as palavras-chave “Objetivos do desenvolvimento sustentável” AND “Administração Pública” e retornou 11 trabalhos, dos quais, após filtragem, verificou-se que 01 trabalho estava repetido e 03 não abordavam o tema desejado, apenas apresentavam as palavras-chave, mas não tratavam do tema como objetivo principal. Após o refinamento, restaram 07 trabalhos para posterior análise. Para ambas as buscas, foram considerados trabalhos a partir de 1999, já que foi o ano em que a Agenda Ambiental na Administração Pública teve seu início. Considerou-se, também, a pesquisa por “todos os termos” em “todos os campos”, ou seja, todos os termos buscados deveriam aparecer dentro dos campos do trabalho.

Após a filtragem dos trabalhos, constatou-se que, em relação à titulação dos trabalhos da primeira busca, todos foram de mestrado; já na segunda busca, quatro foram de mestrado e três de doutorado. Em relação aos anos de publicação, o quadro 8 demonstra o resumo dos achados.

Quadro 8 – Relação do ano de publicação em relação às buscas na base de dados

(continua)

Busca “Agenda Ambiental na Administração Pública” AND “Administração pública”		
Datas	Quantidade	Percentual
2014	2	8,7
2015	3	13,0
2016	3	13,0
2017	6	26,1
2018	7	30,4

Quadro 8 – Relação do ano de publicação em relação às buscas na base de dados

(conclusão)

2019	2	8,7
Total	23	100
Busca “Objetivos do desenvolvimento sustentável” AND “Administração Pública”		
2016	1	14,3
2017	2	28,6
2019	4	57,1
Total	7	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os trabalhos foram agrupados de acordo com as áreas de conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O quadro 9 demonstra o quantitativo de trabalhos em cada área.

Quadro 9 – Resultados dos trabalhos da busca

Busca “Agenda Ambiental na Administração Pública” AND “Administração pública”		
Área	Quantidade	Percentual
Ciências Agrárias	1	4,3
Ciências Biológicas	1	4,3
Ciências da Saúde	1	4,3
Ciências Humanas	3	13,0
Ciências Sociais Aplicadas	10	43,5
Engenharias	5	21,7
Multidisciplinar	2	8,7
Vazias	0	0,0
<i>Total</i>	23	100
Busca “Objetivos do desenvolvimento sustentável” AND “Administração Pública”		
Ciências Sociais Aplicadas	5	71,4
Engenharias	0	0,0
Multidisciplinar	2	28,6
<i>Total</i>	7	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos trabalhos selecionados na base de dados, buscou-se analisar os objetivos e achados de cada trabalho. De acordo com a primeira busca e ao fim da filtragem, restaram 23 trabalhos; destes, foi realizada leitura dos resumos e objetivos. Desta forma, os trabalhos foram agrupados em seis dimensões de acordo com a similaridade de seus objetivos gerais e

problemáticas: Ações Socioambientais, Implementação, Práticas, Compras Sustentáveis, Avaliação e Demais finalidades.

2.6.1 Ações socioambientais

A primeira dimensão foi composta por seis trabalhos que abordaram as ações socioambientais na Administração Pública relacionadas à A3P, compondo o maior agrupamento. Os trabalhos com esta temática foram publicados entre 2014 e 2018.

A dissertação de Araújo (2018) abordou as instituições de ensino como um dos principais envolvidos em assuntos sobre sustentabilidade com questionamentos sobre como são tratadas as questões socioambientais nas atividades operacionais de uma Instituição Federal de Ensino Superior estruturada em multicampi. Para responder tal questionamento, definiu-se o objetivo de analisar as questões socioambientais na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no estado da Paraíba, com base nas diretrizes da A3P. O pesquisador conduziu um estudo de caso abrangendo todos os sete *campi* da UFCG e setores da Administração superior. Após o estudo de caso, foram aplicados questionários a alguns gestores da instituição os quais trabalhavam com a implantação ou execução de ações socioambientais da instituição. Constatou-se que a instituição analisada não possuía adesão formal à A3P nem agenda institucional ou programa de sustentabilidade. Foram identificadas ações isoladas e não integradas nos *campi*, mas sem vinculação aos eixos da A3P; também não foi identificado plano de gestão de resíduos sólidos, apontando desconformidade com a legislação vigente.

Barbosa *et al.* (2018) também entendem que as instituições de ensino possuem grande responsabilidade frente às legislações ambientais e assumem um papel fundamental no desenvolvimento de ações socioambientais somado à formação de profissionais comprometidos colaborando para uma cultura sustentável consciente. A partir desta percepção, a pesquisadora buscou verificar iniciativas de ações de sustentabilidade e a possibilidade de adoção de medidas para viabilizar a adesão do campus Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Para responder tal questionamento, o objetivo da dissertação foi analisar as ações socioambientais no campus Alegre, sob a perspectiva da A3P. Para atender ao objetivo da pesquisa, aplicou-se um questionário estruturado com questões abertas, cujas respostas obedeciam a um critério de pontuação específico, a diretores e gestores do campus em estudo. Como principais resultados, pode-se destacar a preocupação com ações socioambientais inclusive com uma coordenadoria responsável. Porém, não se identificou uma política ou compromisso ambiental formal. Algumas iniciativas de conscientização podem ser percebidas,

porém sem planejamento, definição de objetivos e metas e acompanhamento periódico. No que se refere a procedimentos legais, observa-se que o *campus* segue a legislação quando se faz necessário. Quanto aos eixos da A3P, foi possível identificar iniciativas quanto ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos; quanto à gestão adequada dos resíduos, o *campus* segue rotinas de separação e destinação adequada; a qualidade de vida no ambiente de trabalho pontuou positivamente com controle de jornada de trabalho, aproveitamento das competências e habilidades dos servidores e salubridade dos ambientes, as capacitações são ofertadas com regularidade; para as compras públicas são exigidos critérios de sustentabilidade na contratação de serviços; no que se refere a construções sustentáveis, o *campus* investe em construção e preservação de áreas verdes. Apesar de o *campus* Alegre atender satisfatoriamente a todos os eixos da A3P, a pesquisa identificou que a falta de sistematização, organização de mecanismos, rotinas e formalização de ações a nível institucional colaboram para que o campus seja ineficiente em suas ações.

Monteiro (2018), em sua dissertação, constatou que ações socioambientais voltadas para a sensibilização e capacitação das pessoas poderia ser interpretada como uma medida preventiva, já que a atuação de indivíduos conscientes na sociedade resultaria em menos ações nocivas ao meio ambiente. A partir deste pensamento e pelo fato de, segundo a pesquisadora, a Universidade Federal do Pará (UFPA) já realiza ações de natureza socioambiental e de que os servidores já possuem um certo grau de sensibilização, buscou-se verificar se a instituição em estudo está sendo efetiva em promover a sensibilização e capacitação de servidores técnico-administrativos para adoção de práticas sustentáveis em suas atividades rotineiras. Como ferramenta de pesquisa foi adotada pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário com escala tipo *Likert* aplicado em servidores de um dos *Campi* da UFPA localizado na cidade de Belém, aplicado de forma on-line. Os respondentes foram selecionados por meio de amostra probabilística aleatória simples. Diante de uma população de 1050 servidores, alcançou-se 222 questionários válidos, satisfazendo a necessidade estatística mínima da pesquisa. De acordo com os achados da pesquisa, identificou-se que a instituição possui ações socioambientais de conscientização e capacitação de servidores em seu planejamento estratégico, inclusive prevendo a transferência de conhecimento e fiscalização por parte da comunidade acadêmica. Possui práticas socioambientais já implementadas que vão ao encontro dos eixos temáticos da A3P, além de projetos realizados na universidade destinados a toda comunidade acadêmica, em específico para servidores, objetivando a conscientização e disseminação da cultura da sustentabilidade, dentro e fora da universidade.

Na dissertação de Camargo (2017), diante da evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e do papel fundamental no processo de mudança que as instituições possuem na sociedade, buscou-se realizar um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas na gestão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mais especificamente do *campus* Foz do Iguaçu, sob a ótica da A3P. Para atender ao objetivo da pesquisa, foi conduzida uma pesquisa documental na qual foram investigados os documentos institucionais. Após a pesquisa, foi realizada observação simples *in loco*. Procedeu-se com uma entrevista informal com o diretor do *campus*, objetivando identificar as práticas socioambientais, e, como última etapa, realizou-se um *checklist* com duas opções “Adere” “Não Adere” aplicada aos chefes de setores já que estes colaboram com o diretor para tomada de decisão. De acordo com os eixos da A3P, pode-se verificar que em relação ao eixo uso racional dos recursos naturais e bens públicos foi organizada uma planilha com gastos de água, combustível, copos plásticos, energia elétrica e papel na qual foi verificado que não há ações concretas para reduzir o consumo; no eixo gestão adequada de resíduos, identificou-se o descarte e encaminhamento correto de lixo eletrônico. No entanto, o contrário foi observado quando se refere a resíduos perigosos como lâmpadas e pilhas. Há lixeiras seletivas, porém apenas para papel e lixo orgânico; no eixo qualidade de vida no trabalho, foram identificadas ações voltadas para os servidores e adequação do *campus* à acessibilidade; no eixo sensibilização e capacitação de servidores, não foi possível identificar projetos concretos, apenas algumas ações isoladas e sem grande impacto; em relação às compras sustentáveis, percebeu-se que grande parte dos editais não contemplavam critérios de sustentabilidade na aquisição de seus serviços; o eixo construção e reforma sustentável não foi abordado, pois não há documentos e indicadores sobre este assunto no *campus*. Após o levantamento destas informações e diante das respostas geradas na entrevista dos gestores e diretor, ficou evidenciado que o *campus* não possui política ambiental formal e tampouco atende aos eixos da A3P.

Matias (2014) entende que instituições de ensino devem ser exemplo diante de questões socioambientais e seguir as orientações constantes nos eixos da A3P. Frente a esta percepção, a pesquisadora construiu sua dissertação objetivando avaliar as ações socioambientais desenvolvidas na Universidade Federal do Sergipe (UFS) tomando como referência os eixos da A3P. Para condução do estudo, a hipótese de que as iniciativas de gestão ambiental não atendem aos objetivos da A3P foi considerada. Para isso, foram aplicadas pesquisas semiestruturadas às gestões da UFS, bem como análise documental. Como resultado da pesquisa, não foi identificada nenhuma política ambiental presente no organograma da instituição; foi verificado que projetos e ações de natureza ambiental não estão registrados em banco de dados para futuras

pesquisas; em relação às entrevistas, percebeu-se que os gestores desconhecem ações ou cumprimento de normas voltadas à sustentabilidade, o que compromete ações institucionais; a questão da sensibilização e capacitação dos servidores torna-se algo essencial já que não foram identificadas ações relacionadas ao tema na instituição; o uso racional dos recursos representa um desafio na UFS, pois a cultura do desperdício foi identificada em vários momentos da pesquisa; a gestão de resíduos é outro eixo que não está sendo observado na instituição, constituindo fator preocupante devido ao uso de materiais poluentes e perigosos nos laboratórios voltados ao ensino, pesquisa e extensão. Algumas poucas iniciativas foram encontradas, porém de forma isolada e desarticulada, apresentando desconformidade com os eixos da A3P.

No último trabalho analisado desta dimensão, Almeida (2015) entende que o governo federal vem incentivando a adoção de práticas socioambientais nas instituições. No entanto, é preciso que as instituições compreendam a importância da sustentabilidade para a própria organização, para a sociedade e para o Planeta. A partir desta reflexão, o pesquisador buscou caracterizar o contexto socioambiental da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) a fim de contribuir para o processo de implementação de ações socioambientais locais, principalmente as que focam na integração e mobilização de pessoas para a cultura da sustentabilidade. Para atingir este objetivo, foi realizado um levantamento de dados bibliográficos seguido de uma pesquisa por meio de questionário aplicado a professores, técnicos administrativos e alunos selecionados por meio de amostragem aleatória simples. Os resultados encontrados com base nos eixos da A3P sugerem que no eixo gestão de resíduos há apenas algumas ações isoladas, sendo identificadas poucas práticas de descarte e a falta de um programa institucional. Quanto ao eixo de licitações e compras sustentáveis, foi verificado que há normativas que abordam a inclusão de características sustentáveis nos editais de licitação, porém de modo subjetivo e confuso. Quanto ao uso racional de recursos, não se identificou mecanismos de controle de gastos e consumo. No entanto, há esforços isolados visando à economicidade na instituição. No que se refere à qualidade de vida, sensibilização e capacitação, verificou-se boa diversidade de práticas internas. No entanto, com baixa adesão por parte da comunidade.

Resumidamente, a maior parte dos trabalhos concluíram que algumas instituições não possuíam ações estruturadas; outras instituições apresentavam certa fragilidade em suas ações socioambientais, pois não foram desenvolvidas em concordâncias com os eixos da A3P ou as ações eram executadas de forma isolada por alguns atores. Também foram identificadas barreiras para maior efetividade das ações, tais como: dificuldade de conscientização dos

envolvidos, escassez de recursos, interesses pessoais, execução de pequenas ações isoladas. Recomendações de melhorias, formação de comissões e campanhas de conscientização foram indicadas como forma de potencializar as ações nas instituições estudadas a fim de se adaptar a A3P.

2.6.2 Implementação

A dimensão implementação foi composta por três trabalhos publicados nos anos de 2016 a 2019 que se destinaram a analisar a implementação da A3P em instituições públicas assim como possíveis barreiras e melhorias nas ações já adotadas. Dos três trabalhos, um propôs ações para implantação, outro elencou as principais barreiras no processo de implantação, e um terceiro propôs melhorias em ações já existentes objetivando adequar-se à A3P.

No trabalho de Mello (2018), percebe-se a importância da implantação de ações socioambientais no desenvolvimento das organizações, sendo o setor público um dos principais responsáveis pelas mudanças na sociedade e pela adoção de uma postura consciente em relação a ações que prezam pela sustentabilidade nas instituições. A partir deste raciocínio, a pesquisadora conduziu sua dissertação objetivando identificar quais ações poderiam ser implantadas no *campus* Palmeira das Missões, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a finalidade de torná-lo mais sustentável. Durante seu estudo, foram identificadas propostas do PLS da UFSM que vão ao encontro da A3P e algumas barreiras em sua implementação; também foi verificado o conhecimento da comunidade acadêmica sobre ações relacionadas com a A3P no *campus*. Outra etapa foi a realização de um diagnóstico socioambiental junto à Comissão de Gestão Ambiental do *campus*, e por último, foram propostas ações para elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental para o *campus* em estudo. Para atender a estas etapas, foi aplicado questionário com perguntas abertas e fechadas a servidores, funcionários terceirizados e acadêmicos; também foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas com representantes da Comissão Gestora do PLS da UFSM. Em relação aos alinhamentos do PLS com eixos da A3P, pode-se verificar que as metas são semelhantes e convergem para um mesmo objetivo. No entanto, o PLS é um documento da UFSM destinado a todos os *campi*. De acordo com conhecimento da comunidade acadêmica, pode-se presumir, de maneira geral, que boa parte reconhece algumas ações socioambientais; no entanto, entendem que poderia ser potencializada a participação de todos. Referente ao diagnóstico, não foi identificado um Plano de Gestão Ambiental específico do

campus. Frente aos dados levantados, foi sugerido um rol de ações que podem ser implantadas no *campus* visando o enquadramento na A3P.

Ainda sobre a dimensão implantação, a dissertação de Silva (2017) considerou que as instituições de ensino, como formadoras e disseminadoras de conhecimento, constituem um ótimo espaço para implementar práticas de sustentabilidade principalmente pelos futuros profissionais que estão em processo de formação. No entanto, é preciso identificar fatores que impeçam a implantação destas ações. Partindo deste pressuposto, o pesquisador buscou relacionar os eixos da A3P às barreiras de inserção de práticas mais sustentáveis em Instituições de Ensino Superior (IES). O pesquisador realizou uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados *Scopus* e *Web Of Science* visando identificar as principais barreiras na implementação de práticas. Após verificadas as principais barreiras, foram submetidas à avaliação de especialistas por meio de um questionário. De posse das avaliações, foi aplicada a ferramenta estatística *Analytic Netwirk Process* (ANP) e *Analytic Hierarchy Process* (AHP) para estabelecer uma rede entre as principais barreiras encontradas e a hierarquia entre elas. Como resultado da pesquisa, foram identificadas dezessete barreiras à inserção de práticas mais sustentáveis em IES. O pesquisador dividiu as barreiras em três grupos com sua posição de acordo com a hierarquia encontrada: estrutural, econômico e Humano. No grupo estrutural, as barreiras estão diretamente ligadas aos aspectos físicos e modelos de gestão da instituição como 17^a estrutura organizacional conservadora, 12^a falta de acesso a dados, 6^a falta de treinamento, 13^a falta de comunicação oportuna e informações, 15^a falta de normas mais rigorosas, 9^a falta de pesquisa interdisciplinar, 1^a falta de indicadores de desempenho, 5^a falta de políticas para promover a sustentabilidade no campus, 11^a falta de definições-padrão de conceitos, 10^a problemas técnicos, 3^a localização geográfica e 2^a instituição pública ou privada. No grupo econômico, estão relacionadas com a escassez de recursos em que apenas a barreira 4^a (falta de financiamento) se encaixou neste grupo. O último grupo, humano, compreendeu as barreiras 8^a falta de consciência, interesse e envolvimento, 14^a falta de apoio dos gestores e 7^a resistência à mudança. Após a identificação das principais barreiras, elas foram distribuídas de acordo com cada eixo da A3P, a fim de priorizar as ações visando adequação à agenda.

Bonifácio (2016), após reflexão sobre a A3P e modos de facilitar sua implementação nas IES, conduziu estudo a fim de organizar a hierarquia entre os eixos temáticos da agenda para possibilitar melhor organização nos processos de adoção da A3P nas instituições. Desta forma, o pesquisador objetivou definir qual relevância cada eixo possui na implementação das práticas sustentáveis na A3P e construir uma proposta de priorização como facilitador na implementação da Agenda. Para chegar aos resultados, o pesquisador utilizou um estudo

bibliográfico com posterior análise de especialistas visando construir um modelo de referência para elaboração de um questionário que foi aplicado a gestores e especialistas de IES com adesão à A3P. Após a coleta de dados por meio dos questionários, foram utilizados métodos de modelagem estatísticas com objetivo de determinar a hierarquia para implementação dos eixos da A3P. Como resultado do estudo, verificou-se que a ordem que mais colabora para implementação da Agenda nas IES seria o Eixo 2 (Gestão de adequadas de Resíduos), Eixo 1 (Uso racional dos recursos naturais), Eixo 4 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho), Eixo 5 (Licitações Sustentáveis) e Eixo 6 (Construções sustentáveis). Com isso, espera-se que as IES que ainda não adotaram o A3P como práticas utilizem esta ordem, pois, segundo o estudo, facilitaria a implementação das práticas.

Os resultados dos trabalhos revelam que mais ações em áreas como compras, logística, saúde e educação do servidor são necessárias a fim de promover a adequação das instituições. No mesmo sentido, faz-se necessária a implantação de indicadores, definição de etapas e utilização de *framework* para melhor controle das ações. Como barreiras para implantação da agenda, conclui-se que a falta de indicadores, falta de financiamento e o fato de ser instituição pública são fatores que mais dificultam a inserção e adequação da instituição à A3P.

2.6.3 Práticas

Referente à dimensão Práticas, foram agrupados os trabalhos cujos objetivos estavam relacionados às práticas da A3P. Foram identificados quatro trabalhos publicados nos anos de 2017 a 2019. Dos quatro trabalhos, dois propuseram a introdução de práticas, e dois analisaram como ocorrem as práticas sustentáveis nas instituições analisadas.

A dissertação de Pereira (2016) entende a necessidade de implantação de práticas de sustentabilidade em instituições de ensino com intuito de atender aos esforços do governo federal por meio do Ministério do Meio Ambiente. Frente a esta necessidade, a pesquisadora conduziu sua dissertação estudando o Colégio Pedro II, *campus* Realengo. Trata-se de uma tradicional instituição de ensino público, sendo uma das mais antigas do Brasil. Buscou-se identificar a melhor forma de implantação de ações sustentáveis, destinadas a servidores e alunos. Para atingir o objetivo, foi realizada a revisão de literatura identificando conceitos de sustentabilidade e caracterizando a A3P, algumas ferramentas de gestão da qualidade, como matriz GUT, Diagrama de Pareto e 5W1H. Posteriormente foi aplicado questionário a servidores a fim de identificar a importância das ações sustentáveis baseadas nos eixos da A3P. De posse dos dados, foram demonstradas nas ferramentas de gestão da qualidade Matriz GUT

e Diagrama de Pareto as prioridades de ações de acordo com as necessidades do *campus* em estudo, e foi proposto um plano de ação, baseado na ferramenta 5H1H para introduzir práticas de sustentabilidade. Para o plano de ação, inicialmente, foram identificadas 20 ações; após análise e aplicação das ferramentas de qualidade, priorizou-se o planejamento de 8 ações mais emergenciais e que teriam maior impacto. As ações são: 1 - configurar a impressora para imprimir frente e verso, 2 - pensar se realmente é preciso imprimir o documento, 3 - promover o uso da digitalização e correio eletrônico, evitando a impressão, 4 - descarte adequado do lixo hospitalar produzido pelo gabinete médico, 5 - fazer uso do seu próprio copo ou caneca, evitando descartáveis, 6 - substituição das lâmpadas atuais por fluorescentes, 7 - manter portas e janelas da sala fechadas, caso o ar condicionado este ligado e 8 - fazer blocos de anotações com papéis A4 inutilizados. Para cada ação, foi desenhado um plano de execução e controle baseado no 5W1H.

Ainda sobre inserção de práticas, Carneiro (2018) entende que as IES são a mola propulsora de ações socioambientais, tanto dentro das instituições como fora dela, disseminando a cultura na sociedade. Também entende que a A3P precisa estar presente, tanto no PLS, quanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Diante desta reflexão, a pesquisadora analisou a cidade universitária Prof. José da Silveira Neto da Universidade Federal do Pará objetivando identificar quais práticas sustentáveis adotadas no PLS contribuem para inserção da A3P na cidade universitária em estudo. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica teórica e um estudo de caso com a finalidade de observar as práticas realizadas. Analisou-se um setor específico da cidade universitária. Como resultado, observou-se que o setor de estudo não segue a legislação atual nem o PLS vigente. Consequentemente, apresenta um desalinhamento com os eixos da A3P. Quanto à cidade universitária, percebeu-se que sua construção também não segue o PLS vigente. Ao fim, recomendou-se um documento com sugestão de ações para alinhar a A3P com o PLS.

Frente ao compromisso que as IES possuem com a sociedade e por serem instituições consumidoras de bens e serviços, a dissertação de Peixoto (2019) objetivou analisar de que forma ocorrem as práticas sustentáveis na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Para isso, primeiramente, realizou-se uma pesquisa documental no PDI atualizado da UFRPE; posteriormente, aplicou-se um questionário com docentes e técnico-administrativos com intuito de identificar as práticas adotadas na instituição; na sequência, como complemento do questionário, realizou-se pesquisa semiestruturada com gestores e servidores para identificar práticas não presentes no questionário. Após análise estatística e de conteúdo conclui-se que, embora a UFRPE não tenha aderido à A3P, a instituição desenvolve práticas alinhadas com os

eixos da agenda, como: controle de gastos, uso de papéis reciclados, recolhimento de pilhas e baterias, compostagens, gerenciamento de áreas verdes, incentivo à qualificação de servidores, palestras e projetos de extensão voltados à sustentabilidade, inserção de cláusulas específicas em compras e licitações e acessibilidade nas instalações. Também foram identificadas algumas dificuldades/barreiras para implantação de práticas, como as de natureza administrativa, natureza orçamentária e natureza cultural. Por fim, a pesquisa contribui para melhor planejar as ações na instituição e agir de forma a minimizar as barreiras.

Gondim (2017) compreende que não é possível desassociar práticas rotineiras nas organizações com o desenvolvimento sustentável. Deste modo, é preciso adequar as rotinas para que atendam às necessidades ambientais tão discutidas e reforçadas ao longo dos anos, com ênfase a Agenda 21 e a A3P. Com este raciocínio, a pesquisadora investigou o Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com objetivo de analisar a aderência aos requisitos da A3P. Para atender a este objetivo, foi conduzida uma pesquisa de campo em que foi utilizado um *checklist* contemplando os 5 eixos da A3P com as opções “Adere” ou “Não adere” aplicado ao diretor do centro, e a entrevista semiestruturada a qual foi aplicada a seis pessoas que integram a Direção de Assessoria Administrativa do Centro. Como resultados, pode-se concluir que, na avaliação das respostas do *checklist*, o Centro atende aos eixos da A3P com exceção do eixo 4 – Sensibilização e capacitação socioambiental dos servidores. Nos resultados da entrevistas, identificou-se que a maior parte dos entrevistados desconhece a A3P. Também percebe-se que poucas práticas sustentáveis são executadas nas rotinas diárias devido à falta de informação sobre políticas socioambientais, pois não há uma comunicação organizacional eficiente no que diz respeito à sustentabilidade, apesar de ser identificado interesse e preocupação com o assunto. Ao término do trabalho, foi proposto um plano de ação com conscientização, capacitação e economia dos materiais de escritório, apostando em produtos recicláveis e na reutilização.

Como conclusões, pode-se entender que as ações prioritárias relativas à sustentabilidade que devem ser adotadas por instituições não dependem exclusivamente de recursos públicos, podendo ser efetivadas por meio de capacitações dos envolvidos. Também, pode-se apontar a utilização de um relatório por unidade em que possam ser relatadas as ações adotadas e seu desenvolvimento. As instituições demonstraram compromisso com a agenda em seus documentos, porém o que se percebeu foram poucas ações executadas, apenas algumas ações pontuais e de iniciativa individual, não havendo, em algumas instituições uma política ambiental definida. Como barreiras para a adoção de práticas, pontuou-se a falta de políticas

por parte da instituição e falta de conhecimento e capacitação dos envolvidos e da comunidade acadêmica.

2.6.4 Compras sustentáveis

No que diz respeito à dimensão Compras Sustentáveis, foram identificados três trabalhos que abordam este tema, sendo que um trabalho analisou a questão das compras públicas municipais, outro abordou o impacto da A3P nas compras públicas de uma universidade, e outro verificou as barreiras às compras públicas sustentáveis na visão de especialistas na área do setor público. Os trabalhos foram publicados nos anos de 2016 e 2017.

Rezende Neto (2017) destaca que a A3P tem como objetivo fazer com que a Administração Pública adote ações de responsabilidade socioambiental nas suas atividades, e as compras sustentáveis formam um dos eixos temáticos da agenda. Assim, as aquisições públicas precisam estar alinhadas com bens e serviços que gastem menos energia, reduzam gastos financeiros e causem menor prejuízo ao meio ambiente. A partir disso, o autor propõe a seguinte pergunta: a filiação do município de Três Corações à A3P acrescenta características relativas à sustentabilidade nos produtos e serviços adquiridos por meio de licitação na modalidade pregão presencial? O objetivo do estudo é analisar os editais de licitação, na modalidade pregão presencial, publicados ao longo do ano de 2015 pelos municípios de Três Corações e Varginha para verificar se houve a adoção da A3P na descrição dos produtos e serviços licitados. O município de Três Corações adota a A3P, e Varginha não. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, e após a análise de 200 editais (sendo 108 de Varginha e 92 de Três Corações), foi observado que, apenas 13 contemplaram critérios de sustentabilidade nas descrições de produtos ou serviços licitados, ou seja, no geral, a descrição dos produtos licitados não englobou os critérios de sustentabilidade.

Barros (2016) evidencia a importância de investigar o quanto as instituições brasileiras têm trabalhado de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável. Com isso, o problema de sua pesquisa é: a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) tem adotado critérios sustentáveis em suas licitações? O objetivo do estudo foi analisar as licitações desta instituição para verificar se estão sendo incluídos critérios sustentáveis nos editais para aquisição de bens e contratação de serviços. A autora analisou editais do período que vai do início de 2015 a setembro de 2016, aleatoriamente, sendo que a pesquisa é descritiva, qualitativa e documental com conotação bibliográfica. Os editais foram analisados com foco em: descrição do objeto licitado, especificações, disposições gerais do edital, anexos e justificativa. Como resultados, a

instituição apresentou práticas sustentáveis nas suas compras e contratações. Observaram-se: exemplos de destinação exclusiva à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa; exemplos de sustentabilidade nas compras de produtos reciclados e biodegradáveis; exigência de itens que apresentassem selos que comprovem a eficiência energética; exigência de certificação de origem sustentável para aquisição de produtos que utilizam madeira como matéria-prima. A instituição deixou de contemplar alguns critérios como: a realização de compras compartilhadas com outros órgãos públicos, compra de “computadores verdes” e compra de tecido produzido com malha orgânica e/ou malha PET.

Delmônico (2017) salienta que, a partir da década de 90, com a ECO-92 e a Agenda 21, iniciou-se um processo de entendimento de que o Estado tem a responsabilidade de implementar políticas sustentáveis, o que foi corroborado com a proposição da A3P. Com isso, o problema da pesquisa do autor foi: quais são as principais barreiras à adoção de compras públicas sustentáveis no contexto brasileiro? O objetivo do trabalho foi analisar quais são as principais barreiras à adoção de compras públicas sustentáveis em contexto brasileiro sobre a percepção de profissionais com experiência prática no tema em órgãos públicos que tenham tido experiência com a A3P. O autor realizou um *survey* com 54 profissionais de órgãos públicos brasileiros relacionados à A3P. Como resultados, o autor cita que a falta de articulação entre as esferas públicas é uma das variáveis que os respondentes entendem como uma das maiores barreiras às compras sustentáveis; também a cultura organizacional é uma barreira para a condução das compras sustentáveis; foram percebidos comportamentos diferentes em gestores públicos de nível federal e em entes subnacionais em relação ao apoio da alta administração como barreira às compras públicas sustentáveis; as principais barreiras às compras sustentáveis no Brasil estão de acordo com o sugerido pela literatura internacional: barreiras de motivação e de cultura organizacionais.

Simplificando os resultados, no que tange às licitações, pregões e demais modalidades de compras na gestão pública municipal, não foi possível identificar, em sua maioria, critérios que fossem ao encontro de práticas sustentáveis. Já na universidade analisada, foi possível identificar alguns critérios nas compras e contratações de alguns itens realizados pela instituição; sugeriu-se que as universidades devem expandir os critérios para mais itens adquiridos e que, quando viável, observem e adotem procedimentos de compras sustentáveis praticados em outras instituições. Já em relação às barreiras encontradas em compras sustentáveis, os especialistas destacaram a desarticulação entre as esferas da gestão pública em todos os níveis, a cultura organizacional e as diferentes percepções dos gestores a nível nacional sobre as compras públicas sustentáveis.

2.6.5 Avaliação

Na dimensão avaliação, foram identificados quatro trabalhos os quais objetivaram avaliar as ações já praticadas ou propor modelos de avaliação das práticas sustentáveis nas instituições estudadas. Os modelos apresentados nos trabalhos utilizam ou todas ou alguma das dimensões e premissas contempladas na A3P.

Dos quatro trabalhos selecionados, dois desenvolveram o estudo em universidades, outros dois desenvolveram suas pesquisas tendo como base a metodologia que compõe a A3P. No que tange ao ano de publicação, os estudos foram publicados em suas instituições de ensino nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2019.

A dissertação de Soares (2015) aborda o processo de tomada de decisão em políticas públicas sobre avaliação da sustentabilidade em uma instituição pública, utilizando uma ferramenta de apoio à tomada de decisão multicritério. Essa ferramenta, segundo o autor, auxilia nas ações que o setor público promove com vistas ao desenvolvimento sustentável. O objetivo do estudo foi propor um modelo de avaliação multicritério da sustentabilidade em instituições públicas, tendo como base os princípios da governança corporativa no setor público: transparência, integridade e a responsabilidade de prestar contas, com a utilização de ferramentas de mensuração da sustentabilidade. Para isso, o autor utilizou-se de um método de natureza aplicada, quantitativa (para avaliar a sustentabilidade corporativa foi utilizada a “comparação par a par”) e qualitativa (identificar e analisar iniciativas de indicadores de sustentabilidade na esfera privada e pública no Brasil). O estudo teve como base a A3P e incorporou a ela critérios da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do Instituto Ethos. Como resultado, foi proposto um modelo para avaliação da sustentabilidade de instituições públicas que converte indicadores qualitativos em quantitativos com a ajuda da ferramenta multicritério de apoio à decisão Promethee. Esse modelo pode ajudar os gestores públicos nas suas decisões ao buscar o equilíbrio organizacional nas esferas da sustentabilidade.

Um modelo de maturidade voltado ao desenvolvimento sustentável nas IES assegura à instituição a capacidade de executar sua gestão, suas operações de educação e pesquisa e a interação com a comunidade garantindo os preceitos da sustentabilidade. A partir disso, Palaver (2017) questiona a importância de se desenvolver um Modelo de Maturidade em sustentabilidade para as IES, já que elas são atores que fomentam a mudança na sociedade. O objetivo principal da autora foi propor um Modelo de Maturidade em Sustentabilidade para as IES. Para realizar o estudo, o autor utilizou-se do método *survey* com IES (gestores ou responsáveis pelas áreas de operações e gestão, ensino, pesquisa e extensão) e análise

bibliográfica. Como resultados, foi proposta uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade em IES com base nos critérios dos modelos de maturidade. Esse modelo revelou que as IES estudadas, nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão, ainda estão em estágio inicial, de adaptação às legislações e comportamento reativo, e na dimensão Gestão e Operações estão no Estágio 2, quando já começam a utilizar sistemas ecoeficientes.

Lima (2014) traz à tona a temática de práticas de Institutos de Ciência de Tecnologia (ICT's) que contribuem para a construção de um regime internacional de sustentabilidade. O autor desenvolve e aplica um modelo - intitulado SIAS/ICT (Sistema Internacional de Avaliação de Sustentabilidade aplicado a Institutos de Ciência e Tecnologia), que incorpora critérios da GRI (*Global Reporting Initiative*), da A3P e da ISCN – (*International Sustainable Campus Network*), com a ajuda do SICOGEA (Sistema Contábil de Gerenciamento Ambiental). O problema desta pesquisa foi “em que medida os ICT's estão a contribuir para a formação de um regime internacional de sustentabilidade?” e o objetivo foi verificar em que medida os ICT's estão a contribuir para a formação de um regime internacional de sustentabilidade. Para isso, o autor realizou uma pesquisa descritiva e exploratória, quantitativa e qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e estudo multicaso. A avaliação dos critérios do SIAS/ICT deu-se em dois ICT's internacionais (MIT – Massachusetts Institute of Technology e o Swiss Federal Institute of Technology Zurich) e em ICT's nacionais da Região Sul do Brasil (IFSC, IFRS, IFPR). A aplicação do modelo nos ICT's citados resultou que os ICT's internacionais atendem em grande parte às diretrizes do SIAS/ICT, e os ICT's nacionais atendem a pouco mais da metade dessas diretrizes. O estudo retrata a importância de criar um movimento internacional frente à sustentabilidade para potencializar as práticas dos ICT's nas três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental).

Carvalho (2019) comenta que a A3P foi criada para promover a adoção, por parte dos gestores públicos, de ações para a utilização adequada dos recursos públicos e para a promoção da responsabilidade socioambiental. Para o autor, as universidades públicas tentaram se adequar aos modelos de gestão voltados para a sustentabilidade; Com isso, o problema da pesquisa de Carvalho (2019) foi: qual o nível de apropriação de conhecimentos dos gestores de infraestrutura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre a A3P nos eixos sensibilização e capacitação e construções sustentáveis, bem como suas percepções sobre a contribuição da educação a distância como mediadora na construção desses conhecimentos? O objetivo da pesquisa foi analisar o conhecimento e a percepção dos Gestores de Infraestrutura da UFPE sobre a Gestão Pública Ambiental a partir dos eixos “Sensibilização e Capacitação” e “Construções Sustentáveis”, da A3P. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, com

procedimentos bibliográficos, de estudo de campo e de estudo de caso Houve a aplicação de questionários com perguntas fechadas que foram respondidos pelos gestores. Como resultados, em relação à educação a distância, a maioria dos gestores comentou ter algum tipo de experiência, porém, foi observado que ainda há um conhecimento superficial sobre o assunto. Também, foi concluído que as iniciativas de sensibilização e capacitação de servidores na instituição em relação ao tema da sustentabilidade ainda são insuficientes. Falta, na instituição, conhecimento dos gestores sobre ferramentas que promovem a sustentabilidade, política institucional que construa uma cultura e consciência para a sustentabilidade, e faltam programas e ações de sensibilização e capacitação para a sustentabilidade. O estudo revela a necessidade de desenvolver uma gestão pública sustentável mais eficaz na UFPE.

Pode-se destacar que as práticas sustentáveis recebem uma atenção especial, sendo tratadas com importância. No entanto, na gestão estratégica, o tema figura com pouca expressão, o que resulta em poucas ações realmente praticadas. Percebeu-se que as instituições apresentam tendências reativas a práticas sustentáveis em pesquisa, ensino e extensão; já na gestão operacional apresentam tendência proativa. Verificou-se também que as instituições colaboram entre si para um regime internacional de sustentabilidade, sendo que o maior percentual de colaboração é entre países americanos.

2.6.6 Demais finalidades

Esta última dimensão conta com três trabalhos os quais não convergem para um mesmo objetivo. Um deles abordou a gestão ambiental no contexto da A3P em um Instituto Federal, outro analisou dois eixos da A3P, “Gestão adequadas de resíduos gerados” e “Sensibilização e capacitação” nos Restaurantes Universitários (RU) de uma universidade, e outro, por meio de uma pesquisa bibliográfica e uma análise comparativa entre a A3P e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, identificou as contribuições para Práticas de Sustentáveis na Administração Pública referente aos Resíduos de Equipamentos Eletrônicos (REEs) em uma Universidade Federal. Os trabalhos foram publicados nos anos de 2015 e 2018.

O contexto de aumento do consumo e da produção de equipamentos eletrônicos impactou no aumento da utilização de recursos naturais para a fabricação e da quantidade de resíduos gerados e, muitas vezes, lançados de forma inadequada no meio ambiente. O estudo de Carvalho (2015) versa sobre a gestão sustentável de resíduos de equipamentos eletrônicos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O problema de pesquisa foi: em que medida a UFRN tem desenvolvido ações que considerem a gestão e o gerenciamento

sustentável de resíduos de equipamentos eletrônicos produzidos no âmbito do campus central? O objetivo do estudo foi analisar o atual sistema de gestão e gerenciamento dos resíduos de equipamentos eletrônicos produzidos no campus. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, esta última por meio de entrevista, aplicação de formulário semiestruturado e observação. Como resultados, a pesquisa identificou que as condições de armazenamento dos resíduos eletrônicos e o processo de coleta é inadequado na instituição; também, não é exigida a Certificação de Destinação Final Ambiental Sustentável dos resíduos eletrônicos pelos participantes das licitações; além disso, mostrou-se necessário um centro de triagem e recuperação desses resíduos com pessoal e ferramentas adequados. Com isso, sugere-se que haja uma política adequada de gestão e gerenciamento de resíduos de equipamentos eletrônicos nesta instituição.

Figueirêdo (2018) denota que ainda não há, de forma adequada, a implantação de políticas de responsabilidade socioambiental por parte do setor público. A pesquisa do autor foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Paraíba-Campus Sousa a fim de analisar a percepção dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia em relação a práticas e ações da A3P no âmbito da gestão educacional. Para isso, foram aplicados questionários semiestruturados, e todos os participantes da pesquisa afirmaram não conhecer a A3P. Ainda assim, afirma que praticam ações propostas na agenda com vistas à economia de água, papel e energia elétrica. A maioria dos alunos refere que a instituição não desenvolve ações referentes aos eixos “uso adequado dos recursos naturais e bens públicos” e “gestão adequada dos resíduos sólidos” da A3P.

Gonçalves (2018) ressalta que, no tocante à gestão de resíduos, também há a necessidade de se pensar nos resíduos que são produzidos por restaurantes. Com isso, a autora estuda a resposta para a seguinte questão: à luz da educação ambiental, de que forma, os gestores, colaboradores e usuários do Restaurante Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco podem incorporar as políticas da A3P de modo a promover os eixos que tratam da “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” e da “Sensibilização e Capacitação”? Como objetivo, a pesquisa visa analisar como as políticas da A3P, relacionadas aos eixos “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” e “Sensibilização e Capacitação”, podem ser incorporadas pelos gestores, colaboradores e usuários do RU-UFRPE, de modo a contribuir para a elaboração de material educativo contendo práticas sustentáveis apropriadas. O estudo é descritivo, qualitativo e quantitativo, por meio de uma pesquisa documental e estudo de caso. Foi feita a análise do contrato e aditivos da empresa que presta o serviço de alimentação no restaurante e da empresa que coleta, transporta e destina os resíduos da instituição e foi realizada uma

pesquisa empírica no restaurante universitário (questionários impressos aplicados aos colaboradores e usuários, observação direta e entrevista). Como resultados, 91% dos colaboradores e 85% dos usuários do restaurante não conhecem a A3P; 55% dos usuários costumam deixar restos de comida nos pratos, e destes, 53% afirmaram servir-se em excesso; 64% dos participantes entendem a importância de ações de sensibilização e capacitação para a sustentabilidade. A autora salienta que a educação ambiental é fundamental para a implementação da A3P e para a gestão adequada de resíduos sólidos, no estudo em tese, gerados pelo restaurante universitário.

Resumidamente, as premissas relacionadas à gestão ambiental presentes na A3P, de uma forma geral, não estão presentes como política institucional nas instituições analisadas; a educação ambiental e a gestão compartilhada são fundamentais para que os eixos da A3P sejam implantados de modo eficiente. Conclui-se que as instituições não possuem locais adequados para armazenamento dos resíduos eletrônicos tão poucas pessoas capacitadas para trabalhar na sua triagem ou recuperação, havendo carência de uma política de incentivo e conscientização na instituição.

Referente à segunda busca na base de dados e após a filtragem dos trabalhos resultantes, foram identificados sete trabalhos os quais não foram agrupados em dimensões, pois os objetivos não apresentavam a mesma direção de acordo com a convergência de seus objetivos dada a pouca quantidade encontrada.

Dos sete trabalhos, quatro são teses e três dissertações; quanto ao ano de publicação, quatro são de 2019, dois de 2017 e apenas um de 2016. Analisando os objetivos dos trabalhos, observa-se a grande abrangência do tema, pois cada estudo aborda uma análise diferente dos ODS na administração pública.

Ribeiro Junior (2017) ressalta em sua tese a ameaça às gerações futuras e os esforços tanto da iniciativa pública quanto da privada em preservar o meio ambiente. O autor defende o crescimento das empresas harmonizado com o desenvolvimento econômico, a gestão ambiental e a responsabilidade social; argumenta que a iniciativa pública assume um papel importante neste contexto como agente fiscalizador e normativo. Frente a estas reflexões, o pesquisador conduziu um estudo na superintendência de uma empresa pública na cidade de Recife denominada Companhia Regional de Recursos Minerais (CPRM) para identificar o desempenho ambiental de práticas de sustentabilidade do programa de sustentabilidade implementado na companhia, na visão dos colaboradores. Para atender ao objetivo da pesquisa, foi aplicado um questionário impresso e entregue a 86 colaboradores da instituição; os dados foram analisados por meio de métodos estatísticos. De acordo com os resultados obtidos,

identificou-se que a CPRM possui algumas práticas sustentáveis que estão em pleno funcionamento como a coleta seletiva em recipiente distintos (inclusive pilhas e baterias) eficiência energética e hídrica, licitações sustentáveis, plástico zero, educação ambiental continuada, campanhas beneficentes, comemoração do dia do meio ambiente e da água. Outros projetos ainda estão sendo implementados como a coleta seletiva solidária, coletores para copos plásticos e óleo. Sugeriu-se, como resultado do trabalho, maior divulgação dos projetos e seus benefícios, bem como a contribuição para o planejamento estratégico da empresa; outra recomendação foi a capacitação de colaboradores do setor de licitação sustentável para que tenham melhor conhecimento do assunto. Em caráter geral, entende-se que a empresa está realizando ações sustentáveis de acordo com as recomendações do governo federal presentes na A3P e no PLS e, assim, contribuindo para um Planeta mais saudável.

Almeida (2019) realizou um estudo no Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), primeiro Comitê de Bacia do Estado de São Paulo, a fim de analisar os principais aspectos relacionados a construção dos espaços participativos em Comitês de Bacias Hidrográficas por meio dos projetos de educação ambiental e na perspectiva da geoética com foco nas relações que decorrem dos processos naturais e sociais. A pesquisa teve cunho qualitativo, por meio de um estudo de caso com pesquisa documental sobre a Política Nacional e a Política Estadual de Recursos Hídricos e documentos como atas e relatórios do Comitê, observação por meio da participação em reuniões dos comitês, aplicação de questionários qualitativos e entrevistas com atores envolvidos em projetos de educação ambiental no CBH-PCJ. Em relação aos ODS contemplados no Programa de Educação Ambiental Gota D'Água do Consórcio PCJ, foram identificados: o ODS 4 (busca por investir na qualificação dos diversos educadores nos municípios abrangidos pelo comitê), o ODS 6 (ações de sensibilização ambiental voltada à gestão dos recursos hídricos), o ODS11 (construção e a gestão dos espaços urbanos), o ODS 13 (ações para conscientizar a população em torno das bacias para evitar o desmatamento de matas ciliares e a perda de outras áreas de vegetação), o ODS 15 (ações de conscientização sobre a proteção de espécies ameaçadas na região da bacia), o ODS 16 (capacitar a sociedade para a sustentabilidade e garantir o cumprimento de leis e políticas para o desenvolvimento sustentável), o ODS 17 (ampliar o número de participantes e as atividades realizadas, buscando uma quantidade maior de parceiros). A pesquisa revelou que houve um aumento da participação da sociedade nos programas de educação ambiental do CBH; também resultados positivos alcançados pelo Comitê PCJ em relação à implantação dos instrumentos de gestão; e ainda houve um aumento da qualidade das ações realizadas nos municípios que participaram dos projetos de educação

ambiental no PCJ. De maneira geral, o autor destaca que é importante haver espaços de participação da sociedade em comitês de bacias hidrográficas e em projetos de educação ambiental.

Diante das mudanças climáticas e desastres naturais extremos, a Agenda 2030 é um mecanismo balizador para o desenvolvimento de políticas públicas com vistas a diminuir o desequilíbrio em eventos climáticos. Com isso, Vasconcellos (2017) realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar as contribuições da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para as políticas públicas voltadas à redução do risco de desastres climáticos no horizonte da Agenda 2030. O estudo é exploratório, descritivo e qualitativo tendo sido realizado por meio de análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com pesquisadores-coordenadores do Observatório de Clima e Saúde e do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. A Fiocruz é uma importante instituição federal de pesquisa em saúde pública e destaca que as condições ambientais têm relação com a saúde das pessoas. A instituição criou o Observatório de Clima e Saúde que engloba uma análise relacional entre clima e saúde, o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde para articular unidades, processos e projetos da Fiocruz que trabalhem com desastres e apoia as ações do SUS para desastres, e a Estratégia Fiocruz para Agenda 2030 para trabalhar com estratégias políticas institucionais alinhadas com a Agenda. A instituição também desempenha outros compromissos que contribuem com as políticas públicas voltadas à redução do risco de desastres climáticos: é o Centro Colaborador em Saúde Pública e Ambiente da Organização Pan-Americana de Saúde, coordena a Rede de Pesquisa sobre Mudança Climática Urbana na América Latina, compõe o Grupo Técnico de Clima e Saúde para subsidiar o Grupo Interministerial no Desenvolvimento da Política Nacional de Mudanças Climáticas no âmbito do SUS, implanta e coordena o Sistema de Vulnerabilidade Climática. Além disso, faz parte de arranjos interinstitucionais internacionais e nacionais na construção dessas políticas públicas.

A educação é um importante elemento quando o assunto são os ODS, tanto enquanto propulsor de mudança (meio) como enquanto objetivo ou meta (fim). Nesse sentido, torna-se fundamental pautar decisões e ações com base em indicadores de desempenho escolar relacionados com a infraestrutura escolar, corpo pedagógico e o nível socioeconômico dos discentes. Assim, Capucho (2019) realiza sua pesquisa com o seguinte problema: qual a relação das variáveis de custos, socioeconômicas, infraestrutura escolar e corpo pedagógico com o desempenho educacional dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Arapongas/PR? O objetivo do estudo é analisar a relação das variáveis de custos, socioeconômicas, infraestrutura escolar e corpo pedagógico com o desempenho educacional

dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Arapongas/PR. A pesquisa é descritiva, quantitativa e foi realizada em 24 escolas municipais do município de Arapongas no estado do Paraná. Os dados sobre custos foram fornecidos pela prefeitura, e os demais dados (infraestrutura escolar, corpo pedagógico e perfil socioeconômico) foram obtidos por meio da Prova Brasil e Censo Escolar. Havia sido propostas 9 hipóteses da pesquisa, das quais 3 foram confirmadas: H5. Fatores sociais e econômicos têm forte influência no desempenho escolar; H6. O nível socioeconômico dos discentes é diretamente proporcional ao desempenho escolar; e H8. O custo pedagógico é o mais representativo entre os custos totais diretos nas escolas fundamentais. Ainda, como resultados, a pesquisa revelou uma relação entre o nível socioeconômico e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica maior do que o encontrado na literatura, e também foi verificado que escolas com infraestrutura melhor possuem professores com maior adequação de formação docente.

Levando em conta os 17 ODS, em especial o ODS 6 - que se refere à água potável e saneamento, e o Programa Cidades Sustentáveis - que avalia indicadores de sustentabilidade com vistas à participação dos cidadãos para contribuir com maior qualidade de vida em cidades com base em uma agenda para a sustentabilidade que engloba várias esferas da gestão pública, Santos (2019) realizou um estudo com o objetivo de avaliar a distância para atingir a meta da Agenda 2030 de indicadores de acesso à água potável e rede de esgoto de residências dos estados federativos do Brasil e dos municípios do estado de Sergipe. A pesquisa é exploratória, descritiva e quantitativa. Foram analisados dados secundários relativos às ligações ativas de abastecimento de água e ligações de redes de esgoto das 27 unidades federativas e 73 municípios do estado de Sergipe. Como resultados, os estados com maiores indicadores de sustentabilidade de acesso ao abastecimento de água potável foram: Tocantins, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Goiás; o estado de Pará apresentou o menor índice de sustentabilidade no acesso ao abastecimento de água potável e à rede de esgoto; já São Paulo apresentou o maior indicador no acesso a rede de esgoto; os municípios do estado de Sergipe com o maior acesso ao abastecimento de água potável, com indicadores de 100% de domicílios com água potável, foram: Canhoba, Cedro de São João, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Malhada dos Bois, Muribeca, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Pedra Mole e Pirambu. Saneamento básico é uma questão de saúde pública. Com isso, estados e municípios com bons índices de sustentabilidade podem garantir à população bem estar e qualidade de vida, enquanto estados e municípios com menores índices de sustentabilidade requerem a atenção dos governantes para o desenvolvimento de políticas públicas de saneamento básico.

As Parcerias Público-Privadas (PPP), apontadas nos ODS, especialmente no ODS 17, são um mecanismo que possibilita investimentos em serviços e infraestrutura públicos, potencializando soluções a problemas relacionados a políticas públicas. Marques (2019) realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar os mecanismos necessários para a efetivação das Parcerias Público-Privadas como instrumento de desenvolvimento humano, em sintonia com a busca pelo crescimento econômico. Para isso, o estudo se determina como exploratório, qualitativo, e a pesquisa é bibliográfica. O autor analisa as PPPs em relação com modelos que priorizam as pessoas (PPP People First), com o valor dos investimentos econômicos (Value for Money) e com o valor dos investimentos humanos (Value for People). Os mecanismos de controle da Administração Pública para o aprimoramento das PPPs foram evidenciados como: controle exercido pelo parceiro público (princípio da supremacia do interesse público), controle do Tribunal de Contas e órgãos do Poder Legislativo sobre as PPPs, controle social das PPPs (participação dos cidadãos - princípio da soberania popular em face dos atos praticados pelos administradores), controle fiscal sobre as PPPs (Lei de Responsabilidade Fiscal em consonância com a Lei das PPPs).

Entre os 17 ODS é possível encontrar, no ODS 6, a referência à água potável e ao saneamento. Com isso, Santos (2016) realiza sua pesquisa baseada na seguinte questão: quais são hoje os fatores determinantes para o investimento no setor de saneamento básico no Brasil? O objetivo do estudo é identificar, por meio da análise estatística, os fatores que podem influenciar a quantidade de investimentos no setor. Para isso, foi utilizada a base de dados da pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades. Após as análises estatísticas, foi verificado que o porte do prestador de serviços é o fator mais importante para determinar a quantidade de investimentos realizados. Com base nessa informação, o autor sugere a pertinência de garantir que grandes prestadores de serviços atuem em modelos de saneamento e que, assim, seja possível formular políticas públicas mais efetivas. É importante salientar, conforme o estudo, que os ODS e a Lei de saneamento visam à universalização do saneamento, porém o fluxo de investimentos vai de encontro ao cumprimento desta demanda.

A partir dos achados, considera-se que muitas ações afirmativas vêm sendo realizadas com êxito; no entanto, o estudo ressaltou que, para resultados mais expressivos, é necessária a conscientização e cooperação de todos os envolvidos. As metas são transversais, e os esforços podem beneficiar indiretamente o atingimento das metas de outros ODS. No que diz respeito à água potável, alguns municípios do estado de Sergipe estão atrasados em relação à meta proposta no ODS 6, pois, apesar de estarem em uma região próxima de rios, o acesso à água

potável é precário tanto quanto o saneamento básico nas cidades. Já na área da educação, pode-se concluir que há uma forte associação entre o nível socioeconômico e o melhor desempenho da escola. A mesma relação pode ser percebida em relação à infraestrutura, em que os professores melhores adaptados encontram-se em escolas com melhor estrutura física. Quanto às parcerias público-privadas, foi proposta a adoção de parcerias continuadas e não adotadas como política de governo salientando que as parceiras precisam voltar-se para o desenvolvimento humano como objetivo principal estando este à frente dos demais objetivos o que, segundo o estudo, contribuirá para o atingimento da meta no horizonte de tempo determinado.

O Quadro 10 apresenta um resumo desta seção.

Quadro 10 – Resumo da seção 2.6

(continua)

Dimensão	Resultados dos estudos	Autor/ano
Ações socioambientais	Ações isoladas e não integradas nos <i>campi</i> , mas sem vinculação aos eixos da A3P; não foi identificado plano de gestão de resíduos sólidos.	Araújo (2018)
Ações socioambientais	Rotinas de separação e destinação adequada de resíduos; aproveitamento das competências e habilidades dos servidores e salubridade dos ambientes; as capacitações ofertadas com regularidade; critérios de sustentabilidade na contratação de serviços; o <i>campus</i> investe na construção e preservação de áreas verdes.	Barbosa <i>et al.</i> (2018)
Ações socioambientais	Ações de conscientização e capacitação de servidores; transferência de conhecimento e fiscalização por parte da comunidade acadêmica; projetos realizados na universidade destinados a toda comunidade acadêmica, em específico para servidores, objetivando a conscientização e disseminação da cultura da sustentabilidade, dentro e fora da universidade.	Monteiro (2018)
Ações socioambientais	Planilha com gastos de água, combustível, copos plásticos, energia elétrica e papel; descarte e encaminhamento correto de lixo eletrônico; lixeiras seletivas para papel e lixo orgânico; adequação do <i>campus</i> à acessibilidade	Camargo (2017)
Ações socioambientais	Algumas poucas iniciativas foram encontradas, porém de forma isolada e desarticulada.	Matias (2014)
Ações socioambientais	Normativas que abordam a práticas de inclusão de características sustentáveis nos editais de licitação; esforços isolados visando à economicidade na instituição; no que se refere à qualidade de vida, sensibilização e capacitação, verificou-se boa diversidade de práticas internas.	Almeida (2015)
Implementação	Identificadas propostas do PLS da instituição que vão ao encontro da A3P e algumas barreiras em sua implementação; boa parte da comunidade acadêmica reconhece algumas ações socioambientais; no entanto, entendem que poderia ser potencializada a participação de todos; não foi identificado um Plano de Gestão Ambiental específico e um rol de ações que podem ser implantadas no <i>campus</i> visando o enquadramento na A3P.	Mello (2018)
Implementação	Identificadas 17 barreiras na implementação de práticas de sustentabilidade, divididas em 3 grupos, de acordo com a hierarquia encontrada: estrutural, econômico e Humano.	Silva (2017)
Implementação	Verificou-se que a ordem que mais colabora para implementação da Agenda nas IES seria o Eixo 2 (Gestão de adequadas de Resíduos), Eixo 1 (Uso racional dos recursos naturais), Eixo 4 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho), Eixo 5 (Licitações Sustentáveis) e Eixo 6 (Construções sustentáveis). Espera-se que as IES que ainda não adotaram o A3P como práticas utilizem esta ordem.	Bonifácio (2016)
Práticas	Planejamento de 8 ações mais emergenciais e que teriam maior impacto. As ações são: 1 - configurar a impressora para imprimir frente e verso, 2 - pensar se realmente é preciso imprimir o documento, 3 - promover o uso da digitalização e correio eletrônico, evitando a impressão, 4 - descarte adequado do lixo hospitalar produzido pelo gabinete médico, 5 - fazer uso do seu próprio copo ou caneca, evitando descartáveis, 6 - substituição das lâmpadas atuais por fluorescentes, 7 - manter portas e janelas da sala fechadas, caso o ar condicionado este ligado e 8 - fazer blocos de anotações com papéis A4 inutilizados.	Pereira (2016)
Práticas	Recomendou-se um documento com sugestão de ações para alinhar a A3P com o PLS.	Carneiro (2018)
Práticas	A instituição desenvolve práticas alinhadas com os eixos da agenda, como: controle de gastos, uso de papéis reciclados,	Peixoto (2019)

Quadro 10 – Resumo da seção 2.6

		(continua)
Práticas	recolhimento de pilhas e baterias, compostagens gerenciamento de áreas verdes, incentivo à qualificação de servidores, palestras e projetos de extensão voltados à sustentabilidade, inserção de cláusulas específicas em compras e licitações e acessibilidade nas instalações. Também foram identificadas algumas dificuldades/barreiras para implantação de práticas, como as de natureza administrativa, natureza orçamentária e natureza cultural.	Peixoto (2019)
Práticas	Proposto um plano de ação com conscientização, capacitação e economia dos materiais de escritório, apostando em produtos recicláveis e na reutilização.	Gondim (2017)
Compras sustentáveis	Após a análise de 200 editais municipais, foi observado que, apenas 13 contemplaram critérios de sustentabilidade nas descrições de produtos ou serviços licitados, ou seja, no geral, a descrição dos produtos licitados não englobava os critérios de sustentabilidade.	Rezende Neto (2017)
Compras sustentáveis	Após análise dos editais de licitação de uma universidade, no período do início de 2015 a setembro de 2016, foi possível verificar que a instituição apresentou práticas sustentáveis nas suas compras e contratações. Observaram-se: exemplos de destinação exclusiva à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa; exemplos de sustentabilidade nas compras de produtos reciclados e biodegradáveis; exigência de itens que apresentassem selos que comprovem a eficiência energética; exigência de certificação de origem sustentável para aquisição de produtos que utilizam madeira como matéria-prima.	Barros (2016)
Compras sustentáveis	A falta de articulação entre as esferas públicas é uma das variáveis que os respondentes entendem como uma das maiores barreiras às compras sustentáveis; também a cultura organizacional é uma barreira para a condução das compras sustentáveis; foram percebidos comportamentos diferentes em gestores públicos de nível federal e em entes subnacionais em relação ao apoio da alta administração como barreira às compras públicas sustentáveis.	Delmônico (2017)
Avaliação	Foi proposto um modelo para avaliação da sustentabilidade de instituições públicas que converte indicadores qualitativos em quantitativos com a ajuda da ferramenta multicritério de apoio à decisão Promethee. Esse modelo pode ajudar os gestores públicos nas suas decisões ao buscar o equilíbrio organizacional nas esferas da sustentabilidade.	Soares (2015)
Avaliação	Foi proposta uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade em IES com base nos critérios dos modelos de maturidade. Esse modelo revelou que as IES estudadas, nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão, ainda estão em estágio inicial, de adaptação às legislações e comportamento reativo, e na dimensão Gestão e Operações estão no Estágio 2, quando já começam a utilizar sistemas ecoeficientes.	Palaver (2017)
Avaliação	Foi aplicado um modelo - intitulado SIAS/ICT (Sistema Internacional de Avaliação de Sustentabilidade aplicado a Institutos de Ciência e Tecnologia), que incorpora critérios da GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>), da A3P e da ISCN – (<i>International Sustainable Campus Network</i>), com a ajuda do SICOGEA (Sistema Contábil de Gerenciamento Ambiental).	Lima (2014)
Avaliação	Foi analisado o conhecimento e a percepção dos Gestores de Infraestrutura de uma universidade sobre a Gestão Pública Ambiental a partir dos eixos “Sensibilização e Capacitação” e “Construções Sustentáveis”, da A3P. Falta, na instituição, conhecimento dos gestores sobre ferramentas que promovem a sustentabilidade, política institucional que construa uma cultura e consciência para a sustentabilidade, e faltam programas e ações de sensibilização e capacitação para a sustentabilidade. O estudo revela a necessidade de desenvolver uma gestão pública sustentável mais eficaz na instituição.	Carvalho (2019)
Demais finalidades	A pesquisa identificou que as condições de armazenamento dos resíduos eletrônicos e o processo de coleta é inadequado na instituição; também, não é exigida a Certificação de Destinação Final Ambiental Sustentável dos resíduos eletrônicos pelos	Carvalho (2015)

Quadro 10 – Resumo da seção 2.6

		(continua)
Demais finalidades	participantes das licitações; mostrou-se necessário um centro de triagem e recuperação desses resíduos com pessoal e ferramentas adequados. Sugere-se que haja uma política adequada de gestão e gerenciamento de resíduos de equipamentos eletrônicos nesta instituição.	Carvalho (2015)
Demais finalidades	Foram aplicados questionários, e todos os participantes da pesquisa afirmaram não conhecer a A3P, mas afirmam que praticam ações propostas na agenda com vistas à economia de água, papel e energia elétrica. A maioria dos alunos refere que a instituição não desenvolve ações referentes aos eixos “uso adequado dos recursos naturais e bens públicos” e “gestão adequada dos resíduos sólidos” da A3P.	Figueirêdo (2018)
Demais finalidades	91% dos colaboradores e 85% dos usuários do restaurante universitário não conhecem a A3P; 55% dos usuários costumam deixar restos de comida nos pratos, e destes, 53% afirmaram servir-se em excesso; 64% dos participantes entendem a importância de ações de sensibilização e capacitação para a sustentabilidade.	Gonçalves (2018)
Segunda busca	O autor buscou identificar o desempenho ambiental de práticas de sustentabilidade do programa de sustentabilidade implementado em uma companhia de recursos minerais, na visão dos colaboradores. Identificou-se que a instituição possui algumas práticas sustentáveis que estão em pleno funcionamento como a coleta seletiva em recipiente distintos (inclusive pilhas e baterias) eficiência energética e hídrica, licitações sustentáveis, plástico zero, educação ambiental continuada, campanhas beneficentes, comemoração do dia do meio ambiente e da água. Sugeriu-se maior divulgação dos projetos e seus benefícios, bem como a contribuição para o planejamento estratégico da empresa e a capacitação de colaboradores do setor de licitação sustentável para que tenham melhor conhecimento do assunto.	Ribeiro Junior (2017)
Segunda busca	O autor analisou os principais aspectos relacionados à construção dos espaços participativos em Comitês de Bacias Hidrográficas por meio dos projetos de educação ambiental e na perspectiva da geoética com foco nas relações que decorrem dos processos naturais e sociais. Os ODS 4, 6, 11, 13, 15, 15, 16 e 17 se mostraram contemplados no programa de educação ambiental.	Almeida (2019)
Segunda busca	Foram investigadas as contribuições da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para as políticas públicas voltadas à redução do risco de desastres climáticos no horizonte da Agenda 2030. A instituição criou o Observatório de Clima e Saúde; desempenha outros compromissos que contribuem com as políticas públicas voltadas à redução do risco de desastres climáticos e faz parte de arranjos interinstitucionais internacionais e nacionais na construção dessas políticas públicas.	Vasconcellos (2017)
Segunda busca	O autor analisou a relação das variáveis de custos, socioeconômicas, infraestrutura escolar e corpo pedagógico com o desempenho educacional dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Arapongas/PR. Três hipóteses foram confirmadas: fatores sociais e econômicos têm forte influência no desempenho escolar; o nível socioeconômico dos discentes é diretamente proporcional ao desempenho escolar; e o custo pedagógico é o mais representativo entre os custos totais diretos nas escolas fundamentais.	Capucho (2019)
Segunda busca	O autor avaliou a distância para atingir a meta da Agenda 2030 de indicadores de acesso à água potável e rede de esgoto de residências dos estados do Brasil e dos municípios do estado de Sergipe. Os estados com maiores indicadores de sustentabilidade de acesso ao abastecimento de água potável foram: Tocantins, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Goiás; o estado de Pará apresentou o menor índice de sustentabilidade no acesso ao abastecimento de água potável e à rede de esgoto; já São Paulo apresentou o maior indicador no acesso à rede de esgoto. Além disso, o autor apresenta os municípios de Sergipe com o maior acesso ao abastecimento de água potável.	Santos (2019)

Quadro 10 – Resumo da seção 2.6

		(conclusão)
Segunda busca	O autor analisou as PPPs em relação com modelos que priorizam as pessoas, com o valor dos investimentos econômicos e com o valor dos investimentos humanos. Os mecanismos de controle da Administração Pública para o aprimoramento das PPPs foram evidenciados como: controle exercido pelo parceiro público (princípio da supremacia do interesse público), controle do Tribunal de Contas e órgãos do Poder Legislativo sobre as PPPs, controle social das PPPs (participação dos cidadãos - princípio da soberania popular em face dos atos praticados pelos administradores), controle fiscal sobre as PPPs (Lei de Responsabilidade Fiscal em consonância com a Lei das PPPs).	Marques (2019)
Segunda busca	O autor buscou identificar os fatores que podem influenciar a quantidade de investimentos no setor de saneamento básico. Foi verificado que o porte do prestador de serviços é o fator mais importante para determinar a quantidade de investimentos realizados. O autor sugere a pertinência de garantir que grandes prestadores de serviços atuem em modelos de saneamento e que, assim, seja possível formular políticas públicas mais efetivas.	Santos (2016)

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

3. MÉTODO

Esta seção apresenta a proposta de método que foi utilizada na pesquisa com vistas a alcançar os objetivos propostos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este trabalho investigou a A3P e os ODS com o objetivo de propor uma A3P aprimorada por meio da integração com os ODS. Foram realizadas entrevistas e foi realizada uma pesquisa documental sobre o tema em instituições de ensino superior. Com isso, esta pesquisa está baseada em uma abordagem exploratória sob uma perspectiva qualitativa (BEUREN, 2009).

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Inicialmente, é preciso entender a composição da A3P e da Agenda 2030 e alinhar os dois documentos, possibilitando a proposição de um modelo de adoção dos ODS na A3P com base na percepção de gestores especialistas de instituições federais de ensino superior.

Para isso, foram entrevistados 5 responsáveis pela formulação de programas e adequações para implementação da A3P em instituições que já aderiram à agenda mediante termo de compromisso. As IFES participantes foram extraídas do site da A3P e conta com 23 instituições de ensino das quais foram escolhidas 13, uma de cada estado do País, em estados com mais de uma IES a escolha foi feita aleatoriamente, conforme quadro 11. As instituições em azul forneceram autorização institucional exigida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com em seres humanos da UFSM e concederam entrevistas, as demais não retornaram com a autorização institucional, sendo realizado levantamento documental.

Quadro 11 – IFES com termo de adesão à A3P, cidade e estado



(continua)

INSTITUIÇÃO	CIDADE	UF
Universidade Federal do Cariri – UFCA	Juazeiro do Norte	CE
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	Brasília	DF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB	Brasília	DF

Quadro 11 – IFES com termo de adesão à A3P, cidade e estado

(conclusão)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IFG	Goiânia	GO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS	Pouso Alegre	MG
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL	Alfenas	MG
Universidade Federal de Lavras – UFLA	Lavras	MG
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Uberlândia	MG
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Dourados	MS
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	Campo Grande	MS
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	Belém	PA
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Bananeiras	PB
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	Petrolina	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Palmares	Palmares	PE
Universidade Federal de Pernambuco (Campus do Agreste) – UFPE	Caruaru	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Floriano – IFPI	Floriano	PI
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	Rio de Janeiro	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	Mossoró	RN
Universidade Federal de Santa Maria (Campus Palmeira das Missões) – UFSM	Palmeira das Missões	RS
Universidade Federal do Rio Grande – UFRGS	Rio Grande	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (Campus Brusque) – IFC	Brusque	SC
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Florianópolis	SC

Fonte: <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras>Legenda:  Instituições com pessoas entrevistadas.  Instituições escolhidas para análise documental.

Após selecionadas as instituições, foi feito primeiro contato por e-mail com objetivo de identificar os setores responsáveis pela formalização da instituição à Agenda, logo foi feito contato via telefone para identificar o servidor que foi entrevistado, procedendo com o agendamento do dia para entrevista, que foi realizada de forma virtual por meio da plataforma *Google Meet*. Dois dias antes da entrevista foi encaminhado material de apoio para que o entrevistado tomasse conhecimento dos tópicos que seriam abordados na entrevista, no dia da entrevista foi enviado o link por meio do e-mail ou *WhatsApp* com a sala virtual para acesso.

Por meio desta entrevista, foram identificados: o contexto de atuação desses servidores (qual o órgão e setor onde trabalham), qual o envolvimento do seu trabalho com a A3P e com os ODS, quais as práticas do órgão/setor relacionadas à A3P e aos ODS, quais os objetivos/metas/enfoques/práticas/sugestões que identificam serem essenciais e que deveriam constar na A3P de forma a alinhar essa agenda a Agenda 2030.

Além disso, optou-se por abranger todas as 13 instituições escolhidas aleatoriamente, sendo 05 por meio de entrevistas e as demais 08 por meio de pesquisa documental. Devido a problemas técnicos durante a entrevista com a última instituição entrevistada (IFRJ), que impossibilitaram garantir a totalidade da coleta de informações durante a entrevista, optou-se também por analisar as ações da universidade por meio da pesquisa documental, o que totalizou em 09 o número de instituições analisadas via pesquisa documental. Para a pesquisa documental, buscou-se nos websites institucionais os relatórios de gestão, de sustentabilidade ou de PLS para a análise. De posse de todos os relatórios, foi possível identificar as ações que cada instituição desenvolve com vistas à sustentabilidade. Esse material auxiliou, posteriormente, a elaboração da A3P aprimorada, objetivo principal deste estudo.

Após a definição, o modelo foi submetido a dois especialistas teóricos no tema - dois professores e pesquisadores de duas universidades públicas diferentes, com largo currículo e experiências no âmbito da sustentabilidade conforme currículo *lattes*¹ - com o objetivo de ajustar o modelo para obter maior aplicabilidade na Administração Pública.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

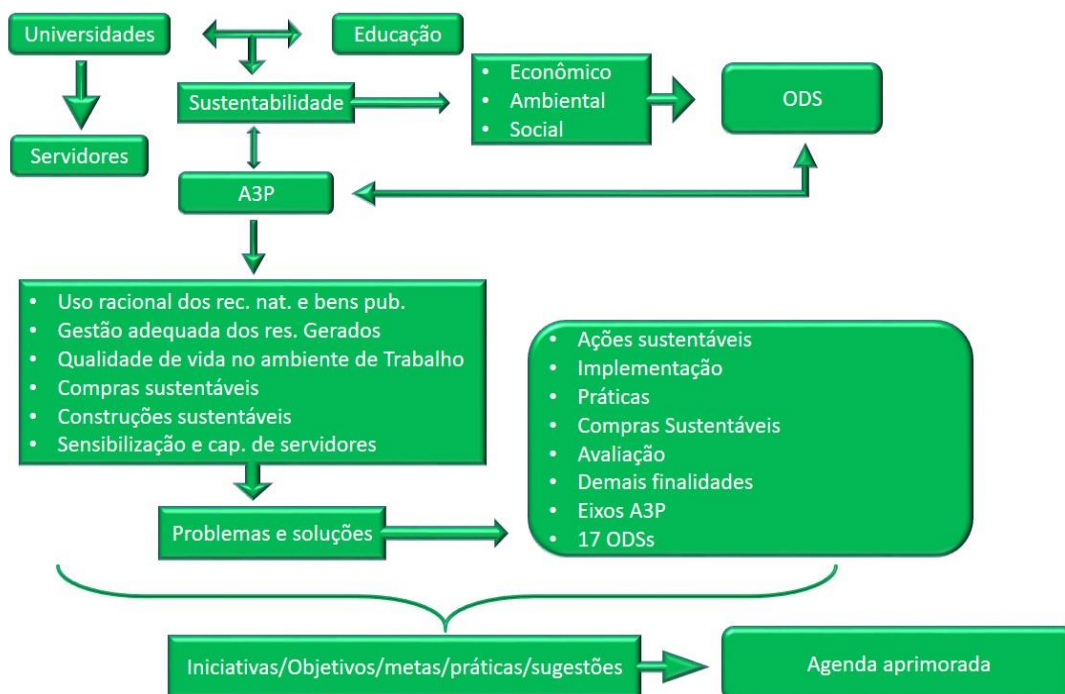
A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi realizada a análise documental, na qual foram analisados os relatórios de sustentabilidade ou relatórios de gestão,

¹ Lattes do especialista 1: <http://lattes.cnpq.br/9859670993729250>
Lattes do especialista 2: <http://lattes.cnpq.br/3128023764035312>

documentos nos quais foi possível identificar as ações da instituição no que tange à sustentabilidade com objetivo de identificar alinhamento das instituições com a A3P e com os ODS. Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental tem como característica a análise das informações em documentos não científicos como relatórios, gravações, normativos entre outros. Appolinário (2009) complementa que a pesquisa documental é a busca de informações registradas que sirvam como fonte de consulta. Sá-Silva, Almeida e Guinade (2009) diferenciam a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica explicando que a pesquisa documental vai além da busca em fontes escritas ou impressas, utilizando como fontes registros que tenham por finalidades ser fonte de informações e esclarecer dúvidas.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas compostas de perguntas abertas conduzidas por meio de videoconferência as quais foram gravadas e transcritas para posterior análise. Optou-se por entrevistas semiestruturadas, pois, conforme Martins e Theóphilo (2009), este método tem como principal finalidade compreender o ponto de vista do entrevistado em relação à determinada questão ou situação, podendo o entrevistador inserir questões ao longo da entrevista, a seguir *framework* teórico que dará suporte a entrevista.

Figura 4 – Suporte teórico para elaboração de instrumento de coleta de dados



Fonte: Elaborada pelo autor.

Referente à realização das entrevistas, Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020) ressaltam que esta modalidade apresenta vantagens como quebra de barreiras geográficas, economia de

recursos, menor inibição do entrevistado, flexibilidade de horários também pode resultar em maior volume e riqueza do material coletado.

As entrevistas foram gravadas, com autorização dos participantes, para posterior transcrição e análise por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa análise temática serviu para identificar potenciais elementos (práticas/objetivos/metasp, entre outros) que os gestores apresentaram nas entrevistas e que devem compor a proposta de A3P alinhada com os ODS. Buscava-se alterar os eixos temáticos já existentes na A3P bem como acrescentar novos eixos e novos objetivos e metas à agenda. Esta fase da pesquisa pode ser considerada a mais robusta, já que desprende um grande esforço na coleta dos dados (entrevistas) bem como na organização da proposta por meio da análise do que foi trazido pelos gestores.

A primeira entrevista ocorreu no dia 09 de novembro de 2022 às 09:30h e durou cerca de 30 minutos. O entrevistado representa o Instituto Federal do Sul de Minas (IFSul de Minas) que é composto pela reitoria e 8 campi e se localiza em Minas Gerais. O entrevistado trabalha na reitoria e é vinculado à Diretoria de Desenvolvimento e Relações Institucionais, vinculada diretamente ao reitor. Ele trabalha na instituição há 10 anos e no setor está há quase 3 anos; trabalha com PLS formalmente desde 2016.

A segunda entrevista ocorreu no dia 23 de novembro de 2022 às 10:30h e durou cerca de 40 minutos. O entrevistado representa a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). A gestão da reitoria atual foca no tripé gestão, inovação e sustentabilidade, ou seja, já há uma importância atrelada à sustentabilidade na gestão da universidade. Em 2021, houve uma mudança no organograma e foi criada a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, e o entrevistado é o diretor. Essa diretoria é ligada diretamente ao gabinete do reitor, inclusive o entrevistado salienta que quem apresentou a ideia da A3P foi o próprio reitor. O entrevistado trabalha no setor desde janeiro de 2021, e é servidor desde 2014. Ajudou no encerramento do PLS anterior, por meio da elaboração dos relatórios, e participou da construção do PLS 2022-2024. É presidente da comissão do PLS.

A terceira entrevista ocorreu no dia 01 de dezembro de 2022 às 08:30h e durou cerca de 35 minutos. O entrevistado representa a Universidade Federal do Cariri (UFCA), trabalha na instituição há 8 anos e atualmente na Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento e no setor chamado Coordenadoria de Gestão da Sustentabilidade. Dentro desta coordenadoria, há uma divisão de logística e projetos sustentáveis a qual é o foco do entrevistado e na qual está inserida a A3P. O entrevistado trabalha diretamente com o PLS e com a A3P. A instituição aderiu à A3P em 2019, e o monitoramento começou em 2020, mas devido à pandemia, foi executado de fato a partir de 2021, e esse monitoramento trata diretamente com 7 setores (por exemplo,

almoxarifado - papel, copos; diretoria de infraestrutura - energia elétrica, água, acessibilidade, placas solares; diretoria de logística e apoio operacional - gasolina, diesel; diretoria de equipamentos de TI - selo verde; diárias e passagens; licitações; setor de gestão de pessoas - capacitação, segurança no trabalho, qualidade de vida).

A quarta entrevista aconteceu no dia 16 de dezembro às 10:00h e durou cerca de 45 minutos. A entrevistada representa a Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões e trabalha no Núcleo de Patrimônio. A entrevistada trabalha há 10 anos na instituição e fez seu mestrado tendo como foco a A3P. Durante seu mestrado, foi criada a Comissão de Gestão Ambiental com membros de todos os departamentos.

A quinta entrevista foi realizada no dia 06 de janeiro de 2023, às 9:30h, e durou cerca de 35 minutos. A entrevistada representa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). A entrevistada trabalhava na reitoria como Coordenadora de Gestão Ambiental, mas após a pandemia trocou de unidade, passando a trabalhar num campus agrícola, uma fazenda-escola. A entrevistada ingressou na instituição em 2016, por meio de um concurso para a área de Gestão Ambiental especificamente, sendo que não havia, até então, nenhum profissional nesta área na instituição. Não havia setor de gestão ambiental, então a entrevistada teve o desafio de pensar esse tema para todo o instituto. Então, foi estruturada uma comissão ambiental na reitoria, localizada na cidade do Rio de Janeiro e outras comissões auxiliares nos demais *campi*. Por meio do trabalho das comissões, o PLS da instituição foi construído. A entrevistada relata que até o momento em que estava lotada na reitoria da instituição buscava manter os trabalhos das comissões em dia, mas com sua remoção ao campus da escola rural não tem certeza da atual situação das comissões e dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

O Quadro 12 apresenta um resumo das características gerais das entrevistas e dos entrevistados.

Quadro 12 – Entrevistas, entrevistados e instituições

(continua)

Código	Cargo	Tempo na instituição	Tempo trabalho com sustentabilidade	Instituição	Dia da entrevista	Duração
Entrevistado A	Assistente em Administração	10 anos	3 anos	Instituto Federal do Sul de Minas	09/11/22	30 min

Quadro 12 – Entrevistas, entrevistados e instituições

						(conclusão)
Entrevistado B	Assistente em Administração	8 anos	2 anos	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	23/11/22	40 min
Entrevistado C	Secretário Executivo	8 anos	3 anos	Universidade Federal do Cariri	01/12/22	35 min
Entrevistada D	Assistente em Administração	10 anos	5 anos	Universidade Federal de Santa Maria (campus Palmeira das Missões)	16/12/22	45 min
Entrevistada E	Tecnóloga em Gestão Ambiental	6 anos	6 anos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	06/01/23	35 min

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas

Por fim, pretendeu-se apresentar um modelo de A3P alinhada aos ODS alinhada a partir da visão de servidores de IFES já participantes com termo de adesão à A3P e teóricos pesquisadores da área de sustentabilidade.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Como categorias a priori, serão considerados os 6 eixos da A3P, os 17 ODS e as 6 dimensões do estado da arte, conforme quadro 13.

Quadro 13 – Categorias à priori

				(continua)
Categorias	Subcategorias	Autor	Ano	
A3P	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos Gestão adequada aos resíduos gerados Qualidade de vida no ambiente de trabalho Compras Públicas Sustentáveis Construções Sustentáveis Sensibilização e capacitação dos servidores	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	2020	
ODS	Erradicação da pobreza Fome zero e agricultura sustentável Saúde e bem-estar Educação de qualidade Igualdade de gênero Água potável e saneamento Energia limpa e acessível Trabalho decente e crescimento econômico Indústria, inovação e infraestrutura Redução das desigualdades Cidades e comunidades sustentáveis	ONU	2015	

Quadro 13 – Categorias à priori

			(conclusão)
	Consumo e produção responsáveis Ação contra a mudança global do clima Vida na água Vida terrestre Paz, Justiça e Instituições Eficazes Parcerias e meios de implementação		
Dimensões Estado da arte	Ações de sustentabilidade Implementação Práticas Compras Sustentáveis Avaliação Demais finalidades	Elaborado pelo autor	2022

Fonte: elaborado pelo autor

As categorias *à priori*, retiradas da literatura, em especial das duas referências mencionadas, iniciaram o procedimento da análise dos dados. A partir dessas categorias, pretendeu-se expandir ao identificar categorias *à posteriori* e/ou agrupar as subcategorias já apresentadas na A3P e nos ODS.

As dimensões *à posteriori* foram definidas após elencar todas as ações apresentadas, ou seja, após ter todas as informações, foi possível perceber que as ações se encaixam em eixos específicos, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos aspectos éticos, os participantes que foram convidados a contribuir com esta pesquisa tiveram acesso a informações sobre este estudo e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1) e ao Termo de Confidencialidade (Apêndice 2). O projeto também foi registrado no Portal de Projetos da UFSM e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição, sob o parecer nº 5.639.344, CAAE: 63033522.7.0000.5346, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos.

Em relação aos riscos aos quais os participantes da pesquisa podem estar submetidos, considera-se que não há riscos diretos, apenas os convidados podem sentir algum desconforto ou constrangimento ao responder as perguntas ou mesmo cansaço. Para isso, o participante tem assegurado o direito de desistir da entrevista a qualquer momento sem nenhum tipo de problema acarretado dessa decisão.

Já em relação aos benefícios da participação dos convidados, considera-se que são indiretos, ou seja, não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS.

3.6 RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA E O MÉTODO

O Quadro 14 evidencia a relação entre os objetivos específicos da pesquisa e o respectivo método a ser utilizado.

Quadro 14 – Objetivos da pesquisa e respectivo método

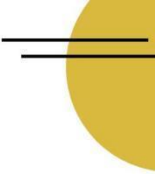
Objetivo da pesquisa	Método
Investigar as ações sustentáveis das instituições analisadas	Entrevistas com gestores Análise documental
Apontar barreiras e contribuições da implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública nas instituições entrevistadas	Entrevistas com gestores
Investigar quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se alinham aos eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública	Entrevistas com gestores
Elaborar uma proposta de Agenda Ambiental da Administração Pública que integre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Entrevistas Análise documental

Fonte: elaborado pelo autor.

O alinhamento entre o objetivo e o método utilizado para alcançar cada objetivo é importante no sentido de responder ao problema desta pesquisa e garantir que a proposta de A3P aprimorada com os ODS seja a mais robusta possível, de maneira a atender às instituições públicas e às necessidades do Planeta em termos econômicos, sociais e ambientais.

As perguntas que foram feitas para os entrevistados foram:

Figura 5 – Perguntas da entrevista

- 
- ✓ **Em qual órgão você trabalha na sua instituição?**
 - ✓ **Você trabalha a quanto tempo na instituição e nessa função?**
 - ✓ **Você trabalha há quanto tempo com a sustentabilidade?**
 - ✓ **Você consegue identificar na sua instituição quais as barreiras que são encontradas, tanto para implementar alguma ação tanto para fazer o levantamento do PLS, ou alguma barreira que a instituição ou servidores ou órgãos?**
 - ✓ **No seu ponto de vista, você pode elencar ou dizer alguma contribuição que principalmente a A3P trouxe para sua instituição?**
 - ✓ **De acordo com seus conhecimentos, qual a relação dos ODS, com os eixos da A3P?**
 - ✓ **Se você deixou alguns ODS fora da relação, pode explicar o motivo?**
 - ✓ **Se você tivesse que criar na A3P mais um eixo, você consegue identificar mais uma dimensão que contemple alguma necessidade que você considera fundamental?**

Fonte: elaborado pelo autor.

A seção 4 apresenta os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa e está estruturada em seis partes: a primeira trata dos resultados da pesquisa documental apresentando as ações sustentáveis das instituições analisadas; a segunda trata das barreiras e contribuições da A3P nas instituições com base nas entrevistas; a terceira, também com base nas entrevistas, aponta a relação da A3P com os ODS; a quarta trata dos ODS não relacionados à A3P nas entrevistas; a quinta aponta as dimensões a serem criadas na A3P com base nas entrevistas; e a sexta seção traz a proposta de A3P aprimorada.

Pode-se perceber que a participação de todos os segmentos envolvidos na execução de projetos de caráter contínuo relacionados à educação ambiental, pensamento crítico e consciência ambiental além de cobrança para uso dos recursos hídricos contribui positivamente na conservação dos recursos naturais e reduz o desalinhamento entre os objetivos definidos e os investimentos realizados efetivamente.

4.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS

No intuito de abranger todas as 13 instituições escolhidas pelo método foi desenvolvida uma pesquisa documental em 09 instituições, sendo elas: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Instituto Federal Goiano, Universidade Federal Rural da Amazônia, Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, Instituto Federal do Piauí, Instituto Federal de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Federal do Rio de Janeiro (com esta última instituição foi realizada a entrevista e também a análise documental devido a problemas técnicos na entrevista) a fim de identificar as ações sustentáveis que essas instituições praticam em consonância com a A3P. A partir disso, foi possível contribuir com o objetivo principal deste trabalho que é a proposição de uma A3P aprimorada.

Foram analisados os documentos institucionais que apresentam informações sobre as ações que a instituição desenvolve em prol da sustentabilidade.

O Quadro 15 aponta a instituição analisada, o nome e ano do documento institucional e as ações que cada documento evidencia no que tange à sustentabilidade.

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

Instituição	Documento	Ano	Ações
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Relatório simplificado 2020 Plano de Gestão de Logística Sustentável	2020	<ul style="list-style-type: none"> - usinas solares fotovoltaicas; - substituição de lâmpadas ineficiente; - coleta seletiva solidária; - qualidade de vida: semana de prevenção de acidentes no trabalho, mês do servidor, dia mundial da saúde, julho amarelo, outubro rosa, novembro azul.
Instituto Federal Goiano	Relatório Anual de Gestão	2021	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Processo Eletrônico Nacional; - Projeto de Eficiência Energética (melhoria no sistema de iluminação, instalação de micro e minissistemas de geração fotovoltaicas); - Estudo e implantação de um sistema completo de captação e tratamento do esgoto e de uma planta piloto para utilização do biogás/arrefecimento de painéis; - Desenvolvimento de uma plataforma experimental para a conexão e interfaceamento de sistemas fotovoltaicos à rede elétrica; - Redução de aquisição de copos descartáveis.
Universidade Federal Rural da Amazônia	Relatório de Gestão	2021	<ul style="list-style-type: none"> - evento Natal Eco Solidário “Plante Solidariedade e Colha Sustentabilidade” (arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis); - melhor preço sustentável nas licitações; - substituição de equipamentos obsoletos e a aquisição de novas tecnologias; - investimentos em campanhas de conscientização; - criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; - e iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; - biodigestores para o aproveitamento de resíduos orgânicos gerados.
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Plano de Logística Sustentável - Relatório de Acompanhamento	2020	<ul style="list-style-type: none"> - racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão e respectivas campanhas; - Perseguir o uso zero de copos descartáveis por servidores e terceirizados; - redução do uso de energia elétrica e água e campanhas para essa redução; - campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial; - estudo sobre viabilização da instalação de placas solares; - estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; - manutenção Preventiva do sistema hidráulico; - capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água; - campanha para uso de canecas; - coleta seletiva e respectiva campanha; - Projeto Escola Verde (sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva);

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

			<ul style="list-style-type: none"> - recomposição de áreas verdes da instituição; - capacitação sobre Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; - realização de exames médicos periódicos para servidores; - avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; - campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho; - Projeto Preparação para a Aposentadoria; - Projeto Saúde Vocal; - Projeto Coração Saudável; - Programa Integralmente Bem (saúde mental); - Projeto Diálogos Saudáveis (saúde mental); - compras públicas sustentáveis que atendam às legislações; - compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética; - compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis; - compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>); - redução de gastos com combustíveis; - redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição e campanha; - campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação; - estímulo à utilização de bicicletas; - projeto “Carnaval Sustentável” (reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável); - a iniciativa “Seja Solidário – Todos Contra a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros); - projeto “Você Sabia?” (Coleta seletiva); - webinar “desafios da sustentabilidade”.
Instituto Federal do Piauí	Relatório de Gestão*	2021	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Horta Comunitária Sustentável; - Campanha #meninasocupam (campanhas de enfrentamento à desigualdade de gênero); - I Semana da Consciência Negra Intercampi do IFPI; - Implantação do Processo Eletrônico; - Implantação de usinas fotovoltaicas nos Campi; - elaboração de projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável; - construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; - campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis; - uso racional dos bens públicos; - projetos de conscientização e conservação do meio ambiente;

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

			<ul style="list-style-type: none"> - cursos de extensão voltados a Usina fotovoltaica; - projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; - atividades alusivas ao 18 de maio, ao dia mundial da saúde, ao mês da mulher, ao janeiro branco, outubro rosa, novembro azul, setembro amarelo; - implementação de uma política de gestão ambiental no Campus vinculada aos cursos ofertados; - atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; - atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; - critérios de sustentabilidade nos editais de licitação; - construções com janelas que contemplam as normas de iluminação natural; cores favoráveis à economicidade de energia elétrica e as obras são executadas com aplicação de telhas termoacústicas para favorecer a temperatura ambiente.
Instituto Federal de Brasília	Relatório de Gestão	2021	<ul style="list-style-type: none"> - coleta seletiva; - manutenção periódica das redes hidrossanitárias; - instalação de usinas fotovoltaicas; - reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais; - utilização de processos eletrônicos; - Semana Lixo Zero IFB.
Universidade Federal da Paraíba	Relatório UFPB Plano de Gestão de Logística Sustentável	2018	<ul style="list-style-type: none"> - quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner; - tramitação <i>on line</i> de processos; - análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável; - campanha para conscientizar a comunidade acadêmica a reduzir o consumo de copos descartáveis; - estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta; - quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); - diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; - campanha de conscientização para evitar o desperdício no uso da energia elétrica; - quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); - diagnóstico da manutenção da rede; - campanha para evitar o desperdício de água; - identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; - quantificação do volume de material destinado às cooperativas; - quantificação de papel reutilizado; - campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da cooperação com o programa de coleta seletiva;

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

			<ul style="list-style-type: none"> - quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano; - campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; - quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos; - campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza); - quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos; - quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota; - desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos; - estimativa do índice de emissão de CO2 pela frota de veículos; - estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos; - plantios de mudas nativas da mata atlântica dentro dos Campi da UFPB.
Universidade Federal de Santa Catarina	Relatório de Sustentabilidade (GRI Standards)	2021	<ul style="list-style-type: none"> - Semana do Meio Ambiente; - Projeto de Extensão de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC; - publicação de edições sobre Materiais e sobre Serviços e Concessões do “Manual de Contratações Sustentáveis”; - campanhas para reduzir o consumo de diversos materiais, principalmente o plástico; - campanhas para conscientização e redução do consumo são papel higiênico, detergente, sacos plásticos, e em especial, papel A4 e para o uso de papel reciclado; - compras públicas que priorizam menor uso de embalagens; - compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo); - fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; - divulgação de informações sobre consumo, gastos e demanda de energia na universidade; - campanhas para conscientização do uso racional de energia; - troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; - estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; - adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h); - edificações com sistema de reaproveitamento da água da chuva; - prédio com telhado verde, materiais de construção alternativos e com arquitetura que dispensa climatização e iluminação artificial; - parcerias com entidades e instituições da sociedade civil; - Projeto de Extensão Sustentabilidade: Plano de melhorias do sistema de abastecimento de água e conscientização do uso racional da água na UFSC; - canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d’água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); - manutenção na rede de abastecimento e esgotamento;

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

		<ul style="list-style-type: none"> - combate a vazamentos; - consumo de água é informado mensalmente à comunidade; - manutenção e conservação de áreas ambientais; - palestras e workshops sobre fauna e preservação; - manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e Combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>; - inventário anual de emissões de Gases de efeito Estufa; - destinação de rejeitos a aterros sanitários (coletas municipais); - coleta seletiva solidária; - programa da Prefeitura para reciclagem de vidros; - gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; - implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); - logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; - critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços; - Laboratório de Estudos da Voz e Audição; - Central de Incentivo ao Aleitamento Materno; - Clínica escola de fonoaudiologia e de odontologia e farmácia escola; - Serviço de Atenção Psicológica; - Auxílio no tratamento de estresse; - Projeto Amanhecer do HU/UFSC (terapias integrativas e complementares, cursos e palestras, atividades de pesquisa, atenção básica à saúde); - Programa Nutrição na Terceira Idade - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina; - Liga Acadêmica de Neurociência do Comportamento Alimentar); - Ações para apoio, estudo e ensino em alimentação e nutrição humana saudável; - Ambulatório Nutricional de Dieta Cetogênica Para Pacientes com Epilepsia Refratária; - Movimenta UFSC (aumentar a prática esportiva e atividade física); - atividades físicas para comunidade; - Estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero). - ações de segurança no campus (rondas de vigilância, atendimentos de ocorrências, instalação e operação de equipamentos de vigilância, abordagens preventivas em pessoas em situação de rua e encaminhamentos para internação dessas pessoas); - atendimentos/acompanhamentos psicológicos com vistas a políticas de enfrentamento à LGBTfobia e violência contra a mulher; - estratégias de trabalho de acompanhamento dos estudantes LGBTQIAPN+, negros, indígenas e quilombolas; - multa moral (mensagem para carros estacionados, impedindo acesso a rampas ou em vagas para deficientes sem autorização;
--	--	---

Quadro 15 – Ações das instituições

(continua)

			<ul style="list-style-type: none"> - cursos e atividades para a população da terceira idade; - projeto estudantil de extensão UFSC sem plástico; - RU 360° (conscientizar os usuários do restaurante universitário a realizar separações de rejeitos); - Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento; - Enactus (empreendedorismo social); - UFSC na praça (defesa de uma educação pública); - Sinergia (energias renováveis); - pesquisas voltadas para sustentabilidade.
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Relatório de Gestão 2021	2022	<ul style="list-style-type: none"> - prédios com acessibilidade; - a aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas para o auditório do Campus Nilópolis; - projeto de prevenção e combate a incêndio; - cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros); - auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e Artístico-Cultural e Programa Institucional de Incentivo à Inovação); - cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas); - Programa Saúde no IFRJ (saúde e o apoio psicopedagógico); - núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade; - incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas; - manual de compras públicas sustentáveis do IFRJ; - espaços de convivência para os servidores e estudantes; - programa de qualidade de vida no trabalho, alinhando atividades físicas, monitoramento da saúde dos servidores, palestras, semanas temáticas; - plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões); - política de capacitação contínua e qualificação dos servidores; - a inclusão de pessoas com deficiência no quadro do IFRJ; - capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas; - fortalecimento a ações que valorizem a administração sustentável (racionalização do uso de água, energia, papel e outros); - fortalecimento de atividades voltadas à saúde nos campi e reitoria; - treinamento de prevenção contra incêndio para toda comunidade; - coleta seletiva solidária, desfazimento de bens e destinação correta dos resíduos; - garantir a realização de exames periódicos em saúde para todo o IFRJ;

Quadro 15 – Ações das instituições

(conclusão)

		<ul style="list-style-type: none"> - implantação da A3P e do PLS; - plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno do IFRJ (compartilhamento de conhecimentos); - política de integração dos servidores à gestão do IFRJ: acolhimento, capacitação, qualificação e a saúde do trabalhador; - estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico); - ações de promoção à saúde (saúde mental, nutrição, voz, gestação, fonoaudiologia, psicologia); - capacitação em segurança no trabalho; - auxílio sobre o conteúdo técnico voltado à contratação de empresas para transporte e destinação de resíduos perigosos e manifesto de resíduos; - coleta e destinação correta e gratuita de pilhas e baterias; - orientação e promoção do descarte de resíduos eletrônicos; - manuais de biossegurança do IFRJ; - orientação técnica sobre resíduos de coleta seletiva e procedimento de compostagem; - gerenciamento e monitoramento dos dados de consumo de energia elétrica; - auxílio técnico sobre eficiência energética para os campi do IFRJ; - aquisição de sistemas de energia solar; - o envio de materiais para a promoção da A3P nos campi; - elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental; - manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal do IFRJ; - orientação contínua sobre descarte correto de resíduos; - manual de coleta seletiva do IFRJ; - orientação sobre utilização e economia de recursos naturais, e práticas sustentáveis na instituição; - campanha Rodando com Tampinhas (transformar tampinhas plásticas em cadeiras de rodas); - ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico); - representação do IFRJ em eventos sobre sustentabilidade ambiental; - contribuições técnicas e apoio para trabalhos científicos nas áreas de gestão socioambiental, compras mais sustentáveis e gerenciamento de resíduos.
--	--	---

* não foi possível encontrar um relatório específico do campus Florianópolis que aderiu à A3P. Com isso, optou-se por analisar o relatório institucional geral.

Fonte: UFERSA (2020); IFG (2021); UFRA (2022); UNIVASF (2021); IFPI (2022); IFB (2021); UFPB (2019); UFSC (2021); IFRJ (2022).

A partir dessas informações referente as ações genéricas de todas as instituições analisadas no Quadro 15 foi possível compilar o Quadro 16 no qual optou-se por agrupá-las em conjunto por dimensões por uma questão de organização das informações, para visualizar em contraponto com os eixos atuais da A3P e para ajudar na construção da A3P aprimorada que é a proposta deste estudo. Essas dimensões foram criadas após elencar todas as ações apresentadas, ou seja, após ter todas as informações, foi possível perceber que as ações se encaixam em eixos específicos, por meio da análise de conteúdo.

Quadro 16 – Ações praticadas

(continua)

Ações praticadas das instituições por dimensões
<p>- coleta seletiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; - iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; - quantificação do volume de material destinado às cooperativas; - identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; - atenção à destinação de rejeitos a aterros sanitários; - reciclagem de vidros; - gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; - implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); - logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; - orientação e promoção do descarte de resíduos eletrônicos; - orientação contínua sobre descarte correto e gratuito de pilhas e baterias - auxílio sobre o conteúdo técnico voltado à contratação de empresas para transporte e destinação de resíduos perigosos e manifesto de resíduos; - orientação técnica sobre resíduos de coleta seletiva e procedimento de compostagem; <p>- qualidade de vida/saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mês do servidor; - dia mundial da saúde; - julho amarelo; - outubro rosa; - novembro azul; - realização de exames médicos periódicos para servidores; - avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; - campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho; - projeto preparação para a aposentadoria; - projetos para saúde (voz, audição, coração, saúde mental, psicológica, fonoaudiológica, odontológica, nutricional, gestacional); - atividades alusivas ao 18 de maio; - mês da mulher; - janeiro branco; - setembro amarelo; - atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; - atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; - quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano; - campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; - farmácia-escola; - incentivo ao aleitamento materno; - incentivo à prática esportiva e atividade física para a comunidade interna e externa; - espaços de convivência para os servidores e estudantes;

Quadro 16 – Ações praticadas

(continua)

- eficiência energética:

- usinas solares fotovoltaicas;
- substituição de lâmpadas ineficiente/melhoria no sistema de iluminação;
- captação e tratamento de esgoto;
- utilização do biogás/arrefecimento de painéis;
- plataforma para a conexão e interfaceamento de sistemas fotovoltaicos à rede elétrica;
- substituição de equipamentos obsoletos e a aquisição de novas tecnologias;
- biodigestores para o aproveitamento de resíduos orgânicos gerados;
- construções com janelas que contemplam as normas de iluminação natural; cores favoráveis à economicidade de energia elétrica e as obras são executadas com aplicação de telhas termoacústicas para favorecer a temperatura ambiente, com telhado verde, materiais de construção alternativos e com arquitetura que dispensa climatização e iluminação artificial;
- edificações com sistema de reaproveitamento da água da chuva;
- auxílio técnico sobre eficiência energética para a instituição;

- compras:

- redução de aquisição de copos descartáveis;
- melhor preço sustentável;
- compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética;
- compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis;
- compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- compras públicas sustentáveis que atendam às legislações;
- compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo);
- critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços;

- cursos e capacitações:

- cursos de extensão voltados à Usina fotovoltaica;
- capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água;
- implementação de uma política de gestão ambiental no campus vinculada aos cursos ofertados;
- cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas);
- capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas;
- cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros);
- plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões);
- política de capacitação contínua e qualificação dos servidores;
- capacitação em segurança no trabalho;
- plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno dos servidores da instituição (compartilhamento de conhecimentos);

- projetos:

- projeto para arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis;
- projeto de reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável;
- projeto para sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva;
- Projeto Horta Comunitária Sustentável;
- projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável;
- projetos de conscientização e conservação do meio ambiente;
- projeto sobre inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações;
- projeto para melhorias do sistema de abastecimento de água;
- auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (ciência, tecnologia, arte, cultura, inovação...);
- projeto e treinamentos de prevenção e combate a incêndio;

Quadro 16 – Ações praticadas

(continua)

- campanhas e sensibilização:

- campanhas para conscientização do uso de papel reciclado;
- campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza);
- campanha para redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição;
- campanha para racionalização do uso de papel A4, copos descartáveis, cartuchos para impressão, papel higiênico, detergente, plásticos;
- campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial;
- campanha de enfrentamento à desigualdade de gênero;
- campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis;
- campanha para uso de canecas;
- campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação;
- investimentos em campanhas de conscientização;
- campanha para comprar cadeiras de rodas;
- estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta;
- estímulo à utilização de bicicletas;
- a iniciativa sobre a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros);
- ideias voltadas ao empreendedorismo social;
- estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero);
- incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas;
- estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico);
- trabalhos científicos na área da sustentabilidade;
- Semana Lixo Zero;
- semana de prevenção de acidentes no trabalho;
- semana do meio ambiente;
- Semana da Consciência Negra;
- discussões sobre os desafios da sustentabilidade;
- manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e combate ao mosquito aedes aegypti;
- publicação de materiais sobre compras e contratações sustentáveis;
- materiais sobre coleta seletiva;
- manuais de biossegurança;
- materiais para a promoção da A3P;
- elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental;
- manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal das instituições;
- representação da instituição em eventos sobre sustentabilidade ambiental;

- consumo de materiais:

- racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão;
- quantificação de papel reutilizado;
- quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner;
- análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável;
- reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais;
- utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN);

- natureza:

- construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura;
- projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade;
- recomposição de áreas verdes da instituição;
- plantios de mudas nativas;
- manutenção e conservação de áreas ambientais;
- palestras e workshops sobre fauna e preservação;
- inventário anual de emissões de gases de efeito estufa;

- água:

- redução do uso e consumo de água
- manutenção preventiva do sistema hidráulico;

Quadro 16 – Ações praticadas

(conclusão)

- quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais);
- diagnóstico da manutenção da rede;
- manutenção periódica das redes hidrossanitárias;
- manutenção na rede de abastecimento e esgotamento;
- informação sobre consumo de água à comunidade;
- canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões);
- energia elétrica:**
 - redução do uso de energia elétrica
 - estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio;
 - quantificação, monitoramento gerenciamento e divulgação do consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total);
 - diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;
 - fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica;
 - troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED;
 - estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença;
 - adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);
- transportes:**
 - redução de gastos com combustíveis;
 - redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição;
 - quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota;
 - desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos;
 - estimativa do índice de emissão de CO₂ pela frota de veículos;
 - estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos;
- outros:**
 - quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos;
 - quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos;
 - parcerias com entidades e instituições da sociedade civil;
 - prédios com acessibilidade;
 - a aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas;
 - núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade;
 - a inclusão de pessoas com deficiência no quadro das instituições;
 - ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico);
 - implantação da A3P e PLS.

Fonte: elaborado com base no Quadro 15.

A partir do Quadro 16, é possível compreender que a sustentabilidade nas instituições analisadas engloba ações de coleta seletiva, qualidade de vida/saúde, eficiência energética, compras, cursos e capacitações, projetos, campanhas e sensibilização, consumo de materiais, natureza, água, energia elétrica, transportes e outros.

Em relação ao PEN, Costa (2020) aponta que é uma tecnologia da informação e comunicação voltada para os princípios da eficiência, eficácia, economicidade e da transparência na Administração Pública.

O Quadro 17 apresenta uma relação entre as dimensões da pesquisa e alguns autores que tratam dessas esferas e corroboram com a relevância dessas dimensões no que tange à sustentabilidade na A3P.

Quadro 17 – Dimensões e autores

Dimensão	Autores
Coleta seletiva	Miranda Junior; Licório, Silva (2018); Oliveira (2017); Soares (2019).
Qualidade de vida/saúde	Oliveira (2017); Brasil <i>et al.</i> (2017); Santos (2019); Marcuz Junior (2021).
Eficiência energética	Brasil (2001b); Barros (2016); Rodrigues (2018); CPRM (2020); Ribeiro Junior (2017).
Compras	Mendonça (2018); Jereisatti e Melo (2020).
Cursos e capacitações	Oliveira (2017); Ribeiro <i>et al.</i> (2018); Barbosa <i>et al.</i> (2018); Luiz (2019).
Projetos	Ribeiro <i>et al.</i> (2018); Miranda Junior, Licório e Silva (2018); Pereira, Prado Filho e Pereira (2019); CPRM (2020).
Campanhas e sensibilização	Oliveira (2017); Araújo, Freitas e Rocha (2017); Miranda Junior, Licório e Silva (2018); Oliveira, Santos e Cabral (2021).
Consumo de materiais	Gondim (2017); Oliveira (2017).
Natureza	Barbosa <i>et al.</i> (2018); Chaves (2019); Peixoto (2019).
Água	Brasil (1997); Miranda Junior, Licório e Silva (2018); Gutierrez, Cabral e Silva (2019); Santos (2020).
Energia elétrica	Miranda Junior, Licório e Silva (2018); Gutierrez, Cabral e Silva (2019); Santos (2020).
Transportes	Oliveira (2018); Salviano <i>et al.</i> (2020).
Outros	Camargo (2017); Marques (2019); Oliveira, Santos e Cabral (2021).

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Algumas ações podem pertencer a mais de uma dimensão, porém, o que realmente é relevante é considerar que cada ação contribui não só para a A3P na instituição, mas com a sustentabilidade no mundo. Como já mencionado pelos autores do Quadro 17 e outros autores, essas dimensões colaboram com a implementação de práticas sustentáveis nas instituições públicas. As seções a seguir tratam da análise das entrevistas, iniciando pela apresentação das barreiras e contribuições da A3P nas instituições com base na percepção dos entrevistados.

4.2 BARREIRAS E CONTRIBUIÇÕES DA A3P NAS INSTITUIÇÕES

Duas perguntas iniciais foram realizadas na entrevista e tinham o objetivo de identificar barreiras e contribuições da A3P nas instituições com base na percepção dos entrevistados.

Em relação às barreiras, o entrevistado A comentou que a instituição incentiva, mas o acompanhamento e controle, principalmente dos campi, é mais difícil. Já, o entrevistado B comentou que no início da implementação havia muita resistência por parte dos servidores e setores, pois havia a ideia de fiscalização. A diretoria é um centro de informações, não necessariamente de execução. A execução fica a cargo das pró-reitorias. A resistência, em dois

anos, diminuiu bastante, inclusive há procura em prol do desenvolvimento dessas diretrizes. O entrevistado B salienta a importância do apoio da reitoria e das normas institucionais para promover a sustentabilidade. A dissertação de Silva (2017) já apontava para a resistência à mudança como uma barreira para a inserção de práticas sustentáveis nas IES.

O entrevistado C comenta que a educação para a sustentabilidade é desafiadora, é a base para a sustentabilidade no mundo, é um trabalho demorado, pois é preciso mudar a cultura das pessoas, mudar o jeito de as pessoas olharem o mundo, mudar o seu dia-a-dia, garantir o mundo para as gerações futuras. O entrevistado C comenta que não são apresentadas barreiras muito significativas, mas o trabalho da sustentabilidade é lento, a adesão à A3P é recente na instituição, mas a sustentabilidade está na missão, na visão, e a educação para a sustentabilidade é uma esfera muito desenvolvida na instituição. Santos e Costa (2017) corroboram com a ideia de que a A3P envolve a conscientização da sociedade no que tange a impactos negativos no meio ambiente.

O entrevistado C comenta que a adesão à A3P é interessante do ponto de vista de outro órgão certificar a instituição da sua preocupação com a sustentabilidade, com o meio ambiente, com as práticas sustentáveis. Kihara, Moura-Leite e Lopes (2019) destacam a Administração Pública como incentivadora da sustentabilidade, inclusive garantindo certificações às instituições que implementam o PLS com êxito.

Em relação às barreiras na instituição para implementação da sustentabilidade, a entrevistada D comenta que foi elaborado um Plano de Gestão Ambiental para o campus, porém a implementação prática foi difícil por demandar envolvimento e que o trabalho em comissão acaba não sendo prioridade, a prioridade é o setor principal seja para o docente seja para o técnico-administrativo. Além disso, a disponibilidade de tempo se mostrou uma barreira além da questão de conscientizar as pessoas da importância da sustentabilidade. Carneiro (2018) ressalta que as universidades, por seu caráter formador, científico e humano, são responsáveis pela conscientização da comunidade acadêmica no que se refere à sustentabilidade.

A entrevistada E, que trabalha no campus rural, destaca que as demandas da A3P da reitoria são muito diferentes das demandas rurais, pois na reitoria a A3P apresenta um foco mais urbano e administrativo, muito mais fácil de desenvolver segundo ela, com ações voltadas para o uso de copos descartáveis e papel, resíduos gerados em ambientes administrativos. Mas ao pensar em um colégio agrícola, a A3P se torna uma ferramenta defasada, pois se trata de um ambiente com produção de diversas culturas, animal, vegetal, com demandas ambientais muito mais significativas (licenciamento ambiental, destinação de resíduos químicos, biológicos, efluentes, manejo de inseticidas e pesticidas e o tratamento de fossas sépticas para os animais,

entre outros), segundo a entrevistada, são demandas mais complexas que vão além do ambiente administrativo. A entrevistada E comenta, que no campus onde trabalha, elaborou, em conjunto com os demais servidores, uma A3P adaptada para a escola rural, pois, de acordo com sua percepção, a A3P foi desenvolvida para um ambiente administrativo e no meio rural alguns eixos não fazem sentido e acabam comprometendo a eficiência da agenda.

Ainda no que diz respeito às barreiras, a entrevistada E relata principalmente que a falta de comprometimento de alguns servidores impacta diretamente nas ações que as comissões precisam desenvolver; outro fator que, segundo a entrevistada E é fundamental, são os recursos para projetos, que, por falta de cultura na instituição, o menor repasse geralmente é para as questões voltadas à sustentabilidade. Torres (2020) também identificou a escassez de recursos financeiros como barreira na implementação da A3P no Ministério Público da Paraíba. A alocação de mais recursos é uma expectativa da Alta Administração de uma universidade do nordeste do país que pretende desenvolver mais práticas de sustentabilidade e adotar a A3P (ARAÚJO; FREITAS, ROCHA, 2017).

Como contribuição da A3P para a instituição, o entrevistado A destaca o reconhecimento, a participação no ranking *green metric*, o prêmio da secretaria do meio ambiente de Minas Gerais com projeto de aproveitamento de água da chuva.

O entrevistado B destaca que precisa de mais divulgação na instituição dessa agenda voluntária de monitoramento da sustentabilidade. A A3P deveria ser mais ativa, promover mais interação entre os membros, o sistema é muito rígido, impede que sejam inseridas certas justificativas. Os indicadores também auxiliam para abarcar a amplitude que a sustentabilidade requer (cruzamento entre indicadores do ranking *Green*, PLS, A3P, PDI). Santos (2018) também considerou em seu trabalho de análise dos desafios que os gestores enfrentam ao implementar a A3P a falta de indicadores.

O entrevistado C comenta que as conquistas têm dado muita visibilidade para a coordenadoria, tanto em relação à A3P quanto ao PLS, outras universidades e órgãos entram em contato buscando informações sobre a adesão à A3P, sobre a execução do PLS que está bastante consolidada. Essa visibilidade é um ponto bastante positivo segundo o entrevistado.

Em relação às contribuições que a A3P trouxe para o campus, a entrevistada D comenta que o próprio Plano de Gestão Ambiental norteia algumas ações como separação dos resíduos, redução na quantidade de papel utilizado, evitar a compra de impressoras, entre outros. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019), em seu Plano de Trabalho para implementação da A3P do estado da Bahia, apresenta metas em relação à diminuição do uso de papel.

Como contribuição da A3P para a instituição, a entrevistada E salienta que, com a formalização da instituição junto ao programa, as cobranças aos servidores são mais viáveis no que diz respeito a ações e relatórios que são necessários para alimentar o sistema RESSOA. Segundo a entrevistada E, é mais profícuo exigir algum resultado quando há um compromisso firmado com um órgão superior. Dessa maneira, de acordo com a entrevistada E, os servidores tendem a ter mais responsabilidade em fornecer as informações solicitadas. Essa colaboração dos servidores vai ao encontro da demanda da A3P que trata da sensibilização e conscientização dos servidores.

O Quadro 18 apresenta um resumo sobre as percepções dos entrevistados no que tange a barreiras e contribuições da A3P nas instituições estudadas.

Quadro 18 – Resumo sobre barreiras e contribuições da A3P nas instituições

Entrevistado	Barreiras	Contribuição da A3P
A	Acompanhamento e controle	Reconhecimento Participação em ranking Prêmio
B	Resistência inicial	Indicadores
C	Educação para a sustentabilidade é um trabalho lento, de mudança de cultura e de visões das pessoas	Outras universidades e órgãos buscando informações sobre A3P e PLS. Visibilidade
D	Implementação, envolvimento das pessoas, disponibilidade de tempo, conscientizar as pessoas	Plano de Gestão Ambiental
E	Comprometimento de alguns servidores Falta de recursos para projetos voltados à sustentabilidade	Exigência de responsabilidade no que tange a ações e fornecimento de informações por parte dos servidores

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

É possível perceber que tanto as barreiras quanto as contribuições da A3P nas instituições vêm dos mais diversos âmbitos, sugerindo que há diversas oportunidades de se trabalhar a A3P, tanto no que tange a diminuir as barreiras quanto no sentido de receber contribuições positivas na instituição.

Como parte da entrevista, foi solicitado aos representantes que relacionassem os eixos da A3P com os ODS e explicassem os motivos da escolha e também justificassem os ODS não relacionados. As seções a seguir detalham essas informações.

4.3 RELAÇÃO DA A3P COM OS ODS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES

Esta seção tem o objetivo de apresentar os resultados referentes às entrevistas no que tange ao questionamento feito aos entrevistados em relação à relação da A3P com os ODS. Além disso, a seção também apresenta um compilado de ações apontadas pelos entrevistados que compõem o rol de práticas sustentáveis das instituições.

4.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas

Como parte da entrevista, os representantes falaram sobre a relação dos eixos da A3P com os ODS. Para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IF Sul de Minas), o entrevistado A salienta que os recursos naturais estão relacionados com água potável e saneamento, energia limpa e acessível, consumo e produção responsáveis e vida terrestre. ODS 6 tem a ver com o acesso à água potável, saneamento, qualidade da água, tratamento de água, uso eficiente de água, consumir de forma consciente, proteção de ecossistemas (projeto de conservação da mata atlântica); ODS 7: acesso, produzir quase toda a energia (projeto IF solar), eficiência energética, iluminação, climatização, uso de energias renováveis; ODS 12: gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais, redução de desperdícios, atenção ao desperdício de alimentos nos refeitórios dos campi, gerar menos resíduos, compras públicas sustentáveis (almozarifado virtual, sem grandes estoques, como *just in time*), diminuição do uso de combustíveis fósseis; ODS 15: conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas, gestão dos tipos de florestas (conservador da Mantiqueira: estudo de reflorestamento, com o objetivo de conservação de água).

Um dos pontos a ser destacado é o desperdício de alimentos nos refeitórios dos *campi*. Gonçalves (2018) também estudou a gestão de resíduos do Restaurante Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco; as evidências deste estudo apontam que 55% dos usuários costumam deixar restos de comida nos pratos, e destes, 53% afirmaram servir-se em excesso. A partir disso, a autora aponta que a educação ambiental é fundamental quando o assunto são os resíduos sólidos, especialmente gerados em restaurantes universitários.

Ao eixo de Gestão adequada dos resíduos gerados, segundo o entrevistado A, está relacionado o ODS 12, que faz parte dos 5R's. Tem-se a coleta seletiva cidadã em alguns campi (antes coleta seletiva solidária), tratamento de resíduos, compostagem nas fazendas-escola, fumo apreendido pela Receita Federal para compostagem, tratamento de esgoto, fossa séptica, fossa de evapotranspiração. Em relação à coleta seletiva, é preciso ressaltar o código de cores

para os diferentes tipos de resíduos criado pelo CONAMA (2001). Ações de educação e conscientização ambiental devem levar em conta essas cores para a correta destinação de resíduos.

Em relação ao eixo Qualidade de vida no ambiente de trabalho, segundo o entrevistado A, há relação com ODS 3: serviços de saúde sexual reprodutiva, número de mortes, âmbito que deve ser compartilhado. Também, financiamento e capacidade do serviço de saúde, tudo o que é voltado para a saúde e qualidade de vida do servidor; ODS 5: igualdade de gênero: igualdade de tratamento, de salário entre homens e mulheres. Dentro do serviço público, os critérios são estabelecidos legalmente, não tem muitos problemas relacionados a isso, mas é preciso estender à sociedade. Almeida *et al.* (2020) também consideram a igualdade de gênero como relacionada ao eixo Qualidade de vida no ambiente de trabalho da A3P.

Em relação às compras públicas sustentáveis, o entrevistado A relaciona com o ODS 12: sistema de requisição de materiais e serviços utilizado desde 2014 com previsão se o material/serviço possui aspectos sustentáveis. Jereisatti e Melo (2020) estudam as contratações públicas sustentáveis sob 3 óticas: da A3P e dos ODS, e destacam que o Brasil ainda precisa evoluir por meio do compromisso do Poder Público com as licitações sustentáveis.

O âmbito das construções sustentáveis, de acordo com o entrevistado A, está ligado ao ODS 11: cidades, comunidades, porque a instituição está dentro de uma cidade, fazendas-escola, fazendas de 200 hectares, mobilidade, áreas verdes, construções, prédios verdes, prédios inteligentes, desde a planta, desde o planejamento dessas construções, acessibilidade a todos (rampa, elevador...). Oliveira, Santos e Cabral (2021) relacionaram as construções sustentáveis, em seu estudo, em instituições federais de ensino superior do Ceará com base nos eixos da A3P, com adaptações sustentáveis, captação e reutilização de água, geração de energia solar e espaços verdes e de lazer.

Em relação à sensibilização e capacitação, conforme o entrevistado A, há conexão com o ODS 4: educação de qualidade, papel social, formação de pessoas, de cidadãos capacitados para determinada atividade econômica, qualidade do ensino, vários cursos bem avaliados. Há necessidade de capacitação no geral, não apenas de servidores; com o ODS 13: ação contra a mudança global do clima, que serve para todas as esferas; com o ODS 17: parcerias e meios de implementação: parcerias entre países, parcerias entre pessoas, pesquisadores, conversar entre pessoas de diferentes regiões, sinergia, comunicação, aproveitar as oportunidades, compartilhar e divulgar soluções, construções coletivas entre universidades públicas e particulares. Em relação à comunicação, Gondim (2017) evidencia que a falta de práticas sustentáveis rotineiras

no Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pode se originar da falta de comunicação organizacional adequada sobre as políticas socioambientais.

A figura 6 sintetiza algumas das ações citadas pelo entrevistado e que são desenvolvidas pelo IF Sul de Minas.

Figura 6 – Ações do IF Sul de Minas



Fonte: elaborado pelo autor com base na entrevista realizada.

A seguir serão apresentadas as informações sobre a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

4.3.2 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o entrevistado B destaca que o primeiro eixo abarca as dimensões do PLS da instituição: material de consumo, eficiência

energética, eficiência hídrica e esgoto e deslocamento de pessoal. O PLS já vincula cada eixo com os ODS.

Em relação ao eixo gestão adequada dos resíduos gerados, segundo o entrevistado B, a relação com a erradicação da pobreza se dá nas ações de resíduos sólidos, por exemplo, a contratada que faz o recolhimento e destinação dos resíduos recicláveis precisa destinar para alguma cooperativa ou associação. Também, o lixo da Semana do Lixo Zero é destinado para cooperativas e associações de todos os municípios de abrangência da universidade. Os resíduos do restaurante universitário são destinados para um pequeno produtor de animais, que usa como resíduo orgânico. Miranda Junior, Licório e Silva (2018) destacam, no Instituto Federal de Rondônia, a promoção de parcerias com associações de catadores de lixo como iniciativa para garantir práticas institucionais voltadas à A3P.

Em relação ao item qualidade de vida no ambiente de trabalho e ao ODS 3, o entrevistado B salienta que a universidade proporcionou mais de 700 atendimentos psicossociais durante a pandemia para servidores e estudantes, o atendimento psicossocial está disponível para os servidores no período além-pandemia, todo complexo esportivo da universidade fica disponível para os servidores e familiares, há também clínica-escola para vacinação, fisioterapia, entre outros. Em relação ao ODS 4, há um edital anual chamado “Qualifica” que reserva uma porcentagem de vagas do mestrado e doutorado para servidores; em relação ao ODS 8, tem-se as capacitações, um dos cursos é empreendedorismo e sustentabilidade; em relação ao ODS 10, o programa “sou mulher UFMS” para servidoras e estudantes que promove oficinas, palestras e workshops sobre a temática da mulher na universidade; programa “sou idoso UFMS” com foco nos idosos de dentro e fora da universidade; e o ODS 16 tem a ver com a eficácia das instituições. Peixoto (2019) evidencia em sua dissertação sobre práticas sustentáveis na Universidade Federal Rural de Pernambuco o incentivo à qualificação de servidores bem como palestras e projetos de extensão voltados à sustentabilidade,

No que se refere às compras sustentáveis, o entrevistado B conecta com os ODS 2 e 10, e destaca que, na contratação dos quatro restaurantes universitários, sugere-se ou obriga-se (o entrevistado não tinha certeza) a compra de alimentos de pequenos produtores (agricultura familiar); também há uma feira ecológica com pequenos produtores (há uma seleção prévia, e os pequenos produtores podem vender na feira), o que está ligado mais à dimensão social. Chaves (2019) salienta que, no Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, preza-se pela compra de produtos sustentáveis que vêm da agricultura familiar. Em relação à infraestrutura, inovação, comunidades sustentáveis, e consumo e

produção responsáveis, os termos de referência das contratações apresentam critérios de sustentabilidade.

No dia da entrevista, foi divulgada uma instrução normativa sobre diretrizes para obras na qual não apresenta itens sobre a questão da sustentabilidade, sendo que o estatuto e a política de sustentabilidade apontam objetivos e princípios de sustentabilidade relacionados a obras. Então, o entrevistado B ressaltou que iria tratar dessa necessidade junto aos órgãos, e que, sempre que houver a elaboração de documentos institucionais é preciso entrar em contato com o setor para que haja a conexão entre PLS, política de sustentabilidade, estatuto e a nova norma.

Há também a necessidade de os projetos de ensino, pesquisa e extensão estarem ligados a pelo menos um ODS, e os editais precisam solicitar essa relação. Ribeiro *et al.* (2018) analisaram os projetos de pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade de 63 universidades e relataram que há poucos projetos de pesquisa e extensão voltados à sustentabilidade, há poucos incentivos de fomento nas instituições e não há relação dos projetos de extensão com o PLS. Como o entrevistado destacou, os editais precisam fazer relação com a sustentabilidade.

Em relação a construções sustentáveis, de acordo com o entrevistado B, todos os projetos arquitetônicos preveem a captação de água, conforto térmico, um projeto ambientalmente moderno. Foi realizada uma auditoria com vistas aos recursos hídricos, foram encontrados diversos vazamentos; foi retomada a administração dos poços artesianos (que era feita por uma concessionária). Em relação ao ODS 7, estão sendo instaladas placas fotovoltaicas.

Em relação ao eixo sensibilização e capacitação dos servidores, o entrevistado B prevê um curso sobre sustentabilidade para servidores com foco prático/dinâmico. Atualmente, há o curso de Negócio Cultural com 2000 vagas para a universidade, on-line e gratuito, para servidores, estudantes e terceirizados, sobre empreendedorismo e sustentabilidade. Há também uma parceria com o Instituto Lixo Zero Brasil, para desenvolver a Semana Lixo Zero, e o instituto dispõe de um curso intitulado Embaixadores Lixo Zero, com o objetivo de difundir o conceito, para conectar com a cidade. Houve bastante engajamento da universidade com relação a esse curso.

O entrevistado B também salienta que a instituição é a única universidade finalista do prêmio A3P do ano de 2022, concorrendo com 2 prefeituras. O projeto é voltado para a inovação na gestão pública e é intitulado Desafio UFMS sustentável: todos os anos a instituição publica um edital para as empresas juniores, as quais propõem projetos de inovação e sustentabilidade ligados com as metas do PLS, com a política de sustentabilidade e com as necessidades da

instituição (exemplos: placas fotovoltaicas, bicicletário, documentação de restaurante, trabalho remoto), e a universidade disponibiliza R\$100.000 para os projetos aprovados para o desenvolvimento e para gerar um produto. Foi esse projeto Desafio UFMS sustentável que levou a UFMS a ser a única universidade finalista do prêmio A3P.

A figura 7 sintetiza algumas das ações citadas pelo entrevistado e que são desenvolvidas pela UFMS.

Figura 7 – Ações da UFMS



Fonte: elaborado pelo autor com base na entrevista realizada.

A seguir serão apresentadas as informações sobre a Universidade Federal do Cariri.

4.3.3 Universidade Federal do Cariri

Para a Universidade Federal do Cariri (UFCA), com base no entrevistado C, o eixo de uso racional dos recursos naturais e bens públicos está relacionado ao ODS 12, especificamente à meta 12.2 (até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais). O

entrevistado C salienta que esse eixo que trata dos recursos naturais está diretamente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável (que as gerações presentes e futuras possam usufruir dos recursos naturais com qualidade de vida). Então esse eixo da A3P está relacionado ao consumo e ao modo de produção (produzir pensando no meio ambiente, nas árvores, no uso da água). A palavra chave desse eixo, para o entrevistado C, é a eficiência, ou seja, o uso eficiente desses recursos, para que as gerações possam viver bem na sociedade. O Decreto 7.746 de 2012 considera maior eficiência na utilização de recursos naturais como critério e prática sustentável (BRASIL, 2012).

Em relação à gestão adequada dos resíduos gerados, o entrevistado C faz uma conexão com o ODS 11 e com a meta 11.6 (até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades). De acordo com o entrevistado C, o ser humano gera muitos resíduos (papéis, plásticos), e no Brasil não há uma destinação correta para esses resíduos. A universidade trabalha com chamadas públicas, com parcerias com recicladores que recolhem os resíduos. O entrevistado C destaca que os resíduos de construções também devem ser considerados, como por exemplo: construção de cidades, de rodovias, construção civil. Importante retomar que a resolução 307 (CONAMA, 2002) cria procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil que visam à minimização dos impactos ambientais causados por estes resíduos.

O eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho foi relacionado pelo entrevistado C aos ODS 8 e 5. O entrevistado C considera que pensar a qualidade de vida e a sustentabilidade também está relacionado a um ambiente bom de se conviver, de se trabalhar, um ambiente adequado, silencioso, e relaciona com a meta 8.5 (até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor) e com o ODS 5 por meio da meta 5.5 (garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública). Segundo o entrevistado, a qualidade de vida está ligada a questões de oportunidade, de igualdade, para ambos os gêneros. Segundo Soares (2019), a A3P incentiva ações que, dentre outros, garantam qualidade de vida no ambiente de trabalho. Brasil *et al.* (2017) realizaram um estudo na Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA) e destacaram que a gestão precisa integrar meio ambiente, saúde e segurança do trabalhador, qualidade de vida e responsabilidade social.

Em relação às compras públicas sustentáveis, o entrevistado C relaciona com o ODS 12 que possui metas mais voltadas ao eixo, que além de executar as compras, também é necessário desenvolver com os fornecedores a ideia da sustentabilidade, e a nova lei de licitações e

contratos (Lei 14.133/2021) corrobora com a perspectiva das compras sustentáveis, e tudo isso está ligado com duas das metas do ODS 12: meta 12.2 até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais, conforme o entrevistado, é preciso focar na produção, pensando que os recursos são finitos na natureza, buscando produzir de forma eficiente; e meta 12.7 promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. O MMA determinou a portaria 61 a qual prioriza fornecedores e produtos de menor impacto ambiental nas compras públicas (MMA, 2008b).

Em relação às construções sustentáveis, o entrevistado C fez uma conexão com o ODS 9 e ao ODS 11, voltados para a indústria, infraestrutura (estradas, rodovias, prédios). Estão ligados à meta 9.2 (promover a industrialização inclusiva e sustentável), já que as indústrias poluem consideravelmente o meio ambiente tanto no que se refere aos resíduos da construção civil quanto na poluição por meio de gases ao meio ambiente. E em relação ao ODS 11, por meio da meta 11.7 (proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes) e meta 11.3 (aumentar a urbanização inclusiva e sustentável).

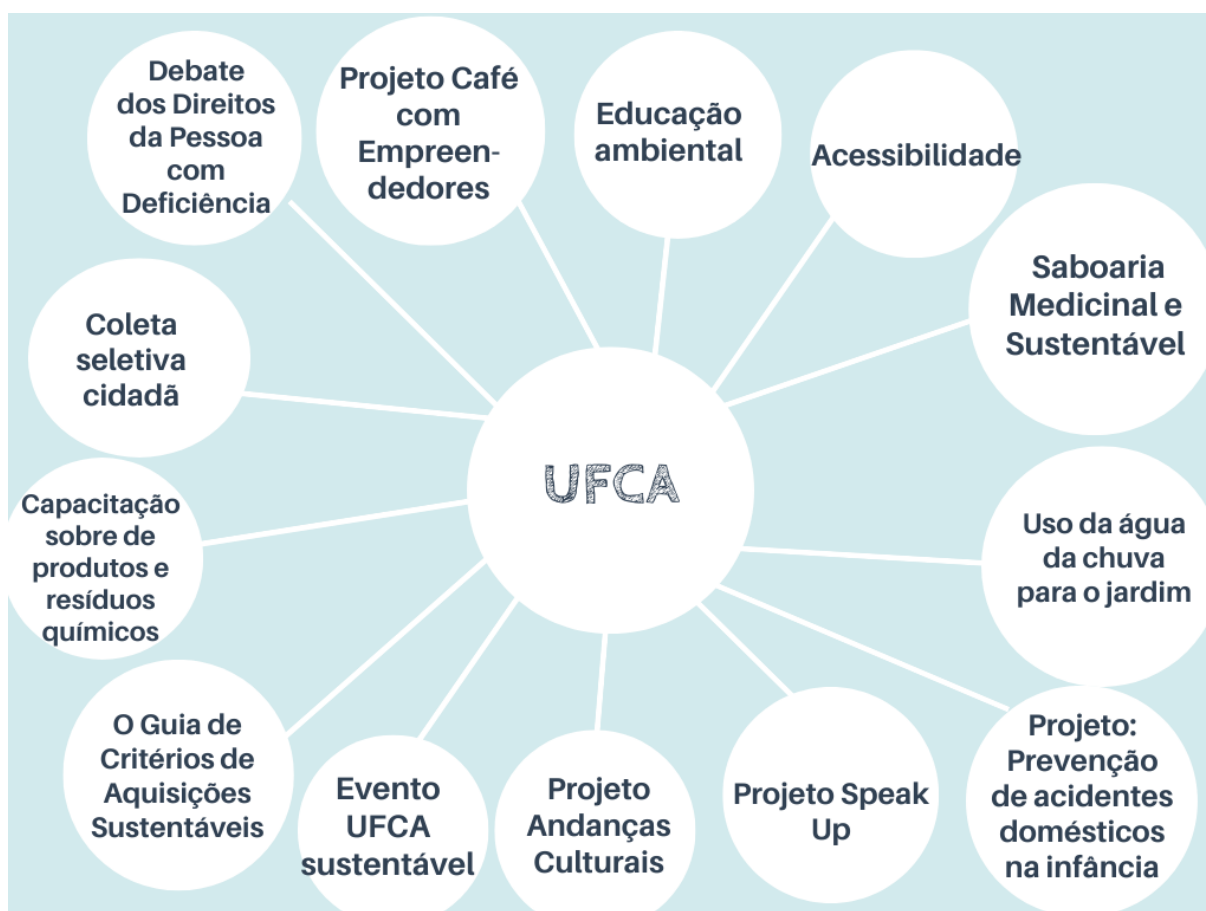
O entrevistado C comenta que na cidade onde mora não há preocupação com a busca de uma cidade mais verde, mais arborizada, não preocupação em asfaltar menos as cidades, porque isso acarreta no aumento de temperatura das cidades. A universidade na qual o entrevistado trabalha já desenvolveu ações com relação à meta 11.7, sendo que houve reparos para construção de rampas, para garantir a inclusão e a acessibilidade. Oliveira, Santos e Cabral (2021), ao analisarem as ações socioambientais de instituições federais de ensino superior do Ceará com base nos eixos da A3P, destacam que a acessibilidade está relacionada à qualidade de vida no trabalho; a acessibilidade também é uma preocupação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* Foz do Iguaçu (CAMARGO, 2017). Importante também considerar que as indústrias devem pensar no reuso da água. Na universidade, foi construída uma clínica-escola por meio de um projeto sustentável que foca na utilização da água da chuva que vai para o jardim.

O eixo de sensibilização e capacitação dos servidores foi relacionado pelo entrevistado C com o ODS 4. Conforme o entrevistado, todas as ações, eixos, metas e mudanças de cultura e comportamento só serão alcançadas por meio da educação para a sustentabilidade, principalmente com foco na meta 4.7 (garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural). A educação engloba tudo isso, e promove uma

mudança no sentido de sensibilização em prol do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, com estilos de vida mais sustentáveis, com um olhar para os direitos humanos, para a igualdade de gênero, para a promoção da paz, para cidadãos mais conscientes, para a diversidade cultural, para a preocupação com a Amazônia. O entrevistado C salienta que, quando há uma iniciativa focada na educação, há várias consequências positivas.

Conforme o entrevistado C, a universidade desenvolve palestras, cursos no sentido de sensibilizar os servidores sobre a importância do meio ambiente, também sensibilizar os terceirizados que trabalham na limpeza dos campi sobre a destinação correta dos resíduos, sobre o uso adequado dos recursos. Oliveira (2017) evidencia que a capacitação dos terceirizados é foco do eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho no Superior Tribunal de Justiça. Com o intuito de apresentar algumas ações específicas da UFCA não comentadas pelo entrevistado, buscou-se no website institucional o catálogo de sustentabilidade 2021 da instituição, várias outras ações e projetos são apresentadas no catálogo (UFCA, 2022), e essas ações são apresentadas na Figura 8.

Figura 8 – Ações da UFCA



Fonte: elaborado pelo autor com base na entrevista realizada e no website institucional (UFCA (2022)).

A seguir serão apresentadas as informações sobre a Universidade Federal de Santa Maria.

4.3.4 Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões

Para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme a entrevistada D, o eixo uso adequado dos recursos naturais e bens públicos está relacionado ao ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 7 (energia limpa), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 17 (parcerias). Em relação aos ODS 6, a entrevistada D comenta que está diretamente relacionado com o eixo, se há água potável e saneamento é possível gerenciar o uso da água e beneficiar a população, por meio do tratamento da água. Em relação ao ODS 7, a importância de produzir energia sem impactar no meio ambiente. Em relação ao ODS 11, a entrevistada D comenta que é uma visão mais ampla, uma cidade que consegue reaproveitar água, gerar energia com fontes mais renováveis, abrangem os ODS 6 e 7. A entrevistada D salienta que houve a tentativa de instalar placas solares na universidade, mas não houve interessados no projeto. Oliveira (2018) propôs 19 indicadores de sustentabilidade para as IFES brasileiras, entre eles a energia (consumo total de energia por edifício por unidade de área útil, porcentagem de uso de eletricidade, por fonte alternativa (biomassa, carvão, geotérmico, hidro, gás natural, nuclear, fotovoltaico solar, eólica).

De acordo com a entrevistada D, a água da universidade é de poço artesiano; nem todos os prédios têm fossas, e o processo de licenciamento está em andamento, então isso pode contribuir com a sustentabilidade no campus. Na cidade, também não há um sistema de saneamento eficiente. A Lei 10.257 de 2001 estabelece diretrizes para a política urbana e, a partir disso, o direito ao saneamento ambiental. Em relação ao ODS 12, a universidade tem a criação de animais, então é necessário dar uma atenção especial aos rejeitos gerados dessa criação. O ODS 17 está relacionado, segundo a entrevistada D, ao funcionamento das demandas, pois as parcerias são importantes, como por exemplo com instituições que tratem da água, outras empresas, prefeitura municipal, entre outros.

Em relação ao eixo gestão adequada dos resíduos gerados, a entrevistada D o conecta aos ODS 6 e 12. De forma semelhante ao item anterior, a entrevistada comenta que, por exemplo, na criação de animais é preciso pensar nos rejeitos, também comenta sobre o uso de agrotóxico nas plantações; no campus há o recolhimento de produtos químicos; há separação entre lixo seco, lixo orgânico e rejeitos, e a prefeitura municipal se responsabiliza pela coleta. Miranda Junior, Licório e Silva (2018) estudaram a adesão do Instituto Federal de Rondônia

em relação à A3P e propuseram a construção de composteiras para resíduos orgânicos nos *campi*, como ação fortalecedora em relação aos eixos da agenda.

Em relação ao eixo de qualidade de vida no ambiente de trabalho, a entrevista D destaca os ODS 3, 4, 5, 8, 9, 16. Ações de saúde e bem-estar são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, não necessariamente pelo campus em tese; há disponibilização de vacinas para os servidores por meio de parceria com o município, também foram disponibilizados testes de Covid para servidores e seus familiares; cursos de enfermagem e nutrição proporcionam cursos e promoções como agosto dourado, outubro rosa, entre outros. A entrevistada D salienta que o foco é na educação, ou seja, os servidores não são o público-alvo de todas as ações, mas a transmissão do conhecimento acaba impactando positivamente no âmbito da qualidade de vida no trabalho.

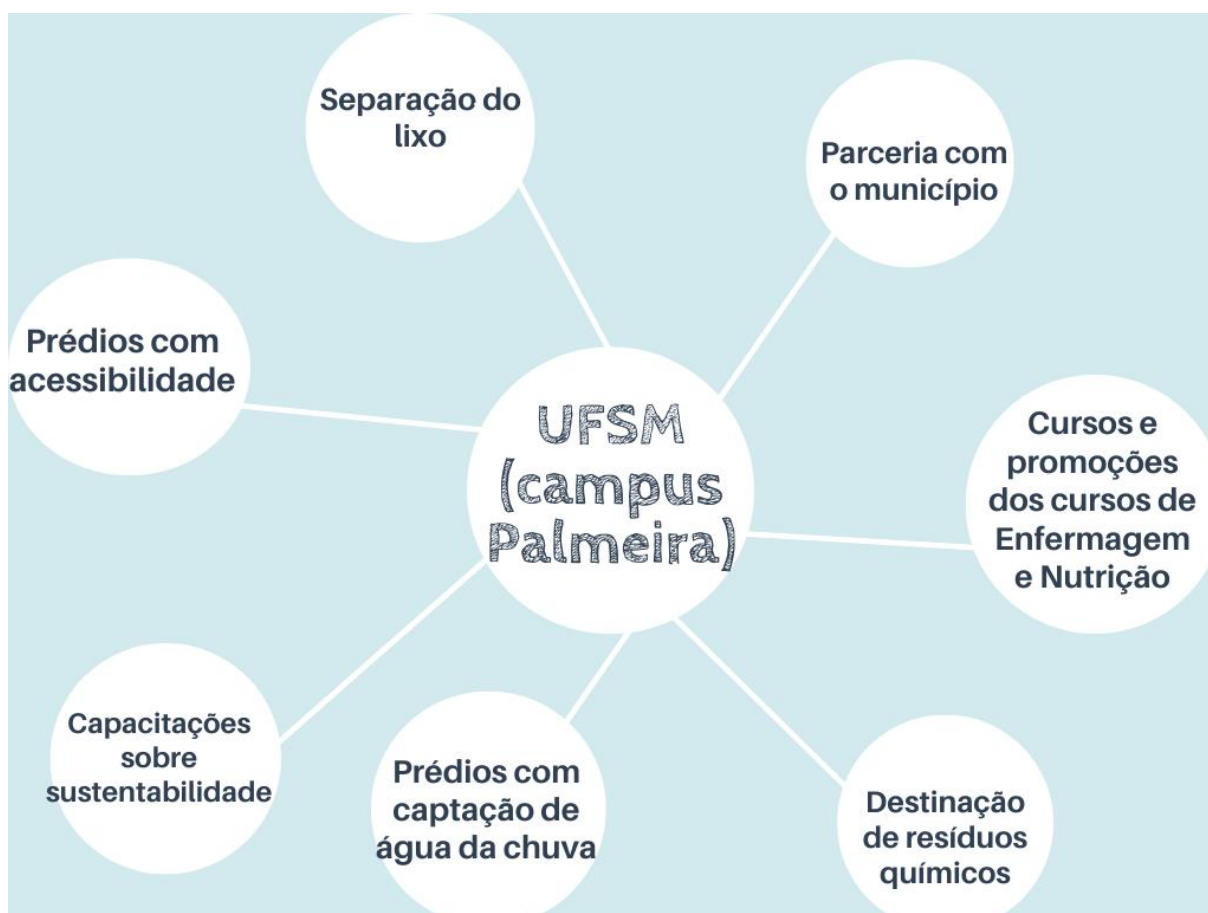
Em relação ao eixo compras públicas sustentáveis, a entrevistada D cita o ODS 12. Segundo ela, o Departamento de Material e Patrimônio da instituição - que fica na reitoria em Santa Maria (RS) - esteve envolvido com a elaboração do PLS e com isso expandiu as ações de compras públicas sustentáveis, com o foco em comprar produtos de boa qualidade, que durem mais tempo, para não haver desperdício. O licenciamento ambiental do campus também partiu dos órgãos da reitoria, e o esforço em tentar a licitação para energia limpa.

A entrevistada D comenta que os ODS 9 e 11 são os que mais se conectam ao eixo construções sustentáveis. Em relação ao campus específico, a entrevistada D comenta que há muito o que se fazer, porque há mais gastos com manutenção do que com a própria construção, há implementação de sistema de captação de água da chuva, porém não funcionam direito, e não há pessoal capacitado para resolver. A entrevistada D comenta que o problema pode estar ainda durante a construção da obra, havendo falhas no acompanhamento, descrição de serviço e manutenção das obras. Os prédios, no geral, possuem acessibilidade, e o campus propiciou calçadas e coberturas para facilitar os acessos entre os prédios. A Lei 12.462 de 2011, que trata do regime diferenciado de contratações públicas, evidencia que, na contratação de obras e serviços, pode haver remuneração variável dependendo do desempenho da contratada e com base em critérios, entre outros, de sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2011).

Em relação ao eixo de sensibilização e capacitação dos servidores, os ODS 4 e 13 são comentados pela entrevistada D, especialmente o ODS 4 é salientado como importante, pois ele é capaz de garantir o entendimento da sustentabilidade por parte da comunidade acadêmica. O ODS 13 é o objetivo final, conforme a entrevistada D, de todos os demais ODS, ou seja, os ODS trabalham de forma a conter as mudanças climáticas que vêm acontecendo no mundo como resultado da ação humana. O campus realiza a coleta seletiva que foi iniciada e divulgada

a toda a comunidade inclusive com capacitações. Pereira, Prado Filho e Pereira (2019) apontam que a Universidade Federal de Ouro Preto também possui coleta seletiva. Ainda, a entrevistada D destaca que há capacitação sobre sustentabilidade na semana do servidor da instituição, assim como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2020) realiza a semana do meio ambiente. A figura 9 sintetiza algumas ações da UFSM Campus Palmeira das Missões conforme entrevista.
















Figura 9 – Ações da UFSM Campus Palmeira das Missões



Fonte: elaborado pelo autor com base na entrevista realizada.

O quadro 19 apresenta resumidamente essas relações da A3P com os ODS baseado nas entrevistas realizadas.

Quadro 19 – Relação da A3P com ODS

Eixos A3P	ODS IFSUL de Minas	ODS UFMS	ODS UFCA	ODS UFMSM	ODS IFRJ	Síntese dos ODS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	6, 7, 12, 15	6, 7, 9, 11, 12, 13, 16	12	6, 7, 11, 12, 17	2, 3, 6, 7, 12, 13	   
Gestão adequada dos resíduos gerados	12	1, 10, 11, 12, 16, 17	11	6, 12	1, 3, 5, 6, 10, 12, 13	 
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	3, 5	3, 4, 8, 10, 16	8, 5	3, 4, 5, 8, 9, 16	3, 4, 5, 8, 10	   
Compras públicas sustentáveis	12	2, 9, 10, 11, 12, 16	12	12	1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15	
Construções sustentáveis	11	6, 7, 9, 11, 12, 13, 16	9, 11	9, 11	6, 7, 12, 13	 
Sensibilização e capacitação dos servidores	4, 13, 17	3, 4, 5, 8, 16	4	4, 13	4, 6, 17	 

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

Legenda: em negrito: ODS mencionados em mais de uma IES; vermelho: ODS não considerado pois repetiu em outro eixo

Não foi possível acessar as informações do IFRJ devido a problemas técnicos ocorridos durante a entrevista, como já mencionado no método, porém a entrevistada E enviou via correio eletrônico a relação dos ODS com a A3P. Também não foi possível apresentar as justificativas da entrevistada E em relação às suas escolhas.

Como parte da entrevista, os participantes explicaram suas escolhas em não relacionar determinados ODS aos eixos da A3P. A seção a seguir detalha essas explicações.

4.4 ODS NÃO RELACIONADOS À A3P NAS ENTREVISTAS

O entrevistado A não relacionou os seguintes ODS à A3P:

- ODS 1: segundo o entrevistado A, a instituição de ensino proporciona conhecimento para as pessoas trabalharem e, como consequência, acaba atingindo o ODS 1;

- ODS 2: há fomento à agricultura familiar por meio da oferta de cursos para a comunidade;
- ODS 8: formar cidadãos que vão compor a população economicamente ativa do país;
- ODS 9: fomentar a inovação (incubadora de empresas);
- ODS 10: gerar conhecimento, inovação, alunos capacitados para o mundo, reduz-se as desigualdades, proporcionar acessos e oportunidades que há alguns anos não eram possíveis;
- ODS 14: zona costeira e marinha, praia. Problemas a serem enfrentados: edificações, plástico na água, poluição por metais pesados;
- ODS 16: equidade entre países e instituições que tratam da parte legal, estado de direito, moral e justiça.

O entrevistado B não relacionou os seguintes ODS à A3P:

- ODS 14: é o ODS que menos aparece nos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição, embora a universidade esteja localizada em uma região de rios, inclusive de pantanal.
- ODS 15: estaria ligado ao eixo Educação socioambiental (eixo a ser criado - será apresentado posteriormente).

O entrevistado também faz menção a um relatório dos ODS cadastrados nos projetos de janeiro de 2021 a maio de 2022. De 444 projetos de pesquisa, 6 mencionaram o ODS 14 (ODS menos mencionado); de 270 projetos de ensino de graduação, somente 4 mencionaram o ODS 14, dos 753 projetos de extensão, cultura e esporte, 8 mencionaram o ODS 14.

O entrevistado C não relacionou os seguintes ODS à A3P: ODS 1, 2, 3, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 16 e 17.

Segundo ele, os ODS citados são os que estão diretamente ligados a cada eixo, mas, por exemplo, vida sobre a terra está muito relacionado à sustentabilidade, assim como a vida na água, cuidar dos oceanos, cuidar das alterações climáticas, isso é impactado pela questão da destinação correta dos resíduos; fome zero por exemplo está ligado a construções sustentáveis, dar oportunidades, desenvolver hortas; a erradicação da pobreza está ligada à dimensão social e econômica da sustentabilidade quando há parcerias com recicladores, a destinação adequada dos resíduos e a sensibilização que o lixo que são produzidos garantem oportunidades para outras pessoas inclusive tirando-as da pobreza. Os ODS estão interconectados com os eixos da A3P por meio de algum ponto específico.

A entrevistada D não relacionou os seguintes ODS à A3P os ODS 1, 2, 10, 14, 15: A entrevistada comenta que o campus não dispõe de curso da área de agrárias, o ODS 2 estaria mais relacionado a essa área. Não há produção de alimentos para consumo humano, então,

segundo a entrevistada, a A3P foca na instituição e, com isso, alguns ODS não foram por ela relacionados. O campus tem algumas ações em relação aos ODS 14 e 15 em córregos e áreas de preservação ambiental. A erradicação da pobreza é um ODS importante, mas dentro do campus não é trabalhada. Existem ações que são desenvolvidas na instituição, mas a entrevista não as relaciona com os eixos da A3P.

4.5 DIMENSÕES A SEREM CRIADAS NA A3P

Para o entrevistado A, o eixo a ser criado seria o da Educação: importância da educação que a instituição oferece. Muitos cursos e capacitações que vêm do Poder Judiciário (muito atuante na área de meio ambiente e sustentabilidade). É preciso focar na educação para o cuidado com o meio ambiente, mudança climática, consumo consciente, não apenas para servidores (no eixo de capacitação para servidores), mas para a educação básica, educação formal e informal para a população em geral.

Para o entrevistado B, o eixo a ser criado seria Educação socioambiental: a sensibilização e capacitação é voltada exclusivamente para os servidores. Um eixo de educação socioambiental ampliaria o público, promovendo a contribuição da universidade que aderiu à A3P com a sociedade, não somente a partir de eixos internos, ou seja, esse eixo “educação socioambiental” trataria de ações da universidade em prol da sociedade, do público externo.

O entrevistado C comenta que os eixos atuais estão adequados, porém é preciso melhorar o sistema, aumentar os indicadores, detalhar mais, questionar mais itens. Mas, segundo ele, os eixos contemplam todas as áreas voltadas para a sustentabilidade.

Salienta-se que, embora o entrevistado não tenha sugerido nenhum novo eixo, ele destacou, como os outros entrevistados, a importância da educação como ponto de partida para a construção e promoção da sustentabilidade nas universidades e na sociedade em prol de um mundo melhor.

Para a entrevistada D, a ideia seria de ir além da instituição/expandir para a comunidade. A entrevistada comenta que seria importante expandir, levar a A3P para além da instituição, não só a instituição que está implementando a A3P, por exemplo, realizar uma parceria com o município relacionada a algum dos eixos, criar parcerias com outras instituições públicas a fim de melhorar não só a instituição que está aderindo à A3P, mas buscar impactar no entorno também.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível refletir sobre a importância de a A3P focar em um possível novo eixo: *educação para a sustentabilidade na comunidade*, ou seja,

pensar no alcance da A3P, desenvolvida a nível de instituição, mas com um olhar de expansão para a comunidade, de sensibilização da sociedade no que tange à sustentabilidade, sendo as instituições públicas, com adesão à A3P, as responsáveis por essa expansão da educação. Salienta-se que é imprescindível que essa responsabilidade seja de todo tipo de instituição, não só a pública e nem só a com adesão à A3P, mas que, com esse novo eixo na agenda, esse trabalho pela sustentabilidade se tornaria muito mais assertivo, já que faria parte de uma agenda, e a adesão a essa agenda implicaria essa responsabilidade de contribuir com a educação para a sustentabilidade na comunidade, e caberia às instituições criar estratégias para desenvolver ações com vistas a atender a esse eixo.

4.6 ADESÃO DAS IFES À A3P

Sabe-se que a A3P é, atualmente, uma agenda do Governo Federal e sua adesão se dá de forma voluntária por parte das instituições públicas. Paralelamente à busca realizada na página *online* da A3P para identificar o público alvo desse estudo, verificou-se que, além de instituições vinculadas ao governo federal nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), também há instituições públicas municipais com adesão vigente por meio de suas prefeituras demonstrando mais uma vez a importância e abrangência do programa. Se, de acordo com Vieira e Silva (2020), a adesão à A3P vem apresentado crescimento exponencial ao longo dos anos, por outro lado e, levando em consideração que instituições de ensino superior são locais de disseminação do saber e cultura, percebe-se uma baixa adesão de instituições de ensino à A3P remetendo a uma situação preocupante.

Uma busca realizada no site do *e-mec* filtrada por instituições de ensino superior públicas federais, incluindo faculdades, centros universitários, institutos federais, universidades e escolas do governo, resultou em 135 instituições cadastradas das quais, conforme citado no item 3.2 deste trabalho, foram encontradas somente 23 IFES com adesão vigente à A3P. O quadro abaixo demonstra o abismo existente entre as IFES existentes e as que aderiram à A3P:

Quadro 20 – Comparativo de adesão à A3P

(continua)

UF	IFES	IFES com adesão	Saldo	Adesão (%)	UF	IFES	IFES com adesão	Saldo	Adesão (%)
AC	2		-2	0,0	PB	3	1	-2	33,3
AL	2		-2	0,0	PE	7	3	-4	42,9

Quadro 20 – Comparativo de adesão à A3P

(conclusão)

AM	2		-2	0,0	PI	3	1	-2	33,3
AP	2		-2	0,0	PR	4		-4	0,0
BA	6		-6	0,0	RJ	15	2	-13	13,3
CE	4	1	-3	25,0	RN	3	1	-2	33,3
DF	12	2	-10	16,7	RO	2		-2	0,0
ES	2		-2	0,0	RR	2		-2	0,0
GO	5	1	-4	20,0	RS	10	2	-8	20,0
MA	2		-2	0,0	SC	4	2	-2	50,0
MG	18	4	-14	22,2	SE	2		-2	0,0
MS	3	2	-1	66,7	SP	6		-6	0,0
MT	3		-3	0,0	TO	2		-2	0,0
PA	5	1	-4	20,0	S/D	4		-4	0,0
TOTAL						135	23	-112	17,0

Fonte: <https://emec.mec.gov.br><http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras>

Pode-se verificar que de modo geral, há uma adesão de 17% à A3P. Ao analisar cada estado separadamente, o cenário reflete a realidade ambiental que o mundo e o país atravessa. Cabe ressaltar que a busca realizada acima foi somente com IFES, objeto de estudo desta dissertação.

Durante a condução das entrevistas e construção do referencial teórico deste estudo, encontrou-se em vários trabalhos a recomendação de que medidas urgentes precisam ser tomadas para frear as agressões ao Planeta. O quadro 20 reforça mais uma vez essa preocupação. Durante as entrevistas, foi questionada a possível causa da baixa adesão à A3P na visão dos entrevistados, sendo que as respostas ficaram divididas entre duas possibilidades: o desinteresse dos gestores em investir recurso financeiro e humano para desenvolver ações neste sentido, já que nas rotinas diárias das instituições há situações que julgam ser mais importantes no momento, e o fato da adesão à A3P ser voluntária, sendo que em alguns casos as IFES até começam o trabalho de implantação, mas, frente às dificuldades e barreiras encontradas, abandonam os trabalhos e optam pela não adesão.

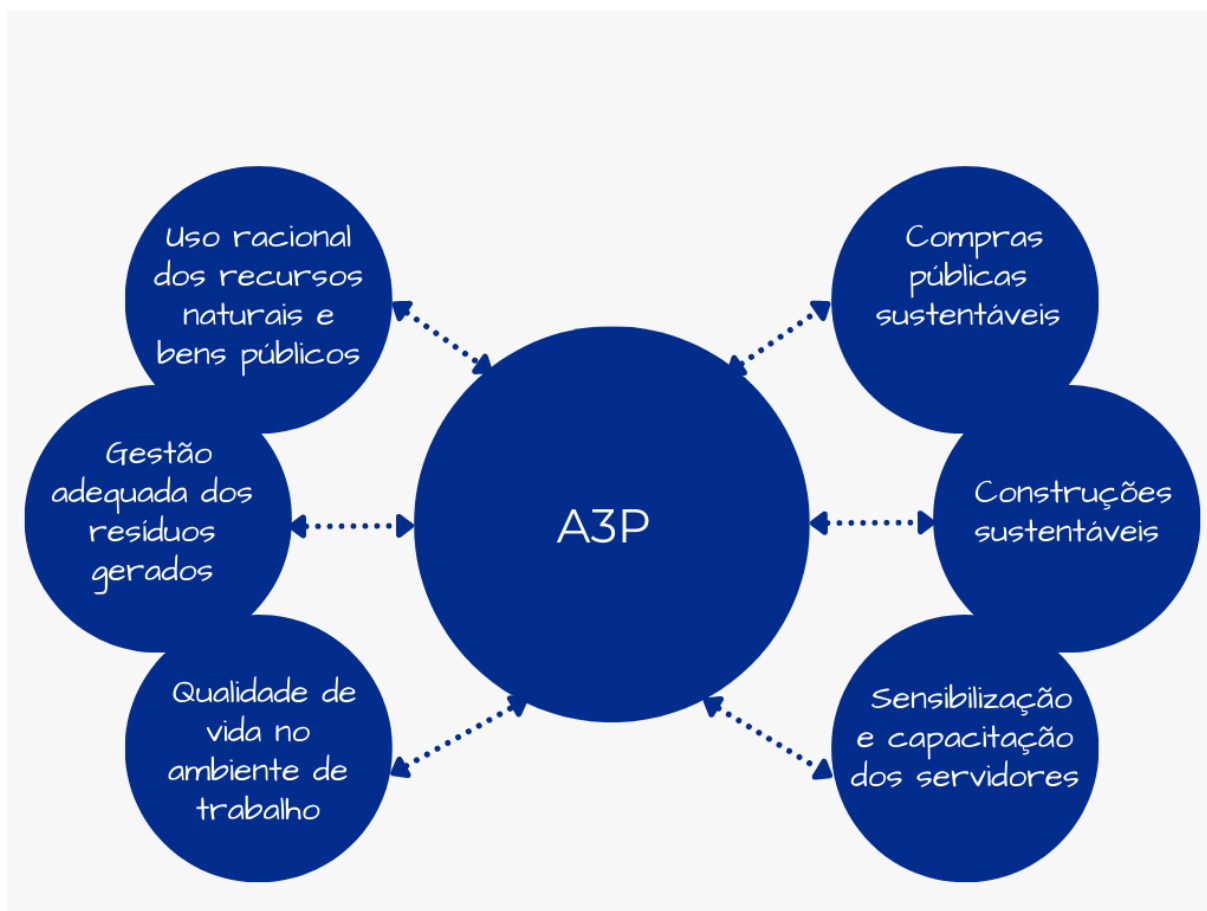
Este pensamento vai ao encontro do achado por Oliveira Leal *et al.* (2020) que reforçam que os eixos da A3P foram embasados em legislações. Sendo assim, a não adesão não gera penalidade já que as instituições atendem a tais regramentos entendendo que já estariam colaborando para a preservação do meio ambiente. Tal raciocínio não leva em consideração que as ações desenvolvidas pelas IFES e demonstradas neste trabalho vão além de práticas desenvolvidas apenas para satisfazer a legislação, colaborando para criação de cultura

sustentável dentro e fora das instituições, preservação do meio ambiente e disseminação de boas práticas na sociedade e em outras instituições.

4.7 PROPOSTA DE A3P APRIMORADA

Atualmente, a A3P é composta pelos seguintes eixos, conforme Figura 10:

Figura 10 – Eixos da A3P



Fonte: MMA (2020).

A partir das entrevistas realizadas e da pesquisa documental, foi possível ampliar essa concepção de A3P por meio da apresentação de itens respectivos a cada eixo. O Quadro 21 apresenta ações compiladas tanto das entrevistas quanto da pesquisa documental. Também, este quadro aponta uma relação com os eixos da A3P.

Os novos nomes para os eixos foram criados com base nas ações identificadas por meio das entrevistas e da pesquisa documental e com base nos seis eixos atuais da A3P, já que se percebeu ações mais amplas do que o próprio eixo contempla, ou seja, os eixos propostos por

este estudo são mais abrangentes, numa tentativa de ampliar a visão da sustentabilidade, pois a A3P é uma agenda que foi proposta em 1999, havendo muitas transformações ao longo dos anos, principalmente tendo como base a Agenda 2030. Com isso, os eixos propostos são mais vastos com ações mais específicas e pontuais, o que pode ser um facilitador para a implementação não só da A3P, mas de todo viés de práticas de sustentabilidade que a instituição optar por desenvolver.

Quadro 21 – Ações de sustentabilidade de IFES com eixos da A3P

	Eixo criado	Eixo da A3P
	<i>Coleta seletiva</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; ☐ Iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; ☐ Quantificação do volume de material destinado às cooperativas; ☐ Identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; ☐ Atenção à destinação de rejeitos a aterros sanitários; ☐ Gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Reciclagem de vidros; ☐ Implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); ☐ Logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; ☐ Separação do lixo; ☐ Parcerias com cooperativas/associações;
	<i>Qualidade de vida/saúde:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens público</i> <i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>

Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho, <input type="checkbox"/> Mês/semana do servidor, <input type="checkbox"/> Dia mundial da saúde, <input type="checkbox"/> Julho amarelo, <input type="checkbox"/> Outubro rosa, <input type="checkbox"/> Novembro azul <input type="checkbox"/> Realização de exames médicos periódicos para servidores; <input type="checkbox"/> Avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho; <input type="checkbox"/> Projeto preparação para a aposentadoria; <input type="checkbox"/> Projeto para saúde (voz, audição, coração, saúde mental, psicológica, fonoaudiológica, odontológica, nutricional, gestacional, saúde sexual reprodutiva) <input type="checkbox"/> Atividades alusivas ao 18 de maio, <input type="checkbox"/> Mês da mulher, <input type="checkbox"/> Janeiro branco, <input type="checkbox"/> Setembro amarelo; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano; <input type="checkbox"/> Campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; <input type="checkbox"/> Farmácia-escola; <input type="checkbox"/> Incentivo ao aleitamento materno; <input type="checkbox"/> Incentivo à prática esportiva e atividade física para a comunidade interna e externa; <input type="checkbox"/> Espaços de convivência para os servidores e estudantes; <input type="checkbox"/> Valorização das pessoas (homens, mulheres, idosos, servidores, estudantes); <input type="checkbox"/> Debates sobre o direito das pessoas com deficiência;
	<i>Eficiência energética:</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Usinas solares fotovoltaicas; <input type="checkbox"/> Substituição de lâmpadas ineficiente/melhoria no sistema de iluminação; <input type="checkbox"/> Captação e tratamento de esgoto; <input type="checkbox"/> Utilização do biogás/arrefecimento de painéis; <input type="checkbox"/> Plataforma para a conexão e interfaceamento de sistemas fotovoltaicos à <input type="checkbox"/> Rede elétrica; <input type="checkbox"/> Substituição de equipamentos obsoletos e a aquisição de novas tecnologias; <input type="checkbox"/> Biodigestores para o aproveitamento de resíduos orgânicos gerados; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construções com janelas que contemplam as normas de iluminação natural <input type="checkbox"/> Cores favoráveis à economicidade de energia elétrica e as obras são <input type="checkbox"/> Executadas com aplicação de telhas termoacústicas para favorecer a <input type="checkbox"/> Temperatura ambiente, com telhado verde, materiais de construção <input type="checkbox"/> Alternativos e com arquitetura que dispensa climatização e iluminação artificial; <input type="checkbox"/> Edificações com sistema de reaproveitamento da água da chuva; <input type="checkbox"/> Auxílio técnico sobre eficiência energética para a instituição; <input type="checkbox"/> Prédios verdes/inteligentes;

Ações praticadas	<i>Compras</i>	Compras Públicas Sustentáveis
	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Melhor preço sustentável; <input type="checkbox"/> Compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética; <input type="checkbox"/> Compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>); 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução de aquisição de copos descartáveis; <input type="checkbox"/> Compras públicas sustentáveis que atendam às legislações; <input type="checkbox"/> Compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo); <input type="checkbox"/> Critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços; <input type="checkbox"/> Valorização da agricultura familiar (comprar de pequenos agricultores); <input type="checkbox"/> Sensibilização dos fornecedores sobre a sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Compra de produtos de melhor qualidade para durar mais e não haver desperdício;
	<i>Cursos e capacitações</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>

Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água; <input type="checkbox"/> Implementação de uma política de gestão ambiental no campus vinculada aos cursos ofertados; <input type="checkbox"/> Cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas); <input type="checkbox"/> Capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas; <input type="checkbox"/> Cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros); 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos de extensão voltados à Usina fotovoltaica; <input type="checkbox"/> Plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões); <input type="checkbox"/> Política de capacitação contínua e qualificação dos servidores; <input type="checkbox"/> Capacitação em segurança no trabalho; <input type="checkbox"/> Plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno dos servidores da instituição (compartilhamento de conhecimentos); <input type="checkbox"/> Cursos práticos sobre sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Capacitação para quem certifica os produtos/serviços dos fornecedores, somente aceitando produtos de qualidade, dentro dos padrões da descrição;
	<i>Projetos</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Projeto para arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Projeto de reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável; <input type="checkbox"/> Projeto para sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Projeto Horta Comunitária Sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável; <input type="checkbox"/> Projetos de conscientização e conservação do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Projeto sobre inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações; <input type="checkbox"/> Projeto para melhorias do sistema de abastecimento de água; <input type="checkbox"/> Auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (ciência, tecnologia, arte, cultura, inovação...); <input type="checkbox"/> Projeto e treinamentos de prevenção e combate a incêndio;
	<i>Campanhas e sensibilização</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p>

		<p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>
<p>Ações praticadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Campanhas para conscientização do uso de papel reciclado; <input type="checkbox"/> Campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza); <input type="checkbox"/> Campanha para redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha para racionalização do uso de papel A4, copos descartáveis, <input type="checkbox"/> Cartuchos para impressão, papel higiênico, detergente, plásticos; <input type="checkbox"/> Campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial; <input type="checkbox"/> Campanha de enfrentamento à desigualdade de gênero; <input type="checkbox"/> Campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis; <input type="checkbox"/> Campanha para uso de canecas; <input type="checkbox"/> Campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação; <input type="checkbox"/> Investimentos em campanhas de conscientização; <input type="checkbox"/> Campanha para comprar cadeiras de rodas; <input type="checkbox"/> Estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta; <input type="checkbox"/> Estímulo à utilização de bicicletas; <input type="checkbox"/> Iniciativas sobre a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros); 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Ideias voltadas ao empreendedorismo social; <input type="checkbox"/> Estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero); <input type="checkbox"/> Incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas; <input type="checkbox"/> Estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico); <input type="checkbox"/> Trabalhos científicos na área da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Semana Lixo Zero; <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho; <input type="checkbox"/> Semana do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Semana da Consciência Negra; <input type="checkbox"/> Discussões sobre os desafios da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e combate ao mosquito aedes aegypti; <input type="checkbox"/> Publicação de materiais sobre compras e contratações sustentáveis; <input type="checkbox"/> Materiais sobre coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Manuais de biossegurança; <input type="checkbox"/> Materiais para a promoção da A3P; <input type="checkbox"/> Elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal das instituições; <input type="checkbox"/> Representação da instituição em eventos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Feira ecológica;
	<p><i>Consumo de materiais:</i></p>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>

Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão <input type="checkbox"/> Quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner; <input type="checkbox"/> Análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Quantificação de papel reutilizado; <input type="checkbox"/> Reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais; <input type="checkbox"/> Utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN); <input type="checkbox"/> Almoxarifado virtual (sem estoques, como just in time);
	<i>Natureza</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas; <input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa;
	<i>Água</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento; <input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade; <input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas;
	<i>Energia elétrica:</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p>

Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <input type="checkbox"/> Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);
	<i>Transportes</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução de gastos com combustíveis; <input type="checkbox"/> Redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos; <input type="checkbox"/> Estimativa do índice de emissão de CO2 pela frota de veículos; <input type="checkbox"/> Estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos;
	<i>Outros</i>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação de servidores</i></p> <p><i>Construções sustentáveis</i></p>
Ações praticadas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos; <input type="checkbox"/> Parcerias com entidades e instituições da sociedade civil; <input type="checkbox"/> Prédios com acessibilidade; <input type="checkbox"/> Aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade; <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência no quadro das instituições; <input type="checkbox"/> Ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico); <input type="checkbox"/> Implantação da A3P e PLS.

Fonte: elaborado com base no Quadro 16 e nas entrevistas.

Legenda: Contribuições a partir das entrevistas.

A partir dos Quadros 16, 19 e 21, foi possível elaborar o Quadro 22 que apresenta a síntese das ações praticadas nas IES estudadas, uma relação dessas ações com os eixos da A3P e a síntese dos ODS com base nas entrevistas realizadas. Esse quadro foi enviado aos especialistas para análise, conforme Apêndice 3.

Quadro 22 – Ações de sustentabilidade de IES com eixos da A3P e ODS

Eixo A3P <i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i>	<p align="center">Síntese dos ODS</p> <p align="center">6,7,12,11</p>		
Nova denominação do eixo: Geração de Energia limpa e uso racional de recursos naturais	<p align="center">Dimensões:</p> <p align="center">Natureza – Água – Energia Elétrica</p> <p align="center">Ações:</p> <table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas; <input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa; <input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento; <input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade; </td> <td style="vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas; <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <p>Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);</p> </td> </tr> </table>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas; <input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa; <input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento; <input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas; <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <p>Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);</p>
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas; <input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa; <input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento; <input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas; <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <p>Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);</p>		

| **Eixos A3P** *Gestão adequada dos resíduos gerados* | **Síntese dos ODS** **11, 12** |
| **Nova denominação do eixo:** | **Dimensões:** **Coleta Seletiva – Consumo de materiais - Transportes** **Ações** |

<p>Consumo, produção e gestão adequada de resíduos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de material destinado às cooperativas; <input type="checkbox"/> Identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; <input type="checkbox"/> Atenção à destinação de rejeitos a aterros sanitários; <input type="checkbox"/> Reciclagem de vidros; <input type="checkbox"/> Gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; <input type="checkbox"/> Parcerias com cooperativas/associações; <input type="checkbox"/> Racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão <input type="checkbox"/> Quantificação de papel reutilizado; <input type="checkbox"/> Quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner; <input type="checkbox"/> Implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; <input type="checkbox"/> Separação do lixo; <input type="checkbox"/> Análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável; <input type="checkbox"/> Reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais; <input type="checkbox"/> Utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN); <input type="checkbox"/> Almoxarifado virtual (sem estoques, como <i>just in time</i>); <input type="checkbox"/> Redução de gastos com combustíveis; <input type="checkbox"/> Redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos; <input type="checkbox"/> Estimativa do índice de emissão de CO2 pela frota de veículos; <input type="checkbox"/> Estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos;
<p>Eixos A3P <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p>	<p>Síntese dos ODS</p> <p>3, 4, 5, 8</p>	
<p>Nova denominação do eixo:</p> <p>Qualidade de vida, saúde, igualdade e emprego digno</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Qualidade de vida/saúde – Outros</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho, <input type="checkbox"/> Mês/semana do servidor, <input type="checkbox"/> Dia mundial da saúde, <input type="checkbox"/> Julho amarelo, <input type="checkbox"/> Outubro rosa, <input type="checkbox"/> Novembro azul <input type="checkbox"/> Realização de exames médicos periódicos para servidores; <input type="checkbox"/> Avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho; <input type="checkbox"/> Atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; <input type="checkbox"/> Campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; <input type="checkbox"/> Farmácia-escola; <input type="checkbox"/> Incentivo ao aleitamento materno; <input type="checkbox"/> Incentivo à prática esportiva e atividade física para a comunidade interna e externa; <input type="checkbox"/> Espaços de convivência para os servidores e estudantes; 	

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Projeto preparação para a aposentadoria; <input type="checkbox"/> Projeto para saúde (voz, audição, coração, saúde mental, psicológica, fonoaudiológica, odontológica, nutricional, gestacional, saúde sexual reprodutiva) <input type="checkbox"/> Atividades alusivas ao 18 de maio, <input type="checkbox"/> Mês da mulher, <input type="checkbox"/> Janeiro branco, <input type="checkbox"/> Setembro amarelo; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Valorização das pessoas (homens, mulheres, idosos, servidores, estudantes); <input type="checkbox"/> Debates sobre o direito das pessoas com deficiência; <input type="checkbox"/> Quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos; <input type="checkbox"/> Parcerias com entidades e instituições da sociedade civil; <input type="checkbox"/> Prédios com acessibilidade; <input type="checkbox"/> Aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas; <input type="checkbox"/> Núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade; <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência no quadro das instituições; <input type="checkbox"/> Ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico); <input type="checkbox"/> Implantação da A3P e PLS.
<p>Eixos A3P</p> <p><i>Compras públicas sustentáveis</i></p>	<p>Síntese dos ODS</p> <p>12</p>	
<p>Nova denominação do eixo:</p> <p>Compras públicas responsáveis e sustentáveis</p>	<p>Dimensão:</p> <p>Compras</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução de aquisição de copos descartáveis; <input type="checkbox"/> Melhor preço sustentável; <input type="checkbox"/> Compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética; <input type="checkbox"/> Compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>); <input type="checkbox"/> Compras públicas sustentáveis que atendam às legislações; <input type="checkbox"/> Compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo); <input type="checkbox"/> Critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços; <input type="checkbox"/> Valorização da agricultura familiar (comprar de pequenos agricultores); <input type="checkbox"/> Sensibilização dos fornecedores sobre a sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Compra de produtos de melhor qualidade para durar mais e não haver desperdício; 	
<p>Eixos A3P</p> <p><i>Construções sustentáveis</i></p>	<p>Síntese dos ODS</p> <p>9, 11</p>	

<p>Nova denominação do eixo:</p> <p>Inovação, construções e comunidades sustentáveis</p>	<p>Dimensão:</p> <p>Eficiência Energética</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <input type="checkbox"/> Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h); <input type="checkbox"/> Prédios verdes/inteligentes;
<p>Eixos A3P</p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>	<p>Síntese dos ODS</p> <p>4, 13</p>
<p>Nova denominação do eixo:</p> <p>Educação voltada ao meio ambiente para servidores</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Cursos e capacitações – Campanhas e sensibilização - Projetos</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos de extensão voltados à Usina fotovoltaica; <input type="checkbox"/> Capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água; <input type="checkbox"/> Implementação de uma política de gestão ambiental no campus vinculada aos cursos ofertados; <input type="checkbox"/> Cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas); <input type="checkbox"/> Capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas; <input type="checkbox"/> Cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros); <input type="checkbox"/> Campanha para comprar cadeiras de rodas; <input type="checkbox"/> Estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta; <input type="checkbox"/> Investimentos em campanhas de conscientização; <input type="checkbox"/> Estímulo à utilização de bicicletas; <input type="checkbox"/> Iniciativas sobre a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros); <input type="checkbox"/> Ideias voltadas ao empreendedorismo social; <input type="checkbox"/> Estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero); <input type="checkbox"/> Incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas; <input type="checkbox"/> Estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico); <input type="checkbox"/> Trabalhos científicos na área da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Semana Lixo Zero; <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho;

- Plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões);
- Política de capacitação contínua e qualificação dos servidores;
- Capacitação em segurança no trabalho;
- Plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno dos servidores da instituição (compartilhamento de conhecimentos);
- Cursos práticos sobre sustentabilidade;
- Capacitação para quem certifica os produtos/serviços dos fornecedores, somente aceitando produtos de qualidade, dentro dos padrões da descrição;
- Campanhas para conscientização do uso de papel reciclado;
- Campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza);
- Campanha para redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição;
- Campanha para racionalização do uso de papel A4, copos descartáveis,
- Cartuchos para impressão, papel higiênico, detergente, plásticos;
- Campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial;
- Campanha de enfrentamento à desigualdade de gênero;
- Campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis;
- Campanha para uso de canecas;
- Campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação;
- Semana do meio ambiente;
- Semana da Consciência Negra;
- Discussões sobre os desafios da sustentabilidade;
- Manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e combate ao mosquito aedes aegypti;
- Publicação de materiais sobre compras e contratações sustentáveis;
- Materiais sobre coleta seletiva;
- Manuais de biossegurança;
- Materiais para a promoção da A3P;
- Elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental;
- Manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal das instituições;
- Representação da instituição em eventos sobre sustentabilidade ambiental;
- Feira ecológica;
- Projeto para arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis;
- Projeto de reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável;
- Projeto para sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva;
- Projeto Horta Comunitária Sustentável;
- Projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável;
- Projetos de conscientização e conservação do meio ambiente;
- Projeto sobre inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações;
- Projeto para melhorias do sistema de abastecimento de água;
- Auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (ciência, tecnologia, arte, cultura, inovação...);
- Projeto e treinamentos de prevenção e combate a incêndio.

**Novo eixo
proposto**

Educação para a sustentabilidade na comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos quadros 19 e 21.

O quadro 22 representa o modelo proposto da A3P, a “nova denominação do eixo” leva em consideração o número de repetições da associação das ODS com os Eixos da A3P proposta pelos entrevistados representado na tabela. Os demais ODS por eixo apresentados na mesma tabela não aparecem nesta representação no entanto não significa que são irrelevantes, devido a transversalidade dos ODS eles podem estar representado nas ações da cada dimensão proposta. O novo eixo identificado nas entrevistas foi adicionado aos demais, como trata-se de um fator inédito não foi possível identificar dimensões ou ações afirmativas.

Após análise dos especialistas, o especialista 1 considera, em relação ao Quadro 19, a alteração de nomenclatura: A1 (Eixos da A3P) X A2 (ODS - 5 Organizações) X A3 (Média). Em relação ao Quadro 21, o especialista 1 considera que a denominação “eixo criado” deveria ser alterada para A4: práticas dos ODS relacionados X A1. Em relação ao Quadro 22, o especialista 1 comenta que está adequado e sem propostas de alterações.

Por fim, o especialista 1 sugere relacionar as evidências do Quadro 22 com a literatura e propor um *framework* de Integração dos ODS com a Agenda A3P. A partir dessa sugestão, foi elaborado o *framework* apresentado na Figura 11. A relação com a literatura já está apresentada no Quadro 17 das dimensões e dos autores. O *framework* criado apresenta a integração da A3P com os ODS e com as dimensões identificadas no estudo.

Figura 11 – *Framework* de integração dos ODS com a A3P



Fonte: elaborado pelo autor com base nas evidências do estudo.

A partir deste *framework* é possível verificar os seis eixos da A3P com suas novas denominações a partir das evidências do estudo, a relação dos eixos com os respectivos ODS também baseados nas evidências do estudo, e a conexão com as dimensões que cada eixo engloba de acordo com o estudo. O *framework* em questão trata-se de uma sugestão do especialista consultado, importante observar que sua elaboração deu-se a partir das instituições analisadas podendo sua aplicabilidade não contemplar as IFES em um contexto amplo.

Já o especialista 2 não sugeriu nenhuma alteração referente ao quadro, mas considerou que caberia uma revisão de literatura para confirmar os constructos e os itens/ações do modelo em caso de desenvolver uma escala ou instrumento de avaliação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal identificar como a A3P pode integrar os ODS. Como objetivos específicos, foi delineado o Estado da Arte sobre ações públicas relacionadas com a A3P e os ODS por meio de uma pesquisa na BDTD; foram investigados quais ODS se alinham aos eixos da A3P por meio de entrevistas com gestores de universidades que aderiram à A3P; e foi elaborada uma proposta de A3P que incorpore os ODS. Essa proposta foi elaborada por meio de entrevistas com gestores de universidades que aderiram à A3P e de uma pesquisa documental sobre as ações que as universidades que aderiram à agenda desenvolvem. Essa proposta passou pelo aval de especialistas e pode servir de base para a sustentabilidade em universidades que já aderiram à A3P, que pretendem aderir ou a universidades que pretendem desenvolver práticas de sustentabilidade em seu contexto.

A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é um importante instrumento para promover a sustentabilidade, e o foco sustenta-se na esfera pública. Por ser de adesão voluntária, reconhecer a importância e aceitar desenvolver ações voltadas a A3P são decisões nobres por parte das instituições públicas. Em relação às universidades, essa decisão ganha ainda mais magnitude, já que são instituições que tratam da formação de cidadãos e profissionais, e a sustentabilidade, ao permear essa formação, é uma ferramenta fundamental para garantir o futuro do Planeta. A partir disso, e levando em conta a Agenda 2030, essa dissertação teve como objetivo identificar como a A3P pode integrar os ODS.

Algumas considerações interessantes que surgiram das entrevistas. A primeira delas tem a ver com a implementação da A3P ser relativamente fácil, porém o problema está na questão do controle. No mesmo sentido, pensar a A3P é um processo acessível, porém quando se realmente é preciso colocar em prática, as dificuldades surgem. Ainda, é preciso salientar a importância do monitoramento e controle das ações desenvolvidas pela instituição em prol da sustentabilidade e do alcance dos eixos da A3P. Além disso, a A3P poderia sugerir que as instituições publiquem um relatório específico sobre sustentabilidade e A3P, pois nem todas divulgam um relatório em que conste ações desenvolvidas, sendo que a maioria das informações sobre sustentabilidade é publicada no relatório de gestão geral da instituição.

A segunda consideração tem a ver com a estrutura organizacional da universidade na qual o processo da A3P realmente vai acontecer, pois, é preciso que se pense a sustentabilidade a nível de reitoria essencialmente e, a partir disso, ações e decisões sejam tomadas em prol da sustentabilidade, e que o setor responsável pela sustentabilidade seja ancorado pelas decisões institucionais.

Uma terceira consideração tem a ver com reclamações em relação ao sistema RESSOA da A3P que, segundo alguns entrevistados, é um sistema bastante fechado que não permite justificativas, e isso dificulta a inserção das informações.

De forma geral, percebeu-se que, para a sustentabilidade realmente acontecer na prática, é preciso engajamento institucional, com um setor que seja responsável especialmente pela A3P e que sejam realizadas ações a nível macro, que englobem todas as áreas do conhecimento para abarcar todas as formações, proporcionando aos estudantes e à comunidade uma consciência coletiva sustentável.

Além disso, a A3P e cada instituição precisam focar nos ODS que não foram relacionados pelos entrevistados. Por outro lado, também é importante que as instituições se apropriem dos ODS como transversais, ou seja, perpassam todas as áreas. O ODS 14 - vida na água - por exemplo, não citado por 4 entrevistados, é um objetivo totalmente transversal que, no momento em que a A3P é implementada e executada, as ações remetem ao cuidado com a vida na água, ainda que não se trata especificamente ou diretamente deste âmbito.

Os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável) e 10 (redução das desigualdades), não citados por 3 dos entrevistados, da mesma forma, são ODS abrangidos diretamente na esfera de uma instituição de ensino que proporciona cidadania e profissionalização, ajudando a sociedade a ter emprego e condições de se alimentar e de viver de forma digna, com equidade e justiça social.

Pensar e promover a A3P é pensar e promover a sustentabilidade. E promover a sustentabilidade é garantir um mundo melhor para todos. A partir dessa reflexão, este trabalho identificou ações que as instituições de ensino superior podem desenvolver em prol da sustentabilidade, estando ou não aderidas à A3P, mas que são ações que colaboram diretamente para o alcance dos eixos desta agenda. Essas ações permeiam algumas dimensões: coleta seletiva, qualidade de vida/saúde, uso do PEN, eficiência energética, compras, campanhas/projetos/eventos, materiais, natureza, água, energia elétrica, transportes e outros.

Ainda, foi possível propor um novo eixo à A3P com vistas a ampliar a abrangência da agenda: *educação para a sustentabilidade na comunidade*. Em relação aos ODS relacionados diretamente a esse eixo, é possível mencionar o ODS 4 (educação de qualidade) que é a ferramenta para a promoção da sustentabilidade no mundo; o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) que seria o resultado na comunidade da educação para a sustentabilidade; e o ODS 17, que são as parcerias a serem firmadas para desenvolver ações relacionadas a esse eixo. É preciso ainda evidenciar a transversalidade dos ODS, ou seja, todos os objetivos podem ser atingidos por meio deste novo eixo.

Este trabalho contribui, de forma empírica, no sentido de aperfeiçoar a A3P, que é uma agenda para a sustentabilidade nas instituições públicas. São propostos novos eixos, com ações específicas e pontuais, e ainda um novo eixo a ser contemplado na A3P. Os novos eixos abrangem discussões antigas e novas em relação à sustentabilidade, considerando que a A3P foi criada no ano de 1999.

Como limitações desta pesquisa, tem-se o número de instituições analisadas (13) escolhidas no método em detrimento do número total de instituições que aderiram à A3P (24 instituições). Também, como limitações do estudo, é possível elencar a difícil comunicação com o responsável por assuntos de sustentabilidade nas instituições e pelas autorizações institucionais para pesquisa que em muitas vezes, além da solicitação formal por *e-mail* também foi necessário mais de uma ligação. Enumera-se também como limitação a dificuldade de localizar, nas páginas institucionais, as informações relacionadas a ações, legislações e relatórios referente à área ambiental e sustentável.

Como sugestões para estudos futuros, propõem-se o estudo de todas as instituições, seja por meio de abordagens qualitativas ou quantitativas, inclusive propondo intervenções práticas em instituições que desenvolvem a A3P ou mesmo em instituições que ainda não aderiram. Ainda, é possível estudar ações de sustentabilidade em instituições que não aderiram à A3P e fazer comparativos entre instituições com adesão à A3P e instituições sem adesão, propondo iniciativas de sustentabilidade não só a universidades que têm adesão à agenda.

Propõe-se também, como sugestão de estudo futuro, o aprofundamento da análise do Quadro 19, aprofundando a discussão das relações estabelecidas entre as Dimensões da A3P e os Eixos das ODS, investigando uma possível relação com localização geográfica da IFES, suas culturas, costumes e particularidades.

Outra sugestão é analisar os relatórios de sustentabilidade ou de gestão das instituições de maneira a comparar o quanto a instituição evoluiu (ou não) nos aspectos de sustentabilidade. Também, a partir do novo eixo proposto por esta pesquisa, a sugestão é que estudos futuros apontem objetivos e metas específicos para este eixo. Para estudos futuros, utilizando esta nova proposta, recomenda-se o desenvolvimento de indicadores a fim de mensurar a eficiência deste modelo. Além disso, sugere-se que um estudo por meio de uma revisão de literatura seja desenvolvido para contribuir, de forma teórica, com este estudo empírico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. **A construção dos espaços participativos em comitês de bacias hidrográficas por meio dos projetos de educação ambiental e na perspectiva da geoética.** Tese (doutorado), 145 f. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636960>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ALMEIDA, R. **Agenda ambiental: desafios na integração de ações e mobilização de pessoas para cultura da sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado), 131 f. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba – MG, 2015.

ALMEIDA, V. F. *et al.* Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e sua aderência: o caso do Instituto Federal do Amazonas. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.5, p. 677-693, 2020.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, S. M. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública-A3P.** Dissertação (Mestrado) 170f. Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2018.

ARAÚJO, S. M.; FREITAS, L. S.; ROCHA, V. S. G. Gestão ambiental: práticas sustentáveis nos campi de uma IFES. **Reunir**, v. 7, n. 3, p. 36-50, 2017.

ARRUDA, L. M., RODRIGUES, R. N. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. **Refas**. V. 5, n. 2, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR ISO 26000.** Primeira edição, 2010.

BARBOSA, K. L. **Análise das ações socioambientais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), campus de Alegre, sob a perspectiva da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).** Dissertação (Mestrado), 153f. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

BARBOSA, Valeska Cristina *et al.* A universidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): contribuições do programa de educação superior para o desenvolvimento regional (PROESDE/FURB). **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, I. O. *et al.* Compras públicas sustentáveis: um estudo na Universidade Federal de Alfenas-MG. 2016.

BARROS, L. S. **Gestão pública orientada para a sustentabilidade ambiental**: um estudo de caso sobre o modelo adotado na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado). 121 f. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria. Manaus – AM, 2016.

BATISTA, A. S. *et al.* Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a Partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Id on Line Rev. Mult. Psic.** V.13, n. 44, p. 276-292, 2019.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BONIFÁCIO, W. S. **Sustentabilidade no campus**: análise da relevância dos eixos temáticos da A3P – método brasileiro de práticas mais sustentáveis em instituições de ensino superior. Dissertação (Mestrado). 113f. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2016.

BRASIL, A. C. *et al.* Modelo A3P: uma proposta de implantação de práticas socioambientais à Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA) em conformidade com a Agenda Ambiental na Administração Pública. **Revista Ceuma Perspectivas.** V. 30, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____, Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de águas. **Presidência da República**, Rio de Janeiro, 1934.

_____, Decreto 5.940 de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2006.

_____, Decreto 7.746 de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2012.

_____, **Gestão socioambiental nas escolas públicas**: A3P. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. Brasília, DF, 2017.

_____, **Instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências, 2012.

_____, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2001a.

_____, Lei 10.295 de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2001b.

_____, Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2007.

_____, Lei 12.114 de 09 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6o e 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2009a.

_____, Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2009b.

_____, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2010a.

_____, Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2011.

_____, Lei 6.905 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1998.

_____, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1981.

_____, Lei 7.347 de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1985.

_____, Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1997.

_____, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1999.

_____, Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2000.

_____, Nações Unidas: Declaração do Milênio. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>> Acesso em: 05/09/2021.

_____, **Portaria nº 217**, de 30 de julho de 2008. Diário Oficial da União. 2008a.

_____, Portaria nº 326 de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020.

_____, **Portaria nº 61**, de 15 de maio de 2008. Diário Oficial da União. 2008b.

_____, **Resolução CONAMA nº 257 de 30 de junho de 1999**. Estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, 1999.

_____, **Resolução CONAMA nº 307 de 05 de julho de 2002**. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, 2002.

_____, **Resolução CONAMA nº 342 de 25 de setembro de 2003**. Estabelece novos limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, em observância à Resolução no 297, de 26 de fevereiro de 2002, e dá outras providências, 2003.

_____, **Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências, 2005b.

_____, **Resolução CONAMA nº 362 de 23 de junho de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, 2005a.

_____, **Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008**. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no

território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências, 2008.

_____, **Resolução CONAMA nº 416 de 30 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. 2009c.

_____, **Resolução CONAMA nº 418 de 24 de setembro de 2009**. Dispõe sobre nova fase (PROCONVE L6) de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências, 2009b.

_____, **Resolução CONAMA nº 418 de 25 de novembro de 2009**. Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso, 2009a.

_____, Lei 12.349 de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. **Presidência da República**, Brasília, DF, 2010b.

_____, Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. 2023.

CAMACHO, M. J. S.; JUNIOR, L. P. Avaliação dos índices de sustentabilidade e responsabilidade social no ambiente organizacional e governança sustentável das cidades. **FAE Caderno PAIC**. Centro Universitário, Núcleo de Pesquisa Acadêmica - NPA, Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2018-2019, V. 20, nº 1, 2019.

CAMARGO, L. S. **Práticas socioambientais em uma instituição de ensino superior estadual do Paraná**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

CANDIDO, R. *et al.* Método Delphi: uma ferramenta para uso em microempresas de base tecnológica. **Rev. FAE**. Curitiba. V. 10, n. 2, p. 157-164, 2007.

CAPUCHO, P. H. P. **A influência de custos, infraestrutura escolar, corpo pedagógico e nível socioeconômico no desempenho escolar**: uma análise nas escolas municipais de Arapongas /PR. Dissertação (Mestrado), 155f. Universidade Estadual de Londrina, 2019.

CARNEIRO, A. V. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**: estudo aplicado na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

CARNEIRO, M. M. R. **Inserção da agenda ambiental na administração pública-A3P**: um estudo de caso na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto. Dissertação (Mestrado), 100f, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

CARVALHO, D. C. **Gestão e gerenciamento de resíduos de equipamentos eletrônicos**: o campus central da UFRN em análise. Dissertação (Mestrado), 104 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015.

CARVALHO, R. L. V. **A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a contribuição da educação a distância na formação de gestores com responsabilidade socioambiental**: um estudo de caso para gestores da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado) 141 f. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

CAVALCANTI, M. **Ações de sustentabilidade acompanham o desenvolvimento da UFU**. Comunica. Edu.br: o portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2020.

CHAVES, R. A. M. **Gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG**: uma análise à luz da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP), 194f, 2019.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Programa CPRM sustentável**. Rio de Janeiro, 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001**. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva, 2001.

COSTA, A. X. S. **PEN-SEI**: a implantação do processo eletrônico nacional através do Sistema Eletrônico de Informações na Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado), 142f. João Pessoa, PB, 2020.

CRUZ, I. S. *et al.* **As práxis da sustentabilidade na Administração Pública**: a educação ambiental um desafio a ser alcançado na academia. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, V.6, n. 2, p. 53-60, 2018.

CURI, MA. A. *et al.* Eficiência da utilização dos recursos renováveis nas universidades federais. **Rev. Serv. Público**. Brasília, v. 70, n. 4, p. 658-692, 2019.

DALKEY, N.; HELMER, O. An experimental application of the Delphi method to the use of experts. **Management Science**. V. 9, n. 3, p. 458-467, 1963.

DELMÔNICO, D. V. G. **Barreiras às compras públicas sustentáveis**: um survey exploratório no Brasil com organizações participantes do programa A3P. Dissertação (Mestrado). 56f. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2017.

FERREIRA, M. M. A. **Objetivos de desenvolvimento sustentável e internacionalização de Uberlândia**. Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2019.

FERREIRA, R. G.; PAES-DE-SOUZA, M. Adesão das instituições públicas da Amazônia Legal à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, V.11, n.3, Especial, 2019.

FIGUEIRÊDO, F. L. **Estudo da agenda ambiental na administração pública (A3P) o curso superior de tecnologia em agroecologia - IFPB Sousa Pombal-PB**. 16f. Artigo (Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2018.

GALLELI, B. D. **Sustentabilidade nas organizações**: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GAZZONI, Fernando *et al.* O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 48-70, 2018.

GONÇALVES, M. N. **Alimentação e Sustentabilidade**: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Restaurante Universitário da UFRPE e a contribuição da Educação Ambiental (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Recife, PE, Brasil, 2018.

GONDIM, J. S. L. **Meio ambiente e sustentabilidade no contexto do centro de Ciências Médicas-CCM/IFPB**. Dissertação (Mestrado), 119f, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

GUTIERRES, H. E. P., CABRAL, I. A., SILVA, R. R. A implementação de ações sustentáveis baseadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma experiência extensionista no ambiente universitário. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.12, n. 5, p. 1913-1933, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão 2021**. 2021.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Relatório anual de gestão RAG 2021 IFG**. Exercício 2021, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão exercício 2021**. Teresina, PI, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2021**. 2022.

JACOBY, B. **Sustentabilidade na Administração Pública**: um estudo de caso sobre as licitações sustentáveis. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Santa Maria, RS, 2013.

JEREISSATI, L. C.; MELO, A. J. M. As contratações públicas sustentáveis e a implementação da meta 12.7 dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 491-5194, 2020.

KIHARA, B. M. T.; MOURA-LEITE, R. M.; LOPES, J. C. J. Compras e Contratações Sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras. **Rev. FSA**, Teresina, v. 16, n. 1, art. 2, p. 27-53, 2019.

LIMA, R. G. L. **A contribuição dos institutos de ciência e tecnologia para a formação de um regime internacional de sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado), 270 f. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

LUIZ, J. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública**: proposta de implantação de um projeto-piloto na PROGEPE da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Universidade Federal do Paraná, 2019.

MARCUZ JUNIOR, M. **Proposta de indicadores e atribuições para gestão da sustentabilidade da UTFPR**. Dissertação (Mestrado) 188 f. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2021

MARQUES, S. V. **Parcerias público-privadas no Brasil**: mecanismos de desenvolvimento humano na perspectiva da agenda 2030 da ONU. Dissertação (Mestrado), 111f, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2019.

MARTINS, V. S. **Sustentabilidade em Gerência de Projetos de Organizações Públicas**: um estudo de caso múltiplo no Espírito Santo. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, Espírito Santo, 2016.

MATIAS, S. L. A. **Responsabilidade socioambiental na Universidade Federal de Sergipe**: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade. Dissertação (Mestrado), 136f. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto 15.543 de 09 de novembro de 2020**. Institui a Política Estadual de Sustentabilidade no âmbito da Administração Pública Estadual, para os fins que especifica. 2020.

MELLO, J. G. **Agenda ambiental na administração pública A3P**: uma investigação acerca das práticas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação (Mestrado). 171 f. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2018.

MENDONÇA, C. T. P. C. **A Sustentabilidade no Processo de Compras em Instituições Federais de Ensino Superior do Centro-Oeste**. Dissertação (Mestrado). 144 f. Universidade Federal de Goiás, 2018.

MEYRICK, J. **The Delphi method and health research**. V. 103, n. 1, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Agenda Ambiental da Administração Pública**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/>> Acesso em: 26/09/2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, 2010.

MIRANDA JUNIOR, J. J. S., LICÓRIO, A. M. O., SILVA, L. S. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: uma análise das práticas sustentáveis no IFRO. **Encontro Brasileiro de Administradores e Acadêmicos de Administração**, Natal/RN, 2018.

MMA, **Gestão socioambiental nas universidades públicas**: A3P. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. – Brasília, DF, 2017.

MONTEIRO, L. M. P. **A Governança socioambiental da Universidade Federal do Pará**: uma investigação sobre a sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos. Dissertação (Mestrado), 118f. Universidade Federal do Pará, 2018.

MORENO, D. H. H.; OLIVEIRA, G. B. Do Estado Novo ao governo de João Goulart: incidência do nacional desenvolvimentismo sobre o meio ambiente. **R. Bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 11, n. 4, p. 872-891, Edição Especial, 2022.

NARDONE, J. P. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**, 2018.

OKOLI, C. A guide to conducting a standalone systematic literature review. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 37, n. 1, p. 43, 2015.

OLIVEIRA LEAL, M. F. *et al.* Práticas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais em Picos-Piauí-Brasil que condizem com a agenda ambiental da administração pública (A3P). **Brazilian Journal of Development**. V. 7, n. 5, p. 46978-47005, 2021.

OLIVEIRA, L. M. S.; SANTOS, S. S.; CABRAL, A. C. A. Gestão socioambiental: adesão à agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. V. 15, n. 41, p. 3984-4012, 2021.

OLIVEIRA, L. P. Contornos da agenda sustentável – Cooperação rumo ao desenvolvimento: Análise da gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça. **Mosaico**. V. 8, n. 13, 2017.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, N.G. F. **Indicadores para avaliar práticas de sustentabilidade nas instituições federais de ensino superior brasileiras**. Tese (doutorado). 498f. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 06/08/2020.

PACHECO, R. M. *et al.* Análise da sustentabilidade das operações de instituições federais de ensino superior com a ferramenta Stars: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. V. 8, n. 1, p. 205-234, 2019.

PALAVER, D. **Desenvolvimento de um modelo de maturidade em sustentabilidade para as instituições de ensino superior**. Dissertação (Mestrado). 62 f. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2017.

PEIXOTO, C. S. B. **S. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior**. 167 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP)) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

PEREIRA, C. A. **Proposta de ações sustentáveis para o Colégio Pedro II com base no modelo da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Dissertação (Mestrado), 146f. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2016.

PEREIRA, D. A. **Valores e comprometimento organizacional: perspectivas para uma gestão pública sustentável**. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília – DF, 2019.

PEREIRA, L. G.; PRADO FILHO, J. F.; PEREIRA, K. Y. S. Eletrocoleta - projeto de coleta e destinação de resíduos eletroeletrônicos na Universidade Federal de Ouro Preto - MG. In.: **Universidades rumo à sustentabilidade**. Ed. MALHEIROS, T. F. *et al.* São Paulo: SGA/USP, 2019.

PEREIRA, P. M. **Sustentabilidade Socioambiental na Administração Pública**. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2016.

PERES, I. M., SOUZA, T. S., MORONG, F. F. Circunstância atual do município de Presidente Prudente frente à adoção da Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 04, n. 2, p. 31-47, 2020.

PICAVÊA, M. G. **Caso de ensino: andorinha só não faz verão: a importância da participação e engajamento multistakeholder na implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável em municípios**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2020.

PRATES, L. A. *et al.* Territorialização da agenda ambiental global na Serra do Espinhaço/MG. **Pretexto**. Universidade FUMEC. V. 23, n. 1, p.102-115, 2022.

PREFEITURA DE VINHEDO. **Prefeitura nomeia comissão para implantação de ações da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Meio Ambiente e Urbanismo. 2018.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **SDG in Brazil: the Role of the Private Sector.** Nova York, 2018.

REZENDE NETO, R. **Compras públicas sustentáveis: aplicação da Agenda Ambiental da Administração Pública nos pregões municipais.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - Profiap) Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2017.

RIBEIRO JUNIOR, G. A. P. **Projeto CPRM sustentável da Superintendência Regional do Recife da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais: avaliação crítica.** Dissertação (Mestrado), 145 f. Recife, 2017.

RIBEIRO, M. M. C. *et al.* Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 146-168, 2018.

RODRIGUES, S. C. **Análise dos parâmetros de sustentabilidade em dois campi de universidades federais: UNIFESP e UFSCAR.** Dissertação (Mestrado). 145f. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

SÁ, V. M. B.; DUARTE, F. R. Sustentabilidade na Administração Pública: um estudo com secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE. **Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas**, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 8, n. 3, p. 17-25, Edição Especial: Gestão Pública, 2018.

SACKMAN, H. Summary evaluation of Delphi. **Policy Analysis**. V. 1, n. 4, p. 693-718, 1975.

SALVIANO, M. C. M. *et al.* Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p.59397-59411, 2020.

SANTA, S. L. B.; PFITSCHER, E. D.; ROCHA, V. S. plano de gestão de logística sustentável: blocos com reaproveitamento de resíduos contribuindo com instituições federais de ensino superior na adoção da A3P. **R. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 444-457, 2017.

SANTOS, D. B. **Avaliação da meta de sustentabilidade da Agenda 2030:** um estudo sobre o acesso à água potável e à rede de esgoto dos estados brasileiros e dos municípios sergipanos. Dissertação (Mestrado). 70 f. Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SANTOS, F. O. Saneamento básico no Brasil: avaliação dos fatores determinantes do investimento com base nos dados da pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Tese de Doutorado, 2016.

SANTOS, J. C. M. Desafios da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): o caso da Pernambuco participações e investimentos S/A. **R. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 133 - 153, 2017.

SANTOS, J. L. **A integração da sustentabilidade nas dimensões do sistema universitário**: um estudo no Instituto Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), 214 f, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2020.

SANTOS, R. A. A., COSTA, M. E. L. **Agenda A3P**: estudo de caso da implantação em uma repartição pública no estado de Mato Grosso. VIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campo Grande/MS, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F., Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.1, n.1, 2009.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1987.

SERAFINI, P. G., MOURA, J. M., NOBRE, A. C. S. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: boas práticas para a implementação da agenda 2030. **International Journal of Development Research**. V. 11, n. 1, p. 44035-44039, 2021.

SILVA, A. C. N. **Análise da hierarquia dos eixos e variáveis da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) a partir das barreiras à inserção de práticas mais sustentáveis no campus**. Dissertação (Mestrado), 122f. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2017.

SOARES, C. S.; DEGLINOMENI, R. L.; ROSA, F. S. Compras públicas sustentáveis: análise dos critérios de sustentabilidade e sua aplicação nas universidades federais no Rio Grande do Sul. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 12, n. 1, p. 59-74, 2021.

SOARES, R. M. B. S. Ambiente e práticas de sustentabilidade: Implementação da agenda ambiental na administração pública (A3P) como estratégia de gestão ambiental. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**. V.13, n.1, p.44 - 50, 2019.

_____, **Aplicabilidade da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3p no Município de Lagoa de Dentro/PB**. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, UFCG, 2019.

SOARES, V. S. **Proposição de um modelo de avaliação multicritério da sustentabilidade em instituições públicas**. Dissertação (Mestrado). 105f. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

TORRES, A. R. L. E. **Estudo da sustentabilidade ambiental no Ministério Público da Paraíba sob a ótica da agenda ambiental da Administração Pública – A3P**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de auditoria de levantamento**: ações de sustentabilidade no âmbito do poder executivo, 2019.

UNESP. **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. Org.: Raquel Cabral, Thiago Gehre; ilustração Lucas Fúrio Melara. 1ª Ed, São Paulo, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório UFPB Plano de Gestão de Logística Sustentável**. Comissão de Gestão Ambiental UFPB. João Pessoa, PB, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Sustentabilidade** (GRI Standards). Coordenadoria De Gestão Ambiental, Gabinete Da Reitoria, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Catálogo de sustentabilidade 2021**. 4ª edição, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Boletim informativo da Superintendência de Gestão Ambiental**. V. 4, n. 3, São Luís, MA, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plano de Logística Sustentável - PLS Relatório de Acompanhamento 2020**. Petrolina, PE, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Relatório de Gestão 2021**. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional PROPLADI/UFRA, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Relatório simplificado 2020**. Plano de Gestão de Logística Sustentável. 2020.

VASCONCELLOS, A. A. **A contribuição da Fiocruz às políticas públicas de redução do risco de desastres no contexto da mudança climática no horizonte da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Dissertação (Mestrado), 122 f. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VICENTE, J. R. Eficiência de sistema eletrônico como ferramenta de sustentabilidade no processo administrativo. **In.: XXVII Congresso Nacional do CONPEDI Porto Alegre – RS**. Direito administrativo e gestão pública I. Organização CONPEDI/ UNISINOS. Coordenadores: Giovani da Silva Corralo; Janaína Rigo Santin; Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

VIEIRA, I. L.; SILVA, E. R. Revisão narrativa sobre práticas de gestão ambiental nas instituições públicas de ensino superior brasileiras. **Revista Tecnologia e Sociedade**. V, 16, n. 42, p. 75-93, 2020.

VIEIRA, M. C. S.; MEDEIROS, L. G. Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior a agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Tecnologia e Sociedade**. V. 16, n. 45, 2020.

ZARIF, C.; KARAM, C.; CAPRONI, G. Governança Ambiental. **Boletim de Inovação e Sustentabilidade**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP, São Paulo, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): ALINHAMENTO PARA UMA AGENDA APRIMORADA

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública

Telefone e endereço postal completo: Ex: (55) 3220-8848. Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 3250, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: On line via google meet.

Eu, Luiz Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se propor uma Agenda A3P alinhada com os ODS. Acreditamos que ela seja importante porque a A3P é uma importante agenda da Administração Pública, porém sua adesão não é obrigatória e, em se tratando de sustentabilidade, requer um alinhamento aos ODS, pois, a A3P remete ao ano de 1999, e os ODS foram propostos em 2015. Além disso, é fundamental a implantação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registrem a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: os participantes serão contatados e convidados a participar de uma entrevista, que será gravada com a devida autorização, para posterior transcrição e análise das falas. Sua participação constará em responder às perguntas, sendo que apenas sua voz será gravada e não divulgada, ou seja, será para manuseio e análise das falas por parte do pesquisador. Trechos das falas poderão compor exemplos ao longo da dissertação.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Em relação aos riscos ao participar da pesquisa, é possível que aconteça algum desconforto, constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas na entrevista.

Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência [descrever as formas de acompanhamento e assistência] de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, pois não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)
E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): ALINHAMENTO
PARA UMA AGENDA APRIMORADA

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato:

Local da coleta de dados: on line via google meet.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevistas on line via google meet no período de junho a julho de 2022.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, sala 3250, 97105-900 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Luiz Carlos Zucatto. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Cae 63033522.7.0000.5346.

Santa Maria,.....dede 2022.

.....
Luiz Carlos Zucatto

APÊNDICE 3 – CONVITE ENVIADO AOS ESPECIALISTAS PARA ANÁLISE DA PROPOSTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Acadêmico: Fernando Vieira Cezar

Professor Orientador: Luís Carlos Zucatto

**Título da dissertação: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e
Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma Agenda
Aprimorada**

CONVITE PARA ANÁLISE DE PESQUISADOR ESPECIALISTA

Eu, Fernando Vieira Cezar, convido o Professor Doutor Lucas Veiga Àvila, considerado, nesta pesquisa, como especialista no tema sustentabilidade, A3P e ODS para contribuir com a fase final do meu estudo de mestrado.

A presente dissertação foi construída com objetivo de propor um modelo aprimorado da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), criada em 1999. Para isso, foram selecionadas no website do Programa as instituições de ensino com termo de adesão vigente. A consulta resultou em 24 instituições de ensino das quais optou-se por analisar uma de cada estado do país, resultando em 13 instituições.

Das 13 instituições, entrevistou-se 5 representantes que trabalham com o assunto a nível institucional, e procedeu-se com análise documental em 9 dessas instituições a fim de elencar as ações sustentáveis praticadas.

Uma das questões abordadas na entrevista foi a associação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com os eixos da A3P de acordo com as percepções dos servidores bem como a partir de seus conhecimentos e experiências. O Quadro 1 resume os achados:

Quadro 1 - Relação da A3P com ODS

Eixos A3P	ODS IFSUL de Minas	ODS UFMS	ODS UFCA	ODS UFSM	ODS IFRJ	Síntese dos ODS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	6, 7, 12, 15	6, 7, 9, 11, 12, 13, 16	12	6, 7, 11, 12, 17	2, 3, 6, 7, 12, 13	6,7,12,11
Gestão adequada dos resíduos gerados	12	1, 10, 11, 12, 16, 17	11	6, 12	1, 3, 5, 6, 10, 12, 13	11,12
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	3, 5	3, 4, 8, 10, 16	8, 5	3, 4, 5, 8, 9, 16	3, 4, 5, 8, 10	3, 4, 5, 8
Compras públicas sustentáveis	12	2, 9, 10, 11, 12, 16	12	12	1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15	12
Construções sustentáveis	11	6, 7, 9, 11, 12, 13, 16	9, 11	9, 11	6, 7, 12, 13	9, 11
Sensibilização e capacitação dos servidores	4, 13, 17	3, 4, 5, 8, 16	4	4, 13	4, 6, 17	4, 13

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

A coluna “Síntese dos ODS” refere-se ao maior número de repetição das associações dos ODS com cada eixo pelos diferentes entrevistados. Optou-se por selecionar os ODS que se repetiram com maior frequência apenas para simplificar o modelo já que, devido à transversalidade da sustentabilidade, os ODS não representados no modelo proposto possivelmente serão contemplados nas ações de cada eixo apresentado no Quadro 2.

Após as entrevistas e análise documental das 13 instituições, as ações institucionais foram representadas por eixos, levando em consideração os eixos já existentes da A3P. A síntese das ações constante nos documentos das instituições está apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações de sustentabilidade de instituições de ensino superior

	Eixo criado	Eixo da A3P
	<i>Coleta seletiva</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de material destinado às cooperativas; <input type="checkbox"/> Identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; <input type="checkbox"/> Atenção à destinação de rejeitos a aterros sanitários;	<input type="checkbox"/> Reciclagem de vidros; <input type="checkbox"/> Gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; <input type="checkbox"/> Implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); <input type="checkbox"/> Logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; <input type="checkbox"/> Separação do lixo; <input type="checkbox"/> Parcerias com cooperativas/associações;
	<i>Qualidade de vida/saúde:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens público</i> <i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho, <input type="checkbox"/> Mês/semana do servidor, <input type="checkbox"/> Dia mundial da saúde, <input type="checkbox"/> Julho amarelo, <input type="checkbox"/> Outubro rosa, <input type="checkbox"/> Novembro azul <input type="checkbox"/> Realização de exames médicos periódicos para servidores; <input type="checkbox"/> Avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho; <input type="checkbox"/> Projeto preparação para a aposentadoria; <input type="checkbox"/> Projeto para saúde (voz, audição, coração, saúde mental, psicológica, fonoaudiológica, odontológica, nutricional, gestacional, saúde sexual reprodutiva) <input type="checkbox"/> Atividades alusivas ao 18 de maio, <input type="checkbox"/> Mês da mulher, <input type="checkbox"/> Janeiro branco, <input type="checkbox"/> Setembro amarelo; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica;	<input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano; <input type="checkbox"/> Campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; <input type="checkbox"/> Farmácia-escola; <input type="checkbox"/> Incentivo ao aleitamento materno; <input type="checkbox"/> Incentivo à prática esportiva e atividade física para a comunidade interna e externa; <input type="checkbox"/> Espaços de convivência para os servidores e estudantes; <input type="checkbox"/> Valorização das pessoas (homens, mulheres, idosos, servidores, estudantes); <input type="checkbox"/> Debates sobre o direito das pessoas com deficiência;
	<i>Eficiência energética:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i>

		<i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i>
		<i>Construções Sustentáveis</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Usinas solares fotovoltaicas; <input type="checkbox"/> Substituição de lâmpadas ineficiente/melhoria no sistema de iluminação; <input type="checkbox"/> Captação e tratamento de esgoto; <input type="checkbox"/> Utilização do biogás/arrefecimento de painéis; <input type="checkbox"/> Plataforma para a conexão e interfaceamento de sistemas fotovoltaicos à <input type="checkbox"/> Rede elétrica; <input type="checkbox"/> Substituição de equipamentos obsoletos e a aquisição de novas tecnologias; <input type="checkbox"/> Biodigestores para o aproveitamento de resíduos orgânicos gerados; <input type="checkbox"/> Construções com janelas que contemplam as normas de iluminação natural;	<input type="checkbox"/> Cores favoráveis à economicidade de energia elétrica e as obras são <input type="checkbox"/> Executadas com aplicação de telhas termoacústicas para favorecer a <input type="checkbox"/> Temperatura ambiente, com telhado verde, materiais de construção <input type="checkbox"/> Alternativos e com arquitetura que dispensa climatização e iluminação artificial; <input type="checkbox"/> Edificações com sistema de reaproveitamento da água da chuva; <input type="checkbox"/> Auxílio técnico sobre eficiência energética para a instituição; <input type="checkbox"/> Prédios verdes/inteligentes;
	<i>Compras</i>	<i>Compras Públicas Sustentáveis</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Redução de aquisição de copos descartáveis; <input type="checkbox"/> Melhor preço sustentável; <input type="checkbox"/> Compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética; <input type="checkbox"/> Compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);	<input type="checkbox"/> Compras públicas sustentáveis que atendam às legislações; <input type="checkbox"/> Compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo); <input type="checkbox"/> Critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços; <input type="checkbox"/> Valorização da agricultura familiar (comprar de pequenos agricultores); <input type="checkbox"/> Sensibilização dos fornecedores sobre a sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Compra de produtos de melhor qualidade para durar mais e não haver desperdício;
	<i>Cursos e capacitações:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i>
		<i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i>
		<i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i>
		<i>Compras Públicas Sustentáveis</i>
		<i>Construções Sustentáveis</i>
		<i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>

<p>Ações praticadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos de extensão voltados à Usina fotovoltaica; <input type="checkbox"/> Capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água; <input type="checkbox"/> Implementação de uma política de gestão ambiental no campus vinculada aos cursos ofertados; <input type="checkbox"/> Cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas); <input type="checkbox"/> Capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas; <input type="checkbox"/> Cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros); 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões); <input type="checkbox"/> Política de capacitação contínua e qualificação dos servidores; <input type="checkbox"/> Capacitação em segurança no trabalho; <input type="checkbox"/> Plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno dos servidores da instituição (compartilhamento de conhecimentos); <input type="checkbox"/> Cursos práticos sobre sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Capacitação para quem certifica os produtos/serviços dos fornecedores, somente aceitando produtos de qualidade, dentro dos padrões da descrição;
	<p><i>Projetos:</i></p>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p> <p><i>Construções Sustentáveis</i></p> <p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>
<p>Ações praticadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Projeto para arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Projeto de reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável; <input type="checkbox"/> Projeto para sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Projeto Horta Comunitária Sustentável; <input type="checkbox"/> Projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Projetos de conscientização e conservação do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Projeto sobre inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações; <input type="checkbox"/> Projeto para melhorias do sistema de abastecimento de água; <input type="checkbox"/> Auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (ciência, tecnologia, arte, cultura, inovação...); <input type="checkbox"/> Projeto e treinamentos de prevenção e combate a incêndio;
	<p><i>Campanhas e sensibilização</i></p>	<p><i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i></p> <p><i>Gestão adequada aos resíduos gerados</i></p> <p><i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i></p> <p><i>Compras Públicas Sustentáveis</i></p>

		<i>Construções Sustentáveis</i>
		<i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Campanhas para conscientização do uso de papel reciclado; <input type="checkbox"/> Campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza); <input type="checkbox"/> Campanha para redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha para racionalização do uso de papel A4, copos descartáveis, <input type="checkbox"/> Cartuchos para impressão, papel higiênico, detergente, plásticos; <input type="checkbox"/> Campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial; <input type="checkbox"/> Campanha de enfrentamento à desigualdade de gênero; <input type="checkbox"/> Campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis; <input type="checkbox"/> Campanha para uso de canecas; <input type="checkbox"/> Campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação; <input type="checkbox"/> Investimentos em campanhas de conscientização; <input type="checkbox"/> Campanha para comprar cadeiras de rodas; <input type="checkbox"/> Estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta; <input type="checkbox"/> Estímulo à utilização de bicicletas; <input type="checkbox"/> Iniciativas sobre a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros);	<input type="checkbox"/> Ideias voltadas ao empreendedorismo social; <input type="checkbox"/> Estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero); <input type="checkbox"/> Incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas; <input type="checkbox"/> Estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico); <input type="checkbox"/> Trabalhos científicos na área da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Semana Lixo Zero; <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho; <input type="checkbox"/> Semana do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Semana da Consciência Negra; <input type="checkbox"/> Discussões sobre os desafios da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> ; <input type="checkbox"/> Publicação de materiais sobre compras e contratações sustentáveis; <input type="checkbox"/> Materiais sobre coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Manuais de biossegurança; <input type="checkbox"/> Materiais para a promoção da A3P; <input type="checkbox"/> Elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal das instituições; <input type="checkbox"/> Representação da instituição em eventos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Feira ecológica;
	<i>Consumo de materiais:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Compras Públicas Sustentáveis</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>

Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão <input type="checkbox"/> Quantificação de papel reutilizado; <input type="checkbox"/> Quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner; <input type="checkbox"/> Análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável;	<input type="checkbox"/> Reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais; <input type="checkbox"/> Utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN); <input type="checkbox"/> Almojarifado virtual (sem estoques, como just in time);
	<i>Natureza:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Construções Sustentáveis</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas;	<input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa;
	<i>Água:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Construções Sustentáveis</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento;	<input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade; <input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas;
	<i>Energia elétrica:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Construções Sustentáveis</i>

Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;	<input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; <input type="checkbox"/> Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);
	<i>Transportes:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i> <i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Redução de gastos com combustíveis; <input type="checkbox"/> Redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos;	<input type="checkbox"/> Estimativa do índice de emissão de CO2 pela frota de veículos; <input type="checkbox"/> estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos;
	<i>Outros:</i>	<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> <i>Sensibilização e capacitação de servidores</i> <i>Construções sustentáveis</i>
Ações praticadas	<input type="checkbox"/> Quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos; <input type="checkbox"/> Parcerias com entidades e instituições da sociedade civil; <input type="checkbox"/> Prédios com acessibilidade; <input type="checkbox"/> Aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas;	<input type="checkbox"/> Núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade; <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência no quadro das instituições; <input type="checkbox"/> Ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico); <input type="checkbox"/> Implantação da A3P e PLS.

Fonte: elaborado com base na pesquisa documental e nas entrevistas.

Após o estudo das ações e das associações dos eixos da A3P com os ODS, elaborou-se uma proposta da A3P aprimorada, objetivo principal da dissertação em foco. A proposta buscou renomear os eixos já existentes levando em consideração a Síntese dos ODS que foram associados no Quadro 1.

Como pode-se perceber, no eixo “uso racional dos recursos naturais”, os ODS 11 e 12 estão destacados em vermelho, pois não foram considerados para renomear este eixo, e sim o eixo posterior, já que surgem isolados no referido eixo.

O Quadro 3 apresenta o resultado final da pesquisa até o momento.

Quadro 3 – Proposta de A3P aprimorada

Eixo A3P	Síntese dos ODS	
<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i>	6,7,11,12	
Nova denominação do eixo:	Dimensões: Natureza – Água – Energia Elétrica	
	Ações:	
Geração de Energia limpa e uso racional de recursos naturais	<input type="checkbox"/> Construção de açude para criação de peixe, com aproveitamento de água da chuva para Piscicultura; <input type="checkbox"/> Projeto de produção e distribuição de mudas para a comunidade; <input type="checkbox"/> Recomposição de áreas verdes da instituição; <input type="checkbox"/> Plantios de mudas nativas; <input type="checkbox"/> Manutenção e conservação de áreas ambientais; palestras e workshops sobre fauna e preservação; <input type="checkbox"/> Inventário anual de emissões de gases de efeito estufa; <input type="checkbox"/> Redução do uso e consumo de água; <input type="checkbox"/> Manutenção preventiva do sistema hidráulico; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de água consumida (mensal, per capita, em reais); <input type="checkbox"/> Manutenção periódica das redes hidrossanitárias; <input type="checkbox"/> Manutenção na rede de abastecimento e esgotamento; <input type="checkbox"/> Informação sobre consumo de água à comunidade;	<input type="checkbox"/> Canal de comunicação para a gestão da água, esgoto e cursos d'água (avisar sobre vazamentos, dar sugestões); <input type="checkbox"/> Tratamento de esgoto/fossas; <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); <input type="checkbox"/> Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);
Eixos A3P	Síntese dos ODS	
<i>Gestão adequada dos resíduos gerados</i>	11, 12	
Nova denominação do eixo:	Dimensões: Coleta Seletiva – Consumo de materiais - Transportes	
	Ações	

Consumo, produção e gestão adequada de resíduos	<input type="checkbox"/> Criação de ecoponto para a coleta de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Iniciativas de reaproveitamento de materiais eletrônicos; <input type="checkbox"/> Quantificação do volume de material destinado às cooperativas; <input type="checkbox"/> Identificação da quantidade de papel, papelão, toners, plásticos destinados à reciclagem; <input type="checkbox"/> Atenção à destinação de rejeitos a aterros sanitários; <input type="checkbox"/> Reciclagem de vidros; <input type="checkbox"/> Gestão e gerenciamento dos resíduos infectantes e perigosos químicos produzidos; <input type="checkbox"/> Implementação de pontos de entrega de pilhas, baterias e eletroeletrônicos (logística reversa); <input type="checkbox"/> Logística reversa para óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas fluorescentes, de sódio, de mercúrio e mistas; <input type="checkbox"/> Separação do lixo; <input type="checkbox"/> Parcerias com cooperativas/associações; <input type="checkbox"/> Racionalização do uso de papel A4, de copos descartáveis, de cartuchos para impressão <input type="checkbox"/> Quantificação de papel reutilizado; <input type="checkbox"/> Quantificação do gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco, de copos descartáveis e de cartuchos de impressão e toner;	<input type="checkbox"/> Análise da viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável; <input type="checkbox"/> Reduções no consumo de copos descartáveis com fornecimento e abastecimento das copas com copos de vidro convencionais; <input type="checkbox"/> Utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN); <input type="checkbox"/> Almoxarifado virtual (sem estoques, como just in time); <input type="checkbox"/> Redução de gastos com combustíveis; <input type="checkbox"/> Redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Quantificação dos veículos da instituição, idade média da frota e custos operacionais para utilização da frota; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos; <input type="checkbox"/> Estimativa do índice de emissão de CO2 pela frota de veículos; <input type="checkbox"/> estímulo ao uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos;
Eixos A3P	Síntese dos ODS	
<i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i>	3, 4, 5, 8	
Nova denominação do eixo:	Dimensões: Qualidade de vida/saúde - Outros	
	Ações	
Qualidade de vida, saúde, igualdade e emprego digno	<input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho, <input type="checkbox"/> Mês/semana do servidor, <input type="checkbox"/> Dia mundial da saúde, <input type="checkbox"/> Julho amarelo, <input type="checkbox"/> Outubro rosa, <input type="checkbox"/> Novembro azul <input type="checkbox"/> Realização de exames médicos periódicos para servidores; <input type="checkbox"/> Avaliação dos ambientes de trabalho da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha sobre saúde do servidor no ambiente de trabalho;	<input type="checkbox"/> Campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho; <input type="checkbox"/> Farmácia-escola; <input type="checkbox"/> Incentivo ao aleitamento materno; <input type="checkbox"/> Incentivo à prática esportiva e atividade física para a comunidade interna e externa; <input type="checkbox"/> Espaços de convivência para os servidores e estudantes;

	<input type="checkbox"/> Projeto preparação para a aposentadoria; <input type="checkbox"/> Projeto para saúde (voz, audição, coração, saúde mental, psicológica, fonoaudiológica, odontológica, nutricional, gestacional, saúde sexual reprodutiva) <input type="checkbox"/> Atividades alusivas ao 18 de maio, <input type="checkbox"/> Mês da mulher, <input type="checkbox"/> Janeiro branco, <input type="checkbox"/> Setembro amarelo; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Atividades de prevenção em saúde para a comunidade acadêmica; <input type="checkbox"/> Atividades preventivas sobre DST's e gravidez na adolescência; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano;	<input type="checkbox"/> Valorização das pessoas (homens, mulheres, idosos, servidores, estudantes); Debates sobre o direito das pessoas com deficiência; <input type="checkbox"/> Quantificação das áreas que precisam de limpeza e valores gastos; <input type="checkbox"/> Quantificação do número de postos de vigilância e valores gastos; <input type="checkbox"/> Parcerias com entidades e instituições da sociedade civil; <input type="checkbox"/> Prédios com acessibilidade; <input type="checkbox"/> Aquisição de cadeiras especiais para pessoas obesas; <input type="checkbox"/> Núcleos de diversidade, inclusão e acessibilidade; <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência no quadro das instituições; <input type="checkbox"/> Ações relacionadas à A3P (gestão, reuniões, gerenciamento de dados e documentos, apoio técnico); <input type="checkbox"/> Implantação da A3P e PLS.
Eixos A3P	Síntese dos ODS	
<i>Compras públicas sustentáveis</i>	12	
Nova denominação do eixo:	Dimensão:	
	Compras	
	Ações	
Compras públicas responsáveis e sustentáveis	<input type="checkbox"/> Redução de aquisição de copos descartáveis; <input type="checkbox"/> Melhor preço sustentável; <input type="checkbox"/> Compra de eletroeletrônicos e componentes elétricos com eficiência energética; <input type="checkbox"/> Compras de bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Compra de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);	<input type="checkbox"/> Compras públicas sustentáveis que atendam às legislações; <input type="checkbox"/> Compras com cláusula de logística reversa (lâmpadas por exemplo); <input type="checkbox"/> Critérios de sustentabilidade nas licitações para compras e contratações de materiais e serviços; <input type="checkbox"/> Valorização da agricultura familiar (comprar de pequenos agricultores); <input type="checkbox"/> Sensibilização dos fornecedores sobre a sustentabilidade; Compra de produtos de melhor qualidade para durar mais e não haver desperdício;
Eixos A3P	Síntese dos ODS	
<i>Construções sustentáveis</i>	9, 11	
Nova denominação do eixo:	Dimensão:	
	Eficiência Energética	
	Ações	

<p>Inovação, construções e comunidades sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução do uso de energia elétrica <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade de instalação de equipamento para monitorar o consumo de energia por prédio; <input type="checkbox"/> Quantificar e monitorar o consumo de energia elétrica (mensal, per capita, em reais, por área construída, por área total); Diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fiscalização do contrato de fornecimento de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Troca gradual das lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED; <input type="checkbox"/> Estudo de viabilidade da instalação de sensores de presença; Adoção do horário de verão durante as férias letivas (expediente 7:30h às 13:30h);
<p>Eixos A3P</p>	<p>Síntese dos ODS</p>	
<p><i>Sensibilização e capacitação dos servidores</i></p>	<p>4, 13</p>	
<p>Nova denominação do eixo:</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Cursos e capacitações – Campanhas e sensibilização - Projetos</p> <p>Ações</p>	
<p>Educação voltada ao meio ambiente para servidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos de extensão voltados à Usina fotovoltaica; <input type="checkbox"/> Capacitação do pessoal da limpeza sobre medidas econômicas de consumo de água; <input type="checkbox"/> Implementação de uma política de gestão ambiental no campus vinculada aos cursos ofertados; <input type="checkbox"/> Cursos de extensão para qualificação profissional para mulheres (economia solidária, fotografia, mídias sociais, gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária, vendas); <input type="checkbox"/> Capacitação de servidores para atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas; <input type="checkbox"/> Cursos ofertados (meio ambiente, controle ambiental, instalador de sistemas fotovoltaicos, gestão ambiental, gestão de projetos ambientais, compras públicas sustentáveis, licitações sustentáveis para servidores solicitantes de materiais, outros); <input type="checkbox"/> Plano de desenvolvimento de valorização e capacitação de servidores (objetivo: elevar escolaridades e garantir progressões); <input type="checkbox"/> Política de capacitação contínua e qualificação dos servidores; <input type="checkbox"/> Capacitação em segurança no trabalho; <input type="checkbox"/> Plano de capacitações com aproveitamento do conhecimento interno dos servidores da instituição 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estímulo à utilização de bicicletas; <input type="checkbox"/> Iniciativas sobre a Covid-19” (desincentivo à estocagem de álcool em gel e produtos de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza e de cuidado com saúde mental entre outros); <input type="checkbox"/> Ideias voltadas ao empreendedorismo social; <input type="checkbox"/> Estudos de gênero (direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero); <input type="checkbox"/> Incentivo a atividades artístico-culturais e esportivas; <input type="checkbox"/> Estudo sobre para microfilmagem dos documentos (melhor aproveitamento do espaço físico); <input type="checkbox"/> Trabalhos científicos na área da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Semana Lixo Zero; <input type="checkbox"/> Semana de prevenção de acidentes no trabalho; <input type="checkbox"/> Semana do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Semana da Consciência Negra; <input type="checkbox"/> Discussões sobre os desafios da sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Manuais sobre plantio de mudas na Universidade, manejo de animais e combate ao mosquito Aedes aegypti; <input type="checkbox"/> Publicação de materiais sobre compras e contratações sustentáveis; <input type="checkbox"/> Materiais sobre coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Manuais de biossegurança; <input type="checkbox"/> Materiais para a promoção da A3P;

	<p>(compartilhamento de conhecimentos);</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos práticos sobre sustentabilidade; <input type="checkbox"/> Capacitação para quem certifica os produtos/serviços dos fornecedores, somente aceitando produtos de qualidade, dentro dos padrões da descrição; <input type="checkbox"/> Campanhas para conscientização do uso de papel reciclado; <input type="checkbox"/> Campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi (limpeza); <input type="checkbox"/> Campanha para redução da emissão de poluentes produzidas por veículos da instituição; <input type="checkbox"/> Campanha para racionalização do uso de papel A4, copos descartáveis, <input type="checkbox"/> Cartuchos para impressão, papel higiênico, detergente, plásticos; <input type="checkbox"/> Campanhas para reduzir uso de ar condicionado, elevador e iluminação artificial; <input type="checkbox"/> Campanha de enfrentamento à desigualdade de gênero; <input type="checkbox"/> Campanha de redução do consumo de energia e água e de uso consciente de recursos não renováveis; <input type="checkbox"/> Campanha para uso de canecas; <input type="checkbox"/> Campanha de incentivo à utilização dos meios eletrônicos de comunicação; <input type="checkbox"/> Investimentos em campanhas de conscientização; <input type="checkbox"/> Campanha para comprar cadeiras de rodas; <input type="checkbox"/> Estímulo à impressão frente e verso e o uso de fontes que gastem menos tinta; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elaboração de informativos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Manutenção e criação de conteúdo das páginas da A3P no portal das instituições; <input type="checkbox"/> Representação da instituição em eventos sobre sustentabilidade ambiental; <input type="checkbox"/> Feira ecológica; <input type="checkbox"/> Projeto para arrecadação de alimentos para distribuição a alunos da universidade com vulnerabilidade socioeconômica e famílias de catadores de materiais recicláveis; <input type="checkbox"/> Projeto de reciclagem de metal, desincentivo ao uso de copo plástico descartável e canudo plástico descartável; <input type="checkbox"/> Projeto para sensibilização da comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva; <input type="checkbox"/> Projeto Horta Comunitária Sustentável; <input type="checkbox"/> Projetos voltados para uma agricultura familiar sustentável; <input type="checkbox"/> Projetos de conscientização e conservação do meio ambiente; <input type="checkbox"/> Projeto sobre inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações; <input type="checkbox"/> Projeto para melhorias do sistema de abastecimento de água; <input type="checkbox"/> Auxílio financeiro a servidores para desenvolvimento de projetos (ciência, tecnologia, arte, cultura, inovação...); <input type="checkbox"/> Projeto e treinamentos de prevenção e combate a incêndio;
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos quadros 1 e 2.

A partir do Quadro 3, convido Vossa Senhoria a contribuir com o produto final da minha dissertação no sentido de apresentar sugestões de melhorias nas novas denominações, dimensões e ações. Sua participação é de grande importância para ajustar o resultado desta dissertação. Por fim, juntamente com sua avaliação é de grande valia seu ponto de vista sobre o resultado deste trabalho.

Desde já agradeço a disponibilidade e atenção e permaneço à disposição.

ANEXOS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

TERMO Nº6/2022/CGPG/DPPG/PPPI/IFSULDEMINAS

Termo de Anuência Institucional

Eu, Sindynara Ferreira, ocupante do cargo de Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, confirmo a anuência da Instituição para realização da pesquisa "Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Alinhamento para uma agenda aprimorada".

A pesquisa será conduzida pelo mestrando Fernando Vieira Cezar, sob a orientação do professor Dr. Luis Carlos Zucatto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A pesquisa tem por objetivo propor uma Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) alinhada aos Objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS) na qual através de entrevistas com responsáveis pela implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública em instituições de ensino pretende-se identificar quais ODS podem ser incorporadas as A3P.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados dos participantes serão obtidos por meio de entrevista, com as devidas salvaguardas de todos os aspectos éticos e somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

Tal anuência institucional não dispensa o consentimento individual de cada participante, que receberá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que poderá aceitar ou não fazer parte da pesquisa mencionada.

Cabe relatar que é importante, quando o projeto for submetido à Plataforma Brasil, colocar o IFSULDEMINAS como instituição coparticipante.

Pouso Alegre/MG, 08 de junho de 2022.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sindynara Ferreira, PRO-REITOR - CD2 - IFSULDEMINAS - PPPI**, em 08/06/2022 09:36:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 255668

Código de Autenticação: 33822e8f58



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais



Ministério da Educação
Universidade Federal do Cariri
Gabinete da Reitoria

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, RICARDO LUIZ LANGE NESS, abaixo assinado, responsável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), autorizo a realização do estudo: **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Alinhamento para uma agenda aprimorada**, a ser conduzido pelos pesquisadores Fernando Vieira Cezar (discente PPGAP) e Professor Luis Carlos Zucatto (docente orientador).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Juazeiro do Norte/CE, 06 de junho de 2022



Documento assinado digitalmente
RICARDO LUIZ LANGE NESS
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

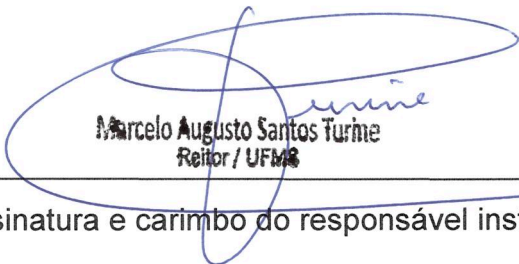
Eu **Marcelo Augusto Santos Turine**, abaixo assinado, responsável pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, autorizo a realização do estudo: **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Alinhamento para uma agenda aprimorada**, a ser conduzido pelos pesquisadores Fernando Vieira Cezar (discente PPGAP) e Prof.º Luis Carlos Zucatto (docente orientador).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Indico como representante da UFMS para participar da pesquisa o senhor **Leonardo Chaves de Carvalho**, Diretor de Desenvolvimento Sustentável (dides.rtr@ufms.br)

Data: 09/06/2022


Marcelo Augusto Santos Turine
Reitor / UFMS

Assinatura e carimbo do responsável institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Ubaldo Cesar Balthazar, abaixo assinado, responsável pela Universidade Federal de Santa Catarina, autorizo a realização do estudo: **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Alinhamento para uma agenda aprimorada**, a ser conduzido pelos pesquisadores Fernando Vieira Cezar (discente PPGAP) e Prof.º Luis Carlos Zucatto (docente orientador).

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data 07/06/2022



Documento assinado digitalmente

UBALDO CESAR BALTHAZAR

Data: 07/06/2022 19:12:33-0300

CPF: 169.288.149-34

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Assinatura e carimbo do responsável institucional



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Prof. Luiz Anildo Anacleto da Silva, abaixo assinado, responsável pelo Campus Palmeira das Missões da UFSM, autorizo a realização do estudo "Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Alinhamento para uma Agenda Aprimorada," a ser conduzido pelos pesquisadores: Fernando Vieira Cezar, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP/UFSM) e Prof. Dr. Luis Carlos Zucatto, Professor orientador.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria.

Palmeira das Missões/RS, 31 / 08 / 2022

Prof. Dr. Luiz Anildo Anacleto da Silva

Diretor

Luiz Anildo A. da Silva
Diretor
SIAPE 1639778
Campus PM / UFSM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Agenda ambiental da administração pública (A3P) e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8848. Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 3250, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: *On line* via *google meet*.

Eu, Luiz Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se propor uma Agenda A3P alinhada com os ODS. Acreditamos que ela seja importante porque a A3P é uma importante agenda da Administração Pública, porém sua adesão não é obrigatória e, em se tratando de sustentabilidade, requer um alinhamento aos ODS, pois, a A3P remete ao ano de 1999, e os ODS foram propostos em 2015. Além disso, é fundamental a implantação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registrem a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: os participantes serão contatados e convidados a participar de uma entrevista, que será gravada com a devida autorização, para posterior transcrição e análise das falas. Sua participação constará em responder às perguntas, sendo que apenas sua voz será gravada e não divulgada, ou seja, será para manuseio e análise das falas por parte do pesquisador. Trechos das falas poderão compor exemplos ao longo da dissertação.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Em relação aos riscos ao participar da pesquisa, é possível que aconteça algum desconforto, constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas na entrevista.

Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência [descrever as formas de acompanhamento e assistência] de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, pois não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

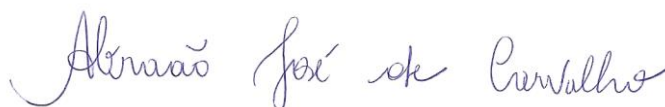
Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, Abraão José de Carvalho, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santa Maria/RS, 01 de dezembro de 2022



Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Agenda ambiental da administração pública (A3P) e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8848. Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 3250, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: *On line via google meet.*

Eu, Luiz Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se propor uma Agenda A3P alinhada com os ODS. Acreditamos que ela seja importante porque a A3P é uma importante agenda da Administração Pública, porém sua adesão não é obrigatória e, em se tratando de sustentabilidade, requer um alinhamento aos ODS, pois, a A3P remete ao ano de 1999, e os ODS foram propostos em 2015. Além disso, é fundamental a implantação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registrem a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: os participantes serão contatados e convidados a participar de uma entrevista, que será gravada com a devida autorização, para posterior transcrição e análise das falas. Sua participação constará em responder às perguntas, sendo que apenas sua voz será gravada e não divulgada, ou seja, será para manuseio e análise das falas por parte do pesquisador. Trechos das falas poderão compor exemplos ao longo da dissertação.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Em relação aos riscos ao participar da pesquisa, é possível que aconteça algum desconforto, constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas na entrevista.

Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência [descrever as formas de acompanhamento e assistência] de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, pois não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.


Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, Jñana Gadea de Mello, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santa Maria/RS, 16 de dezembro de 2022

Documento assinado digitalmente
 JNANA GADEA DE MELLO
Data: 04/01/2023 13:16:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Agenda ambiental da administração pública (A3P) e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8848. Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 3250, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: *On line via google meet.*

Eu, Luiz Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se propor uma Agenda A3P alinhada com os ODS. Acreditamos que ela seja importante porque a A3P é uma importante agenda da Administração Pública, porém sua adesão não é obrigatória e, em se tratando de sustentabilidade, requer um alinhamento aos ODS, pois, a A3P remete ao ano de 1999, e os ODS foram propostos em 2015. Além disso, é fundamental a implantação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registrem a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: os participantes serão contatados e convidados a participar de uma entrevista, que será gravada com a devida autorização, para posterior transcrição e análise das falas. Sua participação constará em responder às perguntas, sendo que apenas sua voz será gravada e não divulgada, ou seja, será para manuseio e análise das falas por parte do pesquisador. Trechos das falas poderão compor exemplos ao longo da dissertação.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Em relação aos riscos ao participar da pesquisa, é possível que aconteça algum desconforto, constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas na entrevista.

Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência [descrever as formas de acompanhamento e assistência] de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, pois não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.


Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, Leonardo Silva Manso, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santa Maria/RS, 09 de novembro de 2022

Documento assinado digitalmente
 LEONARDO SILVA MANSO
Data: 25/11/2022 15:22:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Agenda ambiental da administração pública (A3P) e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada

Pesquisador responsável: Luiz Carlos Zucatto.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8848. Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 3250, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: *On line via google meet.*

Eu, Luiz Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): alinhamento para uma agenda aprimorada, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se propor uma Agenda A3P alinhada com os ODS. Acreditamos que ela seja importante porque a A3P é uma importante agenda da Administração Pública, porém sua adesão não é obrigatória e, em se tratando de sustentabilidade, requer um alinhamento aos ODS, pois, a A3P remete ao ano de 1999, e os ODS foram propostos em 2015. Além disso, é fundamental a implantação de ações que colaborem para o atingimento das metas dos ODS e que registrem a preocupação dos órgãos públicos em relação à sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: os participantes serão contatados e convidados a participar de uma entrevista, que será gravada com a devida autorização, para posterior transcrição e análise das falas. Sua participação constará em responder às perguntas, sendo que apenas sua voz será gravada e não divulgada, ou seja, será para manuseio e análise das falas por parte do pesquisador. Trechos das falas poderão compor exemplos ao longo da dissertação.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Em relação aos riscos ao participar da pesquisa, é possível que aconteça algum desconforto, constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas na entrevista.

Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência [descrever as formas de acompanhamento e assistência] de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, pois não se trata de benefícios individuais para cada participante, mas sim, benefícios coletivos em prol da sustentabilidade nas instituições e do alcance dos ODS

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, Leonardo Chaves de Carvalho, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santa Maria/RS, 23 de novembro de 2022



Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Mestrando PPGAP-UFSM

3 anexos **Modelo para associação editavel (1).xlsx**
11K **Material Apoio.docx**
46K **Material Apoio (1).pdf**
227K

Nathália da Silva Braga <nathalia.braga@ifrj.edu.br>
Para: FERNANDO VIEIRA CEZAR <fernando.cez@acad.ufsm.br>

3 de janeiro de 2023 às 09:28

Pode confirmar nossa conversa, Fernando.

Vou olhar o material.
Até lá!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

FERNANDO VIEIRA CEZAR <fernando.cez@acad.ufsm.br>
Para: Nathália da Silva Braga <nathalia.braga@ifrj.edu.br>

6 de janeiro de 2023 às 09:16

Bom dia Nathalia, tudo bem?

Segue o link para entrevista: <https://meet.google.com/efj-jspb-sbv>

Lhe aguardo,

Abraço

[Texto das mensagens anteriores oculto]

FERNANDO VIEIRA CEZAR <fernando.cez@acad.ufsm.br>
Para: Nathália da Silva Braga <nathalia.braga@ifrj.edu.br>

7 de janeiro de 2023 às 16:06


Boa tarde Nathália,

Como combinado lhe encaminho o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que eu possa utilizar a transcrição de sua fala na minha dissertação, solicito que assine no campo "voluntário" e retorne neste e-mail, caso prefira poderá ser utilizado assinatura eletrônica.

Aguardo o TCLE assinado e caso já tenha preenchido, a tabela a qual conversamos.

Agradeço mais uma vez sua percepção sobre o tema, colaborou bastante para o trabalho.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **TCLE_Nathalia.doc**
34K

Nathália da Silva Braga <nathalia.braga@ifrj.edu.br>
Para: FERNANDO VIEIRA CEZAR <fernando.cez@acad.ufsm.br>

9 de janeiro de 2023 às 11:15

Bom dia, Fernando. Tudo bem?

O Diagnóstico Socioambiental que realizamos no IFRJ está disponível no seguinte endereço: <https://portal.ifrj.edu.br/sustentabilidade/documentos>

Encaminho, abaixo, as informações que solicitou para preenchimento da tabela:

Relação entre os eixos A3P e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1 - Uso adequado dos recursos naturais e bens públicos

ODS: 2, 3, 6, 7, 12, 13

2 - Gestão adequada dos resíduos gerados

ODS: 1, 3, 5, 6, 10, 12, 13

3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

ODS: 3, 4, 5, 8, 10

4 - Compras públicas sustentáveis

ODS: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15

5 - Construções sustentáveis

ODS: 6, 7, 12, 13

6 - Sensibilização e capacitação de servidores

ODS: 4, 5, 17

Registro abaixo a autorização solicitada:

Eu Nathália da Silva Braga, após a leitura do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo, registrando neste e-mail.

Desejo sucesso na sua dissertação e gostaria muito de conhecer os resultados.

Atenciosamente,

Nathália

[Texto das mensagens anteriores oculto]